

**Que fazer  
com  
tantos  
temas?**

■ José  
Casanova

Pág. 19



# Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Órgão Central do Partido Comunista Português

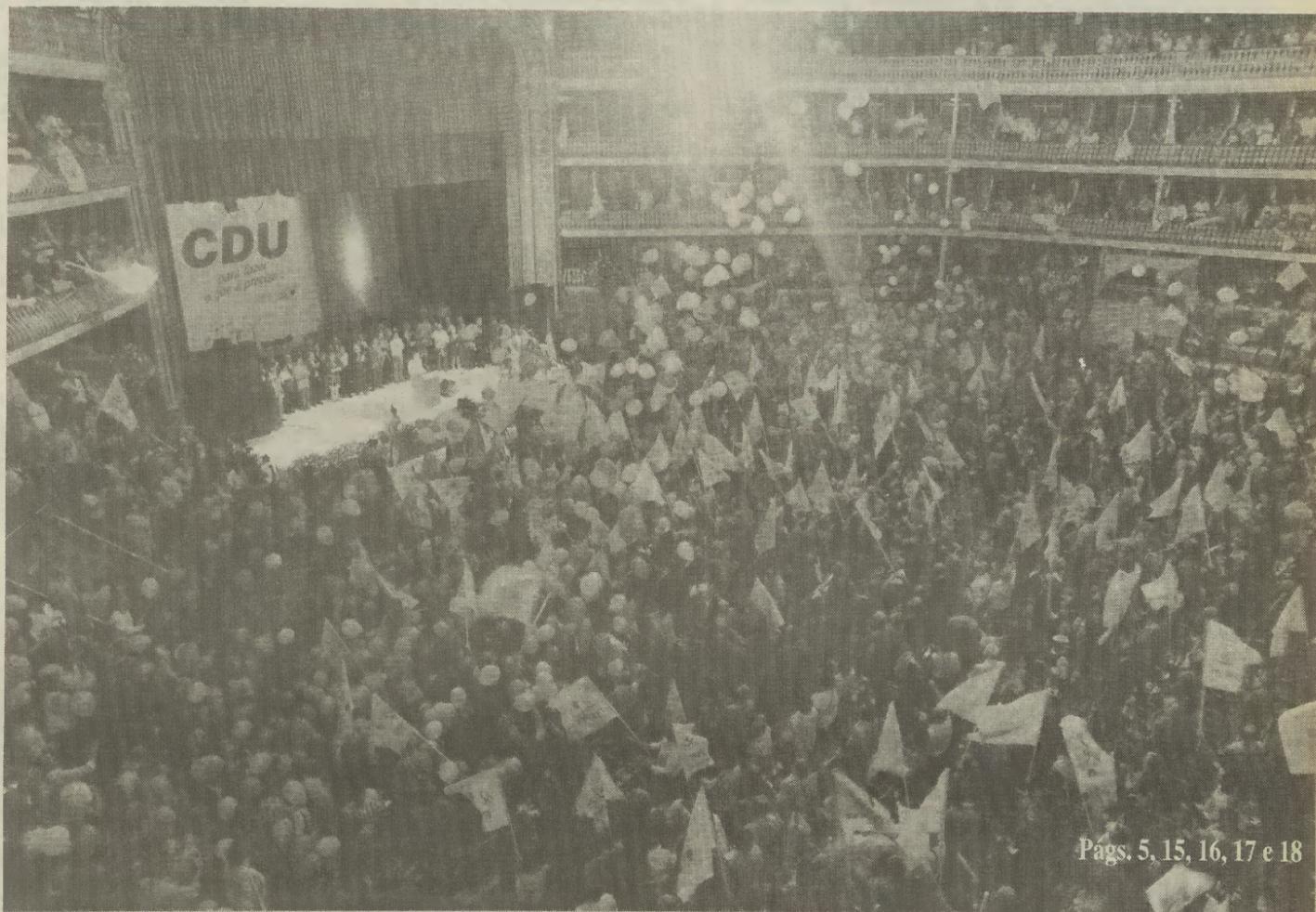
Semanário • ISSN 0870-1865 • 30 de Outubro de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1248 • Director: Carlos Brito

**CDU – Um grande comício-festa em Lisboa**

# Um grande projecto

**Carlos  
Carvalhas:**

«O traço mais distintivo e marcante do PCP e da CDU, nas instituições e fora delas, é o traço das propostas, das medidas concretas, das soluções e da resolução dos problemas no quadro das suas possibilidades e áreas de intervenção.»



Págs. 5, 15, 16, 17 e 18

# com provas dadas

## Inquérito a um referendo suspeito

Governo e PSD, com uma pergunta manipulada e de resposta assegurada, querem ter uma base para extrapolar a conclusão de que o povo português ratificaria a sua política de capitulação no processo de integração. Mas, se o referendo se vier efectivamente a realizar, não poderá suceder que o feitiço se possa virar contra o feiticeiro?

■ João Amaral

Pág. 20

**Formação, trajectória e fim  
do Império Britânico**

## Origens do poder naval inglês

■ Manoel de Lencastre

Pág. 22

## Moçambique Cinco anos é tempo curto para resolver tanto problema

– entrevista  
com  
**Amélia Matos  
Sumbana  
da Frelimo**

Pág. 23



## Revolução de Outubro foi há 80 anos

Pág. 21

# Fazer o que é preciso

O processo de apresentação de candidaturas às eleições para as autarquias chegou ao fim. Encerrou-se mais uma etapa da grande batalha que mobiliza as forças políticas em confronto eleitoral. Outra se abre agora, porventura mais complexa, que é a do convencimento dos eleitores acerca da bondade das propostas de cada um dos partidos e coligações concorrentes. O caminho andado, porém, encerra já algumas lições importantes para avaliar da postura de cada uma dessas forças, dos seus apoios, do seu modo de trabalhar, da experiência que apresentam e, mais do que tudo, dos seus propósitos.

O modo como foram elaboradas as listas, como foram encontrados os candidatos, como se definiram os objectivos das candidaturas caracterizam as formações políticas que estão subjacentes a todo este vasto trabalho preparatório. E assim emerge, na sua grande diferença em relação a todas as outras, a Coligação Democrática Unitária, a CDU, que prossegue, alarga e reforça a colaboração que há muito vem frutificando entre os comunistas, os seus aliados do Partido Ecologista «Os Verdes» e da Intervenção Democrática e os numerosos independentes que participam no projecto e no trabalho autárquico que melhores provas dadas apresenta no País.

Mais uma vez nos distinguimos pelo largo debate democrático que precedeu e acompanhou a formação das listas da CDU. Longe dos cozinhados que caracterizaram no fundamental o processo de escolha dos candidatos dos outros partidos e forças concorrentes às autarquias - processo a que, o mais das vezes, presidiram a corrida aos lugares de poder, os amuos, as pequenas e médias traições, o dito-por-não-dito, as trocas e baldrocas, os desaguados entre candidatos que mudam de cartilha e de casaca - a CDU elaborou as suas listas no decorrer de um debate que, como salientou o Secretário-geral do PCP no discurso que proferiu no passado sábado em Lisboa, «contou com a participação e recolha de opinião de largos estratos das populações, com uma forte e permanente sentido de colaboração entre as forças integrantes da coligação e, como não podemos deixar de sublinhar, com uma grande mobilização de todo o colectivo partidário do PCP e de muitos e muitos dos seus simpatizantes».

Carlos Carvalhas apontou então alguns traços essenciais que mais uma vez caracterizam as listas da CDU:

— uma larga participação da juventude, bem patente na percentagem dos jovens nas listas e cabeças de lista às câmaras e assembleias municipais;

— uma cada vez mais expressiva participação de mulheres que (...) se materializa, ao nível das candidaturas femininas de cabeças de lista às câmaras municipais num aumento de cerca de 20% relativamente a 93, o que confirma, desde já, e muito provavelmente, a CDU como a força política que maior percentagem de mulheres eleitas terá nos órgãos autárquicos a partir de 14 de Dezembro próximo;

— uma participação de numerosos candidatos com grande experiência e com provas já dadas, aliada a uma muito considerável renovação de que é exemplo o facto de 67% dos candidatos a Presidente da Câmara e de Assembleia Municipal o serem pela primeira vez;

— uma larga diversificação no que respeita à composição socioprofissional das listas, expressa ao nível das candidaturas a cabeça de lista às câmaras e assembleias municipais.

Tratou-se, ainda no dizer do dirigente comunista, de um enorme trabalho colectivo, de que resultaram as listas apresentadas à totalidade das câmaras e assembleias municipais do Continente e da Madeira e a 15 câmaras e 16 assembleias municipais dos Açores, bem como a mais 124 assembleias de freguesia do que em 1993.

Os objectivos desta primeira fase do processo eleitoral foram cumpridos. E a satisfação com que o secretário-geral do PCP o anunciou foi partilhada entusiasticamente não apenas pelos muitos que assistiram ao comício do Coliseu de Lisboa, mas em todo o País por aqueles que se empenham vigorosamente em reforçar as posições da CDU.

Havia razão para fazer uma festa. Agora é tempo de tornar à luta.

A batalha que aí vem é desigual. Por duas ordens de razões. Primeira, porque a CDU não dispõe das vantagens dos poderes que de algum modo o PS e o PSD partilham - poder político e poder económico. Segunda, porque não nos serviríamos delas.

O escandaloso procedimento do PS, agora no Governo, coloca-o ao nível do PSD quando este lá se encontrava. O uso e abuso do aparelho do Estado e dos dinheiros do Estado na campanha lembra os piores tempos do cavaquismo. A tentativa de «compra» do eleitorado, com cheques distribuídos pelos governadores civis e obras apressadas para inaugurar à boca das urnas, as visitas de ministros, o esconder de mazelas próprias e as perseguições, por via de «inspecção», às autarquias CDU são escândalos que o PS

vem somando e é de esperar que multiplique neste mês e meio que falta para as eleições. Por outro lado, ambos, PS e PSD, desunham-se já na propaganda de luxo e mostram os meios de que dispõem, a que não é certamente alheia a amizade com que são brindados pelos capitalistas cujos interesses defendem. A acrescentar a tudo isto, PS e PSD são servidos aos eleitores embrulhados na simpatia de que desfrutam nas direcções dos grandes meios de comunicação social.

Uma vez mais, os grandes meios de comunicação, nas mãos ou do Estado ou do capital, voltam - agora sem assim lhe chamar por se tratar de eleições autárquicas - a tocar a música da bipolarização. Ainda há dias, uma nova revista que fazia publicar o seu número promocional no interior de um jornal diário, impingia aos seus prováveis leitores um artigo em que era questão dos «Onze candidatos que assustam o PS». Não se tratava de uma equipa de futebol, mas os «onze» eram todos do mesmo clube - do PSD. As eleições são apresentadas aos portugueses como um grande desafio entre o PS e o PSD. Chamam-lhe já duelo. Mas não será um duelo ao espelho, de tão parecidos que são?

Organizadas e apresentadas as listas da CDU, continuando o trabalho, já adiantado, de elaboração de programas - processo que se desenvolve em debates largamente participados -, abre-se agora uma nova fase que é a de «contactar com as populações, explicar as decisões e opções, saber ouvir as críticas e sugestões», como Carvalhas referiu no seu discurso. Dirigindo-nos aos eleitores, «à sua inteligência e sensibilidade, apresentando as nossas propostas, o trabalho realizado ou a realizar».

Nesta batalha, «temos o que outros não têm: a força das nossas convicções, a nossa coerência, a seriedade do nosso trabalho, a obra realizada. Nós podemos encarar os portugueses, os trabalhadores e as trabalhadoras».

Vamos fazer o que é preciso.



Comício da CDU em Lisboa, no sábado

## RESUMO

### 22 Quarta-feira

O presidente da Câmara de Vila Verde, António Cerqueira, ameaça processar a SIC na sequência de uma entrevista telefónica com uma pessoa que usou o seu nome no programa «Os Filhos da Nação» ■ Cinco portugueses chegam a Lisboa, provenientes do Congo ■ Na Líbia, Nelson Mandela, o presidente da África do Sul, afirma que «nenhum país pode chamar a si o papel de polícia do mundo», referindo-se às críticas dos EUA à sua visita ■ A polícia belga encontra novos restos mortais na casa de um pastor protestante, suspeito do assassinato de duas ex-mulheres e de quatro filhos ■ O telescópio Hubble regista a colisão de duas galáxias.

### 23 Quinta-feira

Com os votos do PCP, do PSD e do PP, a AR aprova uma resolução que propõe o aumento extraordinário das reformas ■ No último dia do III Encontro Intratimorense, os participantes acordam aceitar a visita a Timor de cidadãos que vivem noutros países ■ Realizam-se eleições municipais na Argélia ■ Dennis Sassou Nguesso, o novo líder do Congo, chega a Brazzaville e apela a um trabalho conjunto para a recuperação do país ■ Os EUA propõem estabilizar as emissões de gases causadores do efeito de estufa nos níveis de 1990 até 2008 ou 2012, proposta largamente criticada ■ Na Argentina, é reaberto o dossier dos desaparecidos durante o regime militar.

### 24 Sexta-feira

Carlos Carvalhas inaugura a sede da candidatura CDU de Setúbal e participa num jantar-convívio de candidatos e activistas em Alcochete ■ Em Luanda, as autoridades portuguesas e angolanas anunciam a assinatura de 23 acordos bilaterais em diversos campos ■ A oposição argelina considera que houve fraudes nas eleições autárquicas ganhas pelo partido do presidente Zeroual ■ Inicia-se a cimeira da Commonwealth na Escócia, sem a presença da Nigéria.

### 25 Sábado

Realiza-se um comício-festa da CDU, no Coliseu de Lisboa ■ Termina o Portugal Fashion, no Porto ■ Comemora-se os 850 anos da tomada de Lisboa aos mouros ■ Sassou Nguesso é investido como presidente da República do Congo ■ Meio milhão de mulheres negras manifestam-se em Filadélfia, nos EUA, protestando contra a situação social vivida pela comunidade afro-

-americana e chamando a atenção para o crime, a droga e o sistema educativo.

### 26 Domingo

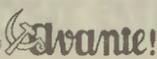
Durante seis horas cai uma tromba de água sobre a região de Monchique, no Algarve, provocando estragos materiais avaliados em mais de um milhão de contos ■ Cerca de 16 mil candidatos ao Ensino Superior são excluídos na segunda fase do concurso de acesso ■ Em Angola, a Unita compromete-se a aplicar os acordos de paz até ao fim de Outubro e a entregar à administração central as 89 localidades que ainda estão em seu poder ■ O embaixador norte-americano nas Nações Unidas, sem conhecimento do Governo de Luanda, visita Jonas Savimbi no Bailundo, o que leva o Presidente José Eduardo dos Santos a não o receber ■ O presidente chinês, Jiang Zemin, inicia uma visita oficial aos Estados Unidos ■ A Liga Norte, que exige a separação do norte de Itália, organiza «eleições» para «escolher o parlamento da Padânia» ■ Eleições legislativas parciais, na Argentina, infligem pesada derrota ao Partido Justicialista.

### 27 Segunda-feira

Jorge Sampaio inicia uma visita de três dias à Holanda ■ A Grã-Bretanha anuncia que não participará na primeira fase da moeda única ■ Em Luanda, Congo-Kinshasa reconhece Denis Sassou Nguesso como Presidente do Congo-Brazzaville, na Cimeira quadripartida com Angola e Gabão ■ Cimeira da Commonwealth termina em Edimburgo com a adopção de uma declaração visando «uma partilha da prosperidade» ■ Inicia-se, em Oslo, uma cimeira organizada pelo Governo norueguês, visando estratégia mundial de combate ao trabalho infantil ■ Novo colapso na bolsa de Hong Kong provoca queda na bolsa de Nova Iorque e nas bolsas europeias.

### 28 Terça-feira

Carlos Carvalhas visita o Alqueva e reúne-se com o Conselho de Administração da EDIA... ■ ... e, à tarde, recebe Comissão de Luta do Oeste ■ O ministro João Cravinho entrega na Assembleia da República o PIDDAC regionalizado ■ Declaração do Presidente Clinton, afirmando «que a economia está forte», faz reagir investidores dos EUA, invertendo tendência de queda das restantes bolsas ■ Falha golpe de Estado na Zâmbia ■ Manifestações, na Argélia, engrossam contestação exigindo anulação do escrutínio de quinta-feira e demissão do primeiro-ministro.



Proletrários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socorro Pereira Gomes  
1699 Lisboa CODEX, Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7<sup>a</sup>-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7<sup>a</sup>-A,  
1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7<sup>a</sup>-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7<sup>a</sup>-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 20585

TABELA DE ASSINATURAS\*

| PORTUGAL<br>(Continente e Regiões Autónomas)    | EXTRA-EUROPA                                   |
|---|--|
| 50 números: 8 100\$00;<br>25 números: 4 200\$00 | 50 números: 46 100\$00                         |
| EUROPA  | GUINÉ-BISSAU,<br>S. TOMÉ E PRÍNCIPE<br>e MACAU |
| 50 números: 28 600\$00                          | 50 números: 33 850\$00                         |

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_  
Telef. \_\_\_\_\_  
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## A Festa do Orfanato

Começemos por deixar as coisas claras, pão-pão, queijo-queijo: há ainda muito trabalho a fazer em Lisboa para evitar a repetição das situações dramáticas vividas por várias pessoas no passado dia 18 em consequência da chuva que desabou sobre a Capital. No entanto, é indispensável sublinhar que o muito que falta fazer (e que está a ser feito) é muito menos do que aquilo que já foi feito desde que a Coligação PSD/PP foi derrotada e afastada do poder. Pode dizer-se, dizendo a verdade, que sem as obras de saneamento que têm vindo a ser efectuadas desde 1990 – essencialmente a partir da acção do pelouro de Rui Godinho – as fortes chuvadas recentemente ocorridas (que, aliás, foram das maiores nos últimos trinta anos) teriam tido consequências bem mais dramáticas.

Por tudo isto, constitui um acto da mais elementar higiene ética desmascarar a hipocrisia e o oportunismo exibidos na ocorrência por Pacheco Pereira e pelo seu candidato Ferreira do Amaral. Trazidos pelas chuvas, logo apareceram a despejar responsabilida-

des sobre a Câmara procurando capitalizar eleitoralmente o drama vivido pelas pessoas.

Sacudindo a água do capote em relação às responsabilidades concretas que têm, deram aos acontecimentos uma dimensão e uma gravidade que felizmente eles não tiveram. Desavergonhadamente, apresentam-se como anjos salvadores capazes de resolver, a troco de uns tantos votos, o que não só não resolveram como agravaram na negra década do seu reinado. Foram ridículos e oportunistas, foram Dupont e Dupond enxertados em Oliveira de Figueira. O jornalista César Príncipe, comentando com notável argúcia e humor, as tropelias da desavergonhada parelha, escreve a dada altura: «Eis dois slogans para restaurar e modernizar Lisboa: Com Amaral não há temporal. Com Pacheco só há tempo seco»...

A forma como o par, e especialmente Pacheco, procurou pescar votos nas inundações é, no mínimo, pouco séria. É certo que Pacheco não existe para tomar atitudes muito sérias, sérias ou pouco sérias: Pacheco exis-

te para, em cada momento, tomar a atitude que melhor servir os seus interesses.

Dir-se-á que tudo tem limites, que a postura de abutre assumida por Pacheco ultrapassou todas as marcas, que há que ter respeito pelas pessoas. É verdade. Mas Pacheco é assim e não há volta a dar-lhe. Com o mesmo à-vontade com que é capaz de rejubilar com as inundações de Lisboa, de as projectar, e às suas consequências, medonhamente ampliadas, o homem é capaz de ignorar idênticas inundações com idênticas consequências no vizinho concelho de Oeiras. Porquê? Apenas porque é Pacheco e pensa que tais práticas lhe trazem votos em Lisboa e impedem que os perca em Oeiras. E, naturalmente, porque decidiu que para conquistar votos vale tudo! Até tirar olhos. Como aquele indivíduo, exemplo acabado de oportunista sem princípios nem escrúpulos, de que se dizia que era capaz de matar o pai e a mãe só para poder entrar na festa do orfanato.

■ José Casanova

## À espera do rebentar da «bolha»?

O pânico invadiu esta semana a «aldeia global» capitalista. Os «tigres asiáticos» financeiros rasgaram-se como papel, arrastando as Bolsas europeias e americanas, e pondo a nu a irracionalidade do capitalismo e das suas insanáveis contradições.

No seu número de Julho último, o jornal «Le Monde Diplomatique», comentando a cada vez mais perigosa situação criada pelo capitalismo de casino dominante, com um excedente de capital financeiro tal que gigantescas somas se descolaram do processo produtivo, circulando apenas nos mercados financeiros, num processo especulativo que funciona como uma bomba de relógio, alertava: «A explosão da bolha financeira poderá levar ao estilhaçamento brutal do sistema», «arrastando consigo a humanidade».

Não estaremos ainda a viver a explosão dessa «bomba financeira»... Mas os pânico vividos neste dias nos sectores financeiros, até há pouco tão satisfeitos com «a boa marcha da economia», são bem reveladores das instabilidades e angústias que este capitalismo tardio vai derramando pelo mundo.

Angústias que, de forma mais dolorosa ainda, são sentidas pela multidão crescente dos desempregados que vão sendo «excluídos» dos circuitos da economia capitalista, ou pelos que ficam suspensos nos fios da «precarização». Angústias também dos que sentem as suas aspirações e as suas vidas cercadas e cerceadas pelas asfixiantes pressões de um mundo em que as leis e valores do capital são proclamados e impostos como horizonte inultrapassável, não só da vida económica como do conjunto da actividade humana.

Bem podem A. Guterres e S. Franco, em euforias de aniversário, proclamar que «a economia portuguesa está em sólido progresso». Não é isso que sentem, por exemplo, as 430 mil pessoas sem emprego, mais as 170 mil que só têm 15 horas ou menos de trabalho por semana ou mesmo as 140 mil que só trabalham de 16 a 20 horas por semana.

Angústia é, precisamente, o pano de fundo de dois livros lançados recentemente: «Todos os nomes» e «O esplendor de Portugal». Coincidência que não será puramente casual, que atesta, talvez, a sensibilização a estados de espírito largamente difusos nos nossos dias.

Não por estarmos «no fim do milénio», como proclamam certos pregadores de «igrejas alternativas». Mas por estarmos numa época em que as estruturas sociais e as mentalidades dominantes já não correspondem às necessidades dos humanos.

A História apresenta muitos exemplos de sociedades que entraram em decadência por não resolverem a tempo problemas novos levantados no seu desenvolvimento. Mas não sejamos fatalistas. Não fiquemos suspensos do rebentar das «bolhas» do capitalismo. O próprio futuro da aventura humana supõe o poder mobilizador de objectivos, projectos, sonhos, que incitem à invenção e mobilizem para a acção, em busca de respostas aos desafios da nossa época, libertando as capacidades de iniciativa e criatividade existentes na sociedade.

O que dá ao projecto comunista plena actualidade.

■ Aurélio Santos

## ANGOLA

### O risco de Guterres

Guterres visitou Angola e levou consigo uma comitiva digna de respeito. Ao longo de cinco dias teve encontros com os mais altos dirigentes angolanos e teve outros contactos com a realidade angolana.

Em entrevista ao Diário de Notícias de 26 de Outubro corrente, o chefe do executivo português, ao responder a pergunta sobre o balanço da viagem, deixa uma resposta cujo verdadeiro sentido é necessário deslindar... «Esta visita correspondia a um risco, na medida em que os problemas de Angola ainda não estão solucionados»...

Partindo do pressuposto que as relações de Portugal com Angola assumem uma enorme importância, sobretudo tendo em conta o futuro daquele país e a evolução de toda a região, cabe perguntar qual o risco e como ultrapassá-lo.

Ao longo de toda a entrevista, António Guterres não fala do risco. Limita-se a dizer meia dúzia de generalidades. É no entanto estranho que indo a um país onde os... «problemas não estão solucionados»... um eufemismo para significar um país em que a Unita continua armada e a desrespeitar não só os resultados eleitorais, como também os Acordos de Lusaca, o primeiro-ministro português não tenha encontrado espaço para se pronunciar sobre esses problemas, tanto mais quanto até final do mês o Conselho de Segurança da ONU irá decidir sanções a aplicar à Unita por esta reiterada e obstinadamente violar os Acordos de Lusaca. Um silêncio que atravessa toda a entrevista e do qual já tinham chegado ecos a Portugal.

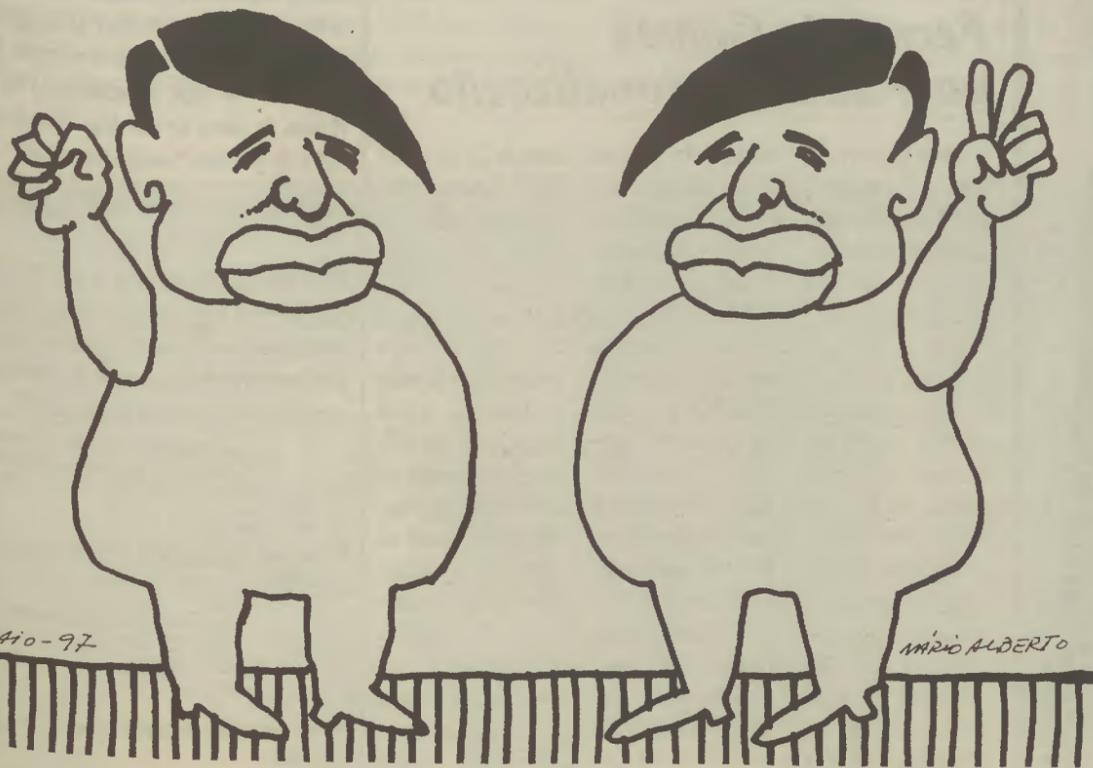
Fala António Guterres na... «necessidade de vencer em muitos domínios algumas desconfianças que ainda existem e porventura existirão, de parte a parte»... Com este espírito seria claro **marcar no plano político a posição do governo de Portugal** face a esses problemas e sem ambiguidades e dentro do respeito pelos resultados eleitorais pelos acordos de Lusaca.

A posição portuguesa só podia ser a de uma firme e severa condenação das posições de Jonas Savimbi e da Unita. Além do mais porque está em total conformidade com princípios universalmente aceites entre os Estados, ou seja, respeito por eleições livres, e por mediações aceites por todas as partes. Porque é conforme aos interesses dos angolanos. E, na medida em que a paz cria condições para o desenvolvimento vantajoso das relações bilaterais, é conforme aos interesses de Portugal e dos portugueses.

É com atitudes claras que se varrem fantasmas. Não se pode visitar um país em que um partido tem um exército escondido, controla minas de diamantes, tem um rádio nacional de propaganda contra o processo negociado, e assobiar para o ar. Há... «problemas por solucionar»... em todos os países do mundo. Felizmente. Mas o que em Angola existe é um perigo de guerra real provocado pela Unita. E essa situação é grave para a Angola, para a região e para a paz no mundo.

Vizinhos de Angola como a República Democrática do Congo (ex-Zaire) e o Congo (Brazaville) para onde a Unita tinha transferido bases, depois da vitória de Mandela e do ANC na África do Sul, optaram por novos rumos com a queda do ditador Mobutu e de Lissouba. O Presidente do Gabão, um tradicional apoiante da Unita, participou no dia 27 passado numa Cimeira em Luanda com os Presidentes de Angola, Congo Brazaville, Congo Kinshasa. Perfila-se uma nova arrumação de forças daquela parte do Continente. A Unita enfrenta um isolamento único na sua existência. Quer no ex-Zaire, quer no Congo e no Gabão, Portugal tem uma certa presença a nível económico. Ao estabelecerem novos laços económicos é do interesse de Portugal acompanhar toda a evolução. Neste contexto, Angola joga um papel de grande relevo. É, por isso, que as relações entre Portugal e Angola assumem um grande significado. Só que para elas se desenvolverem livres de desconfianças é indispensável falar claro em Luanda, em Lisboa e em Nova Iorque. Assim, para resolver... «os problemas de Angola»... é necessário condenar inequivocamente a Unita e pressioná-la a transformar-se num partido político, deixar as armas, cumprir os Acordos que assinou.

■ Domingos Lopes



Desenho: Mário Alberto

Dois em um - Clonagem mais que perfeita

## SEMANA

## Reunião para a paz na África Central

Realiza-se em Luanda uma reunião quadripartida entre os Presidentes de Angola, Gabão, Congo-Kinshasa e Congo-Brazzaville, com todos os presentes a assinar um comunicado final na sua qualidade de Chefes de Estado onde ficou consignado o princípio da não utilização do território de qualquer um destes países para ataques contra outro,

tendo sido explicitado no comunicado que a UNITA deveria cumprir os compromissos assumidos nos acordos de Lusaca até final deste mês, data em que as Nações Unidas decidirão sobre a eventual aplicação de sanções a este grupo armado liderado por Jonas Savimbi. Outro facto assinalado neste encontro foi o reconhecimento implícito

pelo Congo-Kinshasa de Denis Sassou Nguesso como Presidente do Congo-Brazzaville, a par das declarações do Presidente angolano José Eduardo dos Santos favoráveis à reactivação da Comunidade da África Central e o reconhecimento do papel do Presidente gabonês Omar Bongo como mediador na crise do Congo-Brazzaville.



## Falando da Líbia, Nelson Mandela põe EUA na ordem

O Presidente sul-africano, Nelson Mandela, visitou oficialmente a Líbia esta semana, respondendo com dureza às críticas esboçadas pelos EUA contra esta sua deslocação. Em conferência de imprensa dada nas imediações da casa de Khadafi que os EUA bombardearam em 1986, o chefe de Estado sul-africano afirmou, sem tergiversações: «Khadafi é meu amigo. Ajudou-nos quando estávamos sozinhos e quando aqueles que hoje gostariam de me impedir de estar aqui ajudavam os nossos inimigos.» E acrescentou, para que não restassem dúvidas: «Aqueles que actualmente se opõem à minha visita não têm

moral e eu não me juntarei a eles porque eu tenho uma moral. Passei 27 anos da minha vida na prisão para não renunciar aos meus princípios.» E rematou: «Há muitos Estados soberanos e independentes que conduzem a sua política externa de acordo com os seus interesses, e nenhum Estado pode ditar aos outros o que eles devem fazer.» Após este fortíssimo contra-ataque, onde Nelson Mandela não se coibiu de acusar Washington de «racismo» e de «arrogância», as críticas norte-americanas à deslocação do Presidente sul-africano à Líbia desapareceram como por magia.

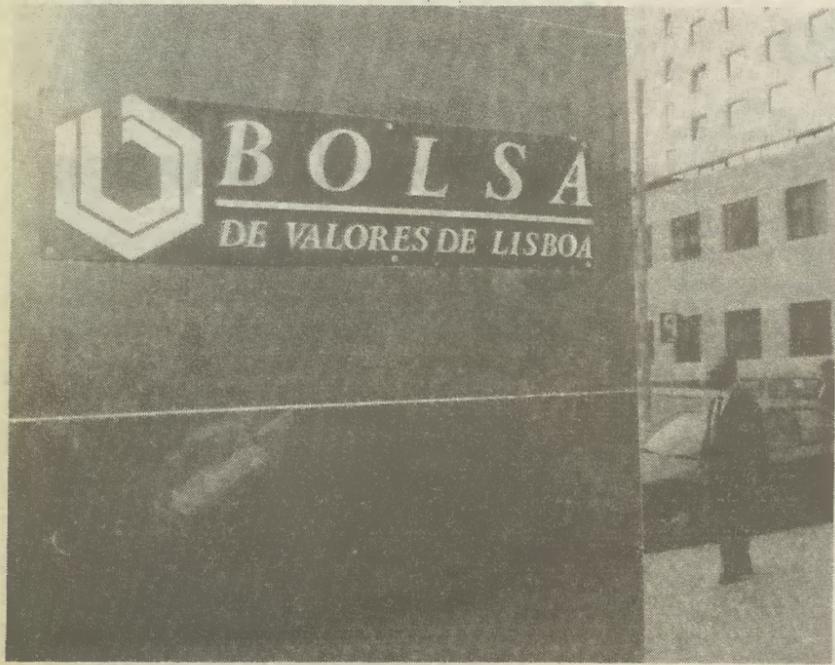
## Fernando Gomes quer adiar regionalização

«Sou favorável a um adiamento, conquanto não seja 'sine die', afirma o dirigente do PS e Presidente da Câmara Municipal do Porto em entrevista ao «Expresso» a publicar no próximo número do semanário. De acordo com excertos publicados naquele jornal, Fernando Gomes justifica a posição com alegados ataques ao primeiro-ministro: «Já há pessoas a dizer que o primeiro-ministro quer que votem

menos de 50 por cento de eleitores, porque assim não perde politicamente com a vitória do 'Sim' e tem um argumento para não fazer a regionalização.» O autarca do Porto considera que tal afirmação «é a pior ofensa que se pode fazer a um regionalista como Guterres, que assumiu isso como compromisso político».

Estimando que um novo recenseamento levará seis meses a fazer, Gomes põe em causa a

data de 25 de Abril de 1998 para o referendo, apresentada como «inadiável» pela direcção do PS. E avança um novo calendário: «Se tudo estiver pronto a tempo, nada impede que as eleições regionais se realizem simultaneamente com as europeias, em Julho de 99, três meses antes das legislativas. Se há coisas que têm a ver umas com as outras são estas, a Europa e as regiões.»



## Crise na bolsa

Em consequência da crise bolsista que se acentuou a semana passada nas praças financeiras do Sueste Asiático, a bolsa de Nova Iorque registou esta semana um *crash* maior que o ocorrido há 10 anos, em 1987, levando o índice bolsista de Wall

Street a uma queda de 7,18% e interrupções, por duas vezes no mesmo dia, da sessão bolsista desta estratégica praça financeira norte-americana. As duas interrupções constituíram a primeira aplicação dos mecanismos de suspensão criados depois do *crash* de

há 10 anos, o que não impediu que o índice Dow Jones tivesse perdido 554,26 pontos, uma quebra mais acentuada que a ocorrida em 19 de Outubro de 1987. As bolsas europeias foram arrastadas no *crash*, registando descidas generalizadas. Em Por-

tugal, a Bolsa de Lisboa registou uma baixa de 2,74%, com o índice BVL 30 a fixar-se nos 3451,12 pontos, o valor mais baixo de Outubro. A inquietação continua, temendo-se agravamentos ainda mais sérios na situação bolsista mundial.

## III Congresso dos Jornalistas Portugueses

É anunciada, em conferência de Imprensa do Sindicato dos Jornalistas, a marcação entre 26 de Fevereiro e 1 de Março do próximo ano na Culturgest, em Lisboa, do III Congresso dos Jornalistas Portugueses. Foi há praticamente 12 anos - em 1986 - que os jornalistas portugueses se reuniram pela última vez em Congresso, «num tempo em que o Estado concentrava ainda uma parcela considerável de meios de comunicação social», como assinala um documento do Sindicato. «Jornalismo real, jornalismo virtual» é o lema «que nos vai alimentar quatro dias de debate», diz o mesmo documento, que recorda ter sido a deontologia o tema central do último Congresso. Agora, «o panorama da comunicação mudou radicalmente», nomeadamente com o aparecimento das televisões privadas, que «produziram uma revolução cujos efeitos se começam só agora a problematizar», a par da crise na imprensa que «vive dias atormentados com a paulatina quebra de leitores ao longo dos tempos» e o «poder

absoluto das distribuidoras, que está completamente fora do controlo dos jornalistas».

O documento refere ainda outras questões que se consideram pertinentes para levar ao debate no Congresso, como «o impacto do jornalismo na internet, a proliferação de cursos de comunicação social, o advento dos contratos individuais e a consequente alteração das relações de trabalho nas empresas, a multiplicação dos contratos precários, os grupos concentracionários de comunicação social», o que «nos obriga a todos a pensar tudo de novo».

NEWSLETTER  
3º congresso dos jornalistas portugueses  
Lisboa, 26, 27, 28 de Fevereiro e 1 de Março

Todos à Culturgest!

jornalismo real

|   |    |   |   |   |
|---|----|---|---|---|
| # | \$ | % | & | / |
| 3 | 4  | 5 | 6 | 7 |
| W | E  |   |   | Y |
| S | D  |   |   |   |
| X |    |   | B | N |

jornalismo virtual

Lisboa, 26, 27, 28 de Fevereiro e 1 de Março



“Se a universidade decidir que eu represento a escolha acertada, será o começo de um trabalho para o qual teremos de fazer convergir o melhor da nossa inteligência, dos nossos anseios, do nosso empenhamento.”

(José Barata Moura, na cerimónia de apresentação da sua candidatura à Reitoria da Universidade de Lisboa - dos jornais)

“Ao cabo de apenas dois anos de governação, é lícito concluir que o entusiasmo com que o novo Governo foi recebido por muitos se terá praticamente esgotado.”

(Manuel Villaverde Cabral «Diário de Notícias», 27.10.97)

“Sou favorável a um adiamento (da data do referendo sobre a regionalização), contanto que não seja ‘sine die’.”

(Fernando Gomes, Presidente da Câmara do Porto «Expresso», 25.10.97)

“A duplicidade de critérios do PS marca hoje o seu estilo de estar na política.”

(João Amaral «Jornal de Notícias», 27.10.97)

“Cavaco Silva não pode ser enclausurado no passado, como se tivesse acabado politicamente.”

(Marcelo Rebelo de Sousa, citado em «Público», 28.10.97)

“Cavaco Silva não é fantasma nenhum.”

(José Luís Arnaud, «braço direito de Marcelo» - «Expresso», 25.10.97)

“Em Portugal, haverá alguém que honestamente e distanciadamente negue que, neste aspecto (aperfeiçoamento do modelo de gestão), a RTP deu um gigantesco passo nesse sentido nos últimos dois anos?”

(Aarons de Carvalho «Público», 28.10.97)

“A estação, que já não se percebe se é dirigida pelo sr. Pinto Balsemão, pelo sr. Emídio Rangel ou pela senhora dona Rosa (amiga invisível do animador Baião), está autofágica de polémica e parece considerar esse o seu alimento para se manter no topo das audiências. Sem escrúpulos.”

(Celso Filipe «Diário Económico», 23.10.97)

“Este caso (da crónica de João Carreira Bom e suas consequências) revela a dificuldade de compatibilizar as imagens do ‘Expresso’, da SIC e de Francisco Pinto Balsemão, ou seja, do semanário de referência, do canal de televisão ‘mexicanizado’ e do político ‘social-democrata’.”

(Mário Mesquita - «Diário de Notícias», 27.10.97)

“A montagem de uma realidade virtual não pode ser feita por jornalistas, ainda por cima abusando da boa-fé de quem julga estar perante um trabalho jornalístico. Isto provoca um dano real para a sociedade.”

(Óscar Mascarenhas, presidente do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas - «Expresso», 25.10.97)

“Ainda me soa bem o Deus, Pátria, Família”

(Carlos Azeredo, candidato do PSD/PP à Câmara Municipal do Porto - «O Independente», 24.10.97)

“Ferreira do Amaral só percebe de sarjetas”

(João Soares - «Tal & Qual», 24.10.97)

CDU

## Confiança num bom resultado marca comício-festa da CDU

Um Coliseu cheio de gente e de entusiasmo, desde a boca-de-cena até ao terceiro anel, mostrou bem a força e a confiança com que dirigentes, candidatos, eleitos, militantes e activistas da CDU encaram a batalha eleitoral de 14 de Dezembro. Além do mais, ainda não estavam apagadas as recentes imagens de «meia-casa» ali mesmo apresentadas por outros partidos...

Sábado foi dia de especial animação em Lisboa. De manhã, desde a Rua da Palma ao Pavilhão Carlos Lopes, passando pelo Chile e Saldanha, serpenteou sob alguns chuviscos a Corrida das Colectividades. À tarde, do Campo das Cebolas ao Castelo de São Jorge, marcharam representantes da nobreza, do clero e do povo, fardados a rigor, assinando os 850 anos da conquista da cidade aos mouros.

Carros de som e bandeiras do PCP e da CDU também fizeram parte da especial animação lisboeta do passado sábado. A partir do meio da

Coimbra juntaram palavras certas às melodias populares e anteciparam o que iria ser o comício - ficou ali mesmo aberta a campanha eleitoral de um dos fundadores do grupo, Arnaldo de Carvalho, cabeça-de-lista da CDU para o executivo municipal de Cantanhede.

Sem perda de ritmo, à despedida da Brigada seguiu-se a estreia de um vídeo onde paisagens, trabalho e pessoas correm ao sabor da Marcha Muni-



# Arranque vigoroso para a campanha autárquica

tarde, ali para os lados das Portas de Santo Antão, aumentou a concentração de tons vermelhos e multiplicaram-se os abraços e outros cumprimentos efusivos, de gente amiga que parecia não se ver há uns tempos. Bandeiras, abraços e vermelhos confluíram para o Coliseu. De entre os últimos a chegar, os mais notados foram os Bombos das Mercês.

### A toda a festa

Quando a Brigada Victor Jara entrou para o palco, a sala estava «composta» (bem mais que meia lotação!) e as primeiras filas, sobretudo na ala mais jovem, já evidenciavam alegria e entusiasmo. Nem meia hora passou, e o Coliseu ficou cheio até acima. Avançando a toda a festa, os músicos de

principal, uma das novas músicas da CDU para o período pré-eleitoral.

Cândido Mota lembrou que a compra da cassette com os temas musicais da campanha é uma boa forma de contribuir para a angariação dos indispensáveis fundos. Da experiência profissional e da sabedoria popular, o apresentador do comício-festa salientou que «a melhor publicidade é um freguês satisfeito», adágio que bem se aplica à Coligação PCP-PEV.

Para breves intervenções, sublinhadas com fortes aplausos, foram chamados à tribuna Margarida Botelho, Abílio Fernandes, Jacinta Ricardo, Daniel Branco, Paulo Neto e Ilda Figueiredo. Por alguns minutos, regressou a Brigada Victor Jara, trazendo consigo a tão conhecida quanto festiva «Carvalhesa».



Só então ficaram definidos os contornos tradicionais de um comício, que não perdeu no entanto o colorido da festa (justificando assim chamar-se *comício-festa*): subi-

ram ao palco dirigentes do PCP, do PEV e da ID, eleitos e candidatos da CDU, mandatários e apoiantes.

Em sintonia com o ambiente que se vivia no Coliseu,

uma forte confiança na possibilidade de obter um bom resultado nas eleições de 14 de Dezembro esteve presente nas palavras de António Galhordas (que presidiu ao

comício), André Martins, Blasco Hugo Fernandes e Carlos Carvalhas.

Carregada de vigor, como demonstrou sábado passado, a CDU vai agora afirmar, com o trabalho e a dedicação dos seus milhares de activistas, os motivos de tão forte confiança: com o valor da obra feita, com a autoridade de quem critica para corrigir e melhorar, com o à-vontade de quem olha de frente as populações e com a determinação de com estas fazer o muito que ainda é preciso. Até 14 de Dezembro, todos os esforços apontam ao reforço e alargamento das posições da CDU.

(Intervenções de Carlos Carvalhas e demais oradores nas págs. 15 a 18.)

■ DM



## Candidatos CDU

Já oficialmente entregues nos tribunais, as listas de candidatos da CDU continuam a ser divulgadas em sessões públicas e encontros com a imprensa.

### ALVAIÁZERE



Jorge Ribeiro

No concelho de Alvaiázere, a CDU apresentou como candidato à presidência da Câmara **Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro**. Tem 32 anos de idade, é licenciado pela Escola Superior de Educação de Leiria, professor de educação física na Nazaré, e formador de árbitros de basquetebol. É ainda jogador e treinador da equipa de cadetes de basquetebol masculinos da Biblioteca Instrução e Recreio, da qual foi director entre 1982 e 1987.

### ANSIÃO



Nídia Valente

A CDU anunciou, como cabeça de lista à Câmara de **Ansião, Nídia Maria Coutinho Valente**. Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é professora na Escola C+S de Freixianda, onde é presidente do conselho directivo, membro da direcção da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB de Ansião e activista do Sindicato dos Professores da Região Centro.

### CALDAS DA RAINHA

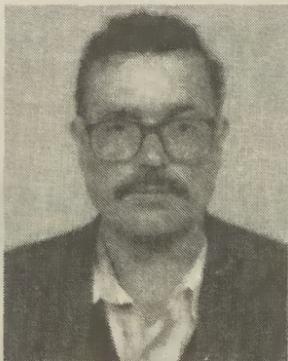


Joaquim Barros

Pôr termo à degradação urbanística e ambiental, à especulação na área urbana, promover a cultura, o património, a educa-

ção e valorizar a cidade e o concelho como entidade social são as linhas de força da CDU para as Caldas da Rainha, onde recentemente foram apresentados os cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal. São eles, respectivamente, **Joaquim Paulo da Silva Barros**, de 34 anos, empresário e candidato independente; e **Ana Maria Rodrigues Rebelo da Silva**, de 46 anos de idade, militante do PCP, licenciada em Engenharia Química e professora do ensino secundário. É membro da direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e eleita na Assembleia Municipal das Caldas da Rainha.

### FIGUEIRÓ DOS VINHOS



João Simões

**João Vaz Simões** é o cabeça de lista da CDU à Câmara de Figueiró dos Vinhos. Operário agrícola, é membro do organismo de direcção do Norte do Distrito de Leiria do PCP, tendo integrado as listas da CDU em eleições autárquicas anteriores e ao Parlamento Europeu. Nos anos 70 fez parte da direcção do Sindicato dos Operários Agrícolas do distrito.

### GAVIÃO

Recentemente a CDU divulgou os cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal de Gavião, respectivamente, **António Manuel Gonçalves Grácio** e **Alberto Paisana Faria**.

António Grácio tem 55 anos, é engenheiro técnico agrário, tendo desempenhado várias funções na Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral,

onde é actualmente coordenador dos Guardas Florestais.

Alberto Faria tem 52 anos, é empregado bancário e é eleito na Assembleia Municipal do Gavião.

### LOULÉ

«A CDU dá voz aos que não querem trocar por migalhas os seus ideais democráticos, e está ao lado de todos aqueles que não se movem por interesses pessoais e egoístas, mas visam o bem-estar dos cidadãos, o progresso real da sua terra no exercício do poder assente na transparência, na honestidade e na competência». São princípios declarados pela candidatura da CDU no concelho de Loulé onde os cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal são, respectivamente, **Manuel Dias** e **Liliana do Carmo Anselmo**.

Manuel Dias é designer, membro fundador da Bloco, CRL, tem 55 anos de idade e é membro da Assembleia Municipal eleito pela CDU em dois mandatos. É presidente do Conselho Municipal de Loulé, técnico coordenador da equipa SAAL (programa de habitação Social), activista do movimento cooperativo, dinamizador da Casa da Cultura, e delegado sindical dos Quadros Técnicos de Desenho. Membro do MDP desde 1968, é militante comunista desde 1976, pertencendo actualmente à DORAL do PCP.

Liliana Anselmo tem 56 anos de idade, é funcionária do Centro de Saúde de Loulé e militante do PCP desde 1975. Foi membro da Direcção da Associação de Moradores de Santo António dos Cavaleiros, no concelho de Loures, tendo a seu cargo o pelouro da Cultura e do Desporto.

### ÓBIDOS

**Sofia Maurício Correia Carvalho** e **Carlos Manuel de Oliveira Vasconcelos** são os cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipal de Óbidos. Sofia Carvalho tem 26 anos de idade é arquitecta, professora na Escola D. João II, e trabalha no atelier da arquitecta Manuela Morgado.



Sofia Carvalho

Carlos Vasconcelos tem 62 anos, é professor de equitação e trabalha no Colégio de S. Bernardino.

### PORTIMÃO

«Um eleito da CDU é parte do Povo, está perto dele e tem orgulho em pertencer-lhe», afirmou **Rui Sacramento** em conferência de imprensa realizada na passada semana para anunciar os cabeças de lista da CDU à Câmara e à Assembleia Municipal de Portimão.

O candidato à Câmara criticou a actual gestão do PS, realçando que a CDU concorre com um projecto e um programa cujos principais vectores são a qualidade de vida, o desenvolvimento económico, a dinamização cultural e a gestão democrática participada e eficaz.

Rui Sacramento tem 52 anos de idade, é empresário e membro do PCP desde 1962. Parti-

cipou na organização do Partido no concelho em 1963 e integra a Comissão Concelhia desde 1974 e a DORAL desde 1989. Exilado em França até ao 25 de Abril, frequentou a Universidade de Vincennes, em Paris, fundou e foi presidente da Associação Portuguesa de Boulogne-Billancourt, integrou a Comissão Sindical Portuguesa e pertenceu à Frente Patriótica de Libertação Nacional.

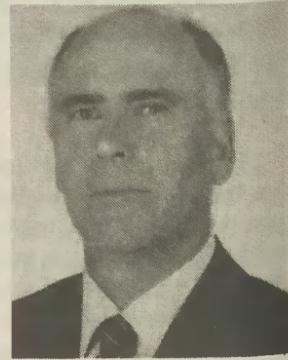
Após a Revolução, foi vogal na Comissão Administrativa da CM de Portimão, deputado municipal entre 1986 e 1989, sendo desde 1990 vereador da Câmara, onde tem actualmente os pelouros da Acção Social, Higiene Pública, Feiras e Mercados mensais. É ainda presidente da comissão de Fogos Florestais.

Na ocasião foi igualmente anunciada a candidatura de **Luís Catarino** à presidência da Assembleia Municipal. O candidato é advogado em Portimão há 36 anos, destacou-se na luta antifascista, tendo pertencido à Comissão Executiva de Faro da CDE para as eleições de 1969. Membro fundador do partido MDP/CDE, do qual foi vice-presidente, participou na fundação da Associação Intervenção Democrática, de cujo Conselho Geral é presidente.

Membro da Comissão Coordenadora Regional do Algarve da CDU, foi deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República, pas-

sou pelas direcções do Portimonense Sporting Clube e da Associação Naval Infante de Sagres, e é deputado na Assembleia Municipal de Portimão desde 1976.

### VILA FLOR



Fernando Ferreira

No concelho de Vila Flor, **Fernando Eduardo Ferreira** encabeça a lista da CDU à Câmara Municipal. Tem 51 anos, independente, é empresário agrícola, presidente do CGEA - Centro de Gestão de Vila Flor, membro da direcção da Cooperativa Agrícola local e da direcção da Associação de Agricultores do Nordeste Transmontano.

O candidato à Assembleia Municipal é **Rui Manuel Correia Tadeu**, de 40 anos de idade, arquitecto de interiores e empresário. É professor em Carrizada de Ansiães, presidente da Junta de Freguesia de Vilas Boas, da Cooperativa Agrícola, da direcção da AGROBIO e do conselho Fiscal da CNA.



Carlos Carvalhas participou na inauguração da sede da CDU, em Setúbal

## Setúbal CDU inaugura sede

Largas dezenas de candidatos, eleitos, activistas e apoiantes da CDU participaram, na passada sexta-feira, na inauguração da sede da coligação, situada no Largo da Misericórdia, em Setúbal, acto em que tomaram a palavra **Rubén de Carvalho**, candidato à Presidência da Câmara Municipal, e **Carlos Carvalhas**, Secretário-geral do PCP.

Situada no rés-do-chão, a sede da CDU permite um contacto directo com a população, pelo que as intervenções foram proferidas no próprio Largo da Misericórdia, onde se registou ainda a particular atenção de muitos transeuntes e utentes do comércio que tradicionalmente fazem desta zona da baixa da cidade uma das mais vivas da cidade.

Coube a **Francisco Leonel Rodrigues Lobo**, mandatário concelhio das listas da CDU, a apresentação do acto, que contou também com breves palavras de **Paulo Raimundo**, membro da Direcção

Nacional da JCP e candidato à Assembleia Municipal de Setúbal, em nome da Juventude CDU.

A propósito da abertura da sede, **Rubén de Carvalho** considerou ser esta «mais um instrumento de trabalho, com as portas abertas no centro da cidade», que permite «apoiar o contacto directo com os eleitores». E, mais à frente, referindo que «a população de Setúbal está saturada da gestão» de uma maioria que «conduziu a Câmara à ruptura», considerou a necessidade da sua substituição por uma maioria CDU.

**Carlos Carvalhas**, por sua vez, «desmontou» o slogan da campanha do PS. Alertou, assim, para a «Força da Experiência», que «anda para aí a ser divulgada, mas que não passa de cansaço, estagnação e falta de ideias», considerando que Setúbal precisa de uma força «melhor», de uma força que «lhe dê inovação».

## Rectificação

«Persistir no erro é próprio do homem», não reza mas deveria rezar o conhecido ditado popular, para ser mais consentâneo com a realidade.

Aliás, só assim se justifica que, ao proceder à correcção de uma gralha informática, que na sua edição de 16 de Outubro havia feito cair o nome do candidato da CDU à Presidência da Assembleia Municipal de Alcútem, o «Avante!» voltasse a errar, indicando o nome de **Luís Matos**, em vez de **Luís Santos**, professor do ensino secundário e actual Presidente da Assembleia Municipal de Alcútem.

A **Luís Santos** e aos leitores do «Avante!», apresentamos, pois, as nossas desculpas.

## CDU impede destruição de escola

Por proposta do vereador da CDU, Carlos Rabaçal, a Câmara de Cascais decidiu procurar um espaço alternativo para a construção do Centro de Saúde - extensão do Estoril - impedindo assim a destruição de uma escola e de um jardim que a população da Areias, Alapraia e S. João do Estoril considerava essencial preservar.

Também por unanimidade, a Câmara aprovou mais duas propostas apresentadas por Carlos Rabaçal que visam a requalificação global dos bairros Irene e Maria, na freguesia de Alcabideche, e a criação de melhores condições de trabalho para as trabalhadoras auxiliares de serviços gerais.

## «Começou a batota!»

A Coordenadora da CDU de Coimbra protesta contra o anúncio de um debate na SIC entre apenas dois dos candidatos à presidência da Câmara Municipal. Para a coligação esta iniciativa «revela a intenção da estação televisiva de discriminar todos os outros candidatos e desta forma afrontar os princípios do pluralismo e da igualdade de tratamento de todas as candidaturas».

A CDU, que apresentou já queixa contra a SIC na Comissão Nacional de Eleições, exige que o debate seja alargado a todos os candidatos e apelou «a todos os democratas para, durante os próximos dias, fazerem chegar aos estúdios de Carnaxide e aos candidatos do PSD e do PS o seu protesto e a exigência de jogo limpo nestas eleições autárquicas».

## Católicos das Patameiras apoiam CDU em Loures

A comunidade Católica das Patameiras-Odivelas apoiou publicamente os candidatos da CDU às próximas eleições autárquicas no concelho de Loures, nomeadamente as candidaturas de Eduardo Baptista à presidência da Junta de Freguesia de Odivelas e de Demétrio Alves à presidência da Câmara Municipal de Loures.

O anúncio formal do apoio foi feito no passado dia 12 de Outubro, durante um almoço-convívio comemorativo do nono aniversário da abertura do Centro Católico das Patameiras, que contou com a presença de Eduardo Baptista. Refira-se que um dos responsáveis da Comunidade Católica das Patameiras é Borges Cardoso, eleito actualmente na Assembleia Municipal de Loures na bancada do PSD.

## Oeiras exige reabertura do SAP

O recente encontro de candidatos da CDU no concelho de Oeiras aprovou por unanimidade uma Moção exigindo a reabertura imediata do SAP - Serviços de Atendimento Permanente, que foi substituído por um SAC - Serviço de Atendimento Complementar.

A Coligação recorda que com a falta de médicos no Centro de Saúde, o SAP era o único recurso para muitos milhares de pessoas que não têm acesso em tempo útil às consultas de médicos de família.

A CDU já entregou ao Grupo Parlamentar do PCP um documento no sentido de ser requerido ao Governo esclarecimentos sobre ao encerramento do SAP e reclamar a reabertura do anterior serviço.

## Encontro de reformados nos Olivais

Com a participação de mais de 50 camaradas e amigos, e dos candidatos à Assembleia de Freguesia dos Olivais, realizou-se no passado dia 23, na SFUCO, uma reunião com reformados, para apresentação do programa eleitoral do PCP para a freguesia.

Na reunião - promovida pela Comissão de Freguesia do PCP dos Olivais, Lisboa -, foram particularmente debatidos os problemas que mais afectam a cidade e os moradores da freguesia, assim como os graves problemas que afligem os reformados.

Estiveram ainda presentes na sessão a camarada Alexandra Gonçalves, membro da Assembleia Municipal de Lisboa, e o camarada António Dias Lourenço.

## Em defesa dos baldios

Os compartes da freguesia de Praia de Mira, concelho de Mira, estão alarmados com as pretensões da Câmara aos terrenos baldios que desde sempre tiveram uso e gestão comunitária, e acusam a autarquia de «em cima das eleições criar a falsa expectativa de que vai urbanizar uma área determinada de baldio».

Os órgãos eleitos dos Baldios afirmam que não foram consultados e que só eles podem decidir das formas de gestão e administração daqueles terrenos. Reconhecendo a necessidade de criar novas áreas urbanizadas no concelho, os compartes recordam que existem outros terrenos, nomeadamente na Videira Sul, cuja urbanização foi prometida há quatro anos pelo actual presidente da Câmara.

## CDU

## Mega-almoço em Sintra

# «O objectivo é ganhar a Câmara»

Cerca de duas mil pessoas estiveram no passado domingo, no Campo Raso, onde se realizou um almoço de apoio à candidatura da CDU à Câmara Municipal de Sintra, que marcou o início da pré-campanha no concelho.

Para além da presença dos candidatos à Câmara, Assembleia Municipal e freguesias, na mesa da presidência do mega-almoço, estava ainda o professor universitário Vítor Serrão, mandatário concelhio, membro da direcção do Sector Intelectual da ORL, que teve uma destacada participação no projecto de elevação de Sintra a Património Mundial da Humanidade.

Logo depois da intervenção de Lino Paulo, cabeça de lista da CDU à Câmara, o almoço foi animado pela actuação do grupo musical «Fruta da Terra». Entre os presentes estava também Nuno da Câmara Pereira que, convidado a actuar na iniciativa da CDU, manifestou o seu apoio à candidatura de Lino Paulo, afirmando que «a CDU sempre respeitou a arte e cultura portuguesas». Sobre o cabeça de lista, salientou que o considera «um homem honesto, íntegro, dedicado e com fé no concelho de Sintra. Estou de consciência plena, as consciências não se vendem e reconheço a verdade de Lino Paulo». O artista dedicou ao



Lino Paulo encabeça uma lista de autarcas experientes dispostos trabalhar para as populações

candidato o fado «Não Venhas Tarde», sublinhando que «tem condições de vir a conseguir uma maioria na Câmara Municipal de Sintra».

Lino Paulo recordou os objectivos programáticos da CDU no concelho onde, sublinhou, «é a segunda força e a pequenissima distância da primeira». Assim, «não é estranho que afirmemos o nosso objectivo de vencer as eleições, conquistar a presidência da Câmara Municipal de Sintra e de um significati-

vo número de juntas de freguesia».

«É um objectivo realista: face à prestação, que consideramos negativa, a da actual

Lino Paulo salientou ainda que «a CDU candidata autarcas experientes e a quem a população reconhece honestidade, competência, capacida-

maioria, e à falta de outras alternativas credíveis à mesma; face às incontáveis afirmações de apoio que nos chegam, vindas de todos os sectores sociais e de todos os quadrantes políticos», declarou.

des de trabalho e de diálogo. Autarcas que sabem e querem trabalhar de mãos dadas com as populações e as instituições e que são também capazes de diálogo e da criação de consensos com eleitos de outras forças políticas».

## Nazaré Pelouro de Pescas é prioritário

As vantagens de ter um vereador no executivo, para colocar um ponto final no protagonismo e nas guerras do PS e do PSD, foi a tônica da intervenção de Frederico Martins, candidato à Assembleia Municipal da Nazaré pela CDU, na sessão pública de apresentação da candidatura. José Luís Pereira, o candidato da CDU à Câmara Municipal, diria a seguir que «a criação de um pelouro das pescas, no próximo executivo, será uma das prioridades» da coligação.

Refira-se que a CDU perdeu o seu vereador em 1985 e desde então deixou de ter um representante no executivo nazareno. «Repor a legalidade, terminando com os boicotes de política baixa que na sua maioria colocam em causa o interesse da população e do Concelho», é o compromisso assumido pela CDU caso venha a eleger um vereador para o executivo.

Intervir criticamente no Plano Rodoviário Nacional, com a alteração do traçado do IC9, intensificar a discussão em torno de alguns documentos importantes, nomeadamente o PDM, os Planos de Pormenor e os Planos de Ordenamento da Orla Costeira, a par da criação de um Pelouro para as Pescas, foram ainda outras das linhas força da intervenção de Frederico Martins.

«Tenho 22 anos de trabalho na Nazaré», começou por dizer José Luís Pereira, para alguns um ilustre desconhecido, mas, que para um sector importante da população, é um amigo de longa data, dadas as suas funções de médico da Mútua dos Pescadores.

Segundo afirmou, «a Nazaré é hoje um Concelho marginalizado e desacreditado, com culpas para as gestões que não olharam primeiro para o interesse dos eleitores».

O sector das pescas, o estado de abandono da Igreja de S. Gião, a não existência de uma escola de hotelaria virada para o turismo, são, entre outras, algumas das questões levantadas pelo candidato pela CDU que prometeu para breve a apresentação de propostas concretas.

Mas se o clima não estava ainda suficientemente quente, Manuel Freire aqueceu os ânimos e a «Pedra Filosofal» deu o mote para uma campanha que poderá trazer algumas surpresas no panorama político da Nazaré.

## Marinha Grande Eleitoralismo com dinheiros públicos

A utilização abusiva das instituições do Estado ao serviço da campanha do PS na Marinha Grande esteve de novo patente na visita à estrada de S. Pedro de Moel pelo governador civil e o presidente da Câmara Municipal, acompanhados pelo responsável da JAE.

Segundo a CDU, esta visita ocorreu na sequência da onda de contestação às obras da pista para ciclistas, e destinou-se a anunciar que afinal o seu traçado irá ser alterado bem como será feito o exigido alargamento.

A incompetência da Câmara motivou uma abaixo-assinado da população, bem como duras críticas feitas na última sessão da Assembleia Municipal. Pressionados pela opinião pública, Governo e Câmara vêm agora prometer mais emendas ao projecto inicial, numa manobra que é classificada de «descarado eleitoralismo» e «utilização abusiva dos dinheiros públicos» em benefício da campanha eleitoral do PS no concelho.

Mas há outros exemplos. Neste fim-de-semana, à revelia de qualquer deliberação colectiva do executivo camarário, foram contratados os «Delfins» para uma actuação na Marinha Grande que custou à autarquia alguns milhares de contos.

Comentando este caso, a CDU sublinha que não está em causa que a Câmara proporcione espectáculos de qualidade à população em geral, mas não pode deixar de denunciar o aproveitamento político desta iniciativa promovida a escasso mês e meio das eleições.

Por outro lado, a CDU recorda que em três anos e meio, não se realizou qualquer espectáculo desta natureza, mas nos últimos seis meses actuaram na Marinha e na Vieira Rui Veloso, Pedro Barroso e agora os Delfins que custaram avultadas verbas à autarquia, esquecendo o executivo o grande endividamento da Câmara e o atraso no pagamento aos fornecedores.



Com a delegação do PC da China

## Encontros do PCP

De 22 a 27 de Outubro visitou Portugal, a convite do CC do PCP, uma delegação do PC da China, dirigida por Liu Jonquin, Vice-Director do Departamento de Relações Internacionais do CC do PC da China, que integrava, também deste Departamento, Gu Honglin, Subdirector Geral da Secção de Assuntos da Europa Ocidental, Chen Hequan, Investigador, e Guo Suquin e Hao Qingzhu, Secretários.

A delegação do PC da China teve conversações com uma delegação do PCP dirigida por Carlos Carvalhas, Secretário-geral, e que integrava Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado, e Carlos Aboim Inglez e Manuela Bernardino, do Comité Central e da Secção Internacional. A delegação do PC da China foi recebida pela DOR Lisboa, pela DOR Setúbal e pelo OIR Alentejo e visitou Palmela, Borba e Évora, tendo tomado contacto com diversos aspectos da organização e actividades do PCP e do Poder Local. As conversações contribuíram para o melhor conhecimento mútuo e o reforço das relações de amizade e cooperação entre os dois Partidos.



Com a delegação da Confederação do Turismo Português



Com a Comissão de Luta do Oeste

Na segunda-feira, dia 27 de Outubro, Carlos Carvalhas e Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política, receberam uma delegação da direcção da Confederação do Turismo Português, composta pelo seu Presidente Atilio Forte, Stefano Saviotti e Remédio Pires.

Neste encontro, foram abordados vários problemas e preocupações sobre a actividade turística, designadamente quanto a verbas para a promoção dos nossos produtos turísticos, a problemas sobre o interesse da fiscalidade que se aplica ao sector, ao papel das Regiões de Turismo, aos sistemas de apoio ao investimento no sector.

Da parte da Confederação foi ainda exposta a sua pretensão de vir a ser admitida como membro efectivo do Conselho Económico e Social.

As diversas questões abordadas inserem-se em problemas não resolvidos por este Governo em relação à actividade turística, os quais continuarão a merecer, por parte do PCP, a maior das atenções no quadro da sua actividade.

Também na terça-feira, dia 28 de Outubro, uma delegação do PCP, constituída por Fernanda Mateus, da Comissão Política, Rosa Rabiais, do Secretariado, José Augusto Esteves e António Filipe, do Comité Central, recebeu no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes uma delegação da Comissão de Luta do Oeste, dirigida pelo seu presidente, Feliciano Barreiros Duarte.

## Loures Verbas simbólicas para «obras virtuais»

A proposta de PIDDAC para 1998 é «um mero instrumento de propaganda eleitoral do Governo», acusa a Comissão Concelhia de Loures do PCP.

Referindo as «verbas simbólicas que não permitem executar o que quer que seja» mas «autorizam» que ministros e secretários de Estado, ao lado de candidatos do PS, anunciem «obras virtuais», o PCP dá como exemplo dessa actuação o caso do prometido Hospital de Loures, com uma verba inscrita de 50 mil contos, ou os Centros de Saúde de S. João da Talha, onde o Governo prevê um investimento de 12 mil contos.

Quanto à Segurança Pública e à instalação das Forças de Segurança, diz o PCP que o Governo se prepara para «fazer tábua rasa» do protocolo assi-

nado com o Município de Loures - como revelam as verbas inscritas para a construção das Esquadras da GNR de S. João da Talha e de Sta. Iria de Azóia, respectivamente 15 mil e cinco mil contos. E mostra-se preocupado com a inexistência de previsão de investimento para a solução de problemas tão importantes como o da Quinta do Mocho ou o da construção do novo Quartel para os Bombeiros Voluntários de Sacavém.

Assim, na segunda-feira passada, numa visita realizada à Zona Oriental do concelho de Loures, o Grupo Parlamentar do PCP anunciou ir levar à dis-

cussão do OE na especialidade as seguintes propostas: de extensão do Metro a Sacavém, partindo da gare do Oriente e passando por Moscavide e Portela; de construção do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Sacavém; da instalação de Forças de Segurança em S. João da Talha e Sta. Iria de Azóia; da criação do Centro de Saúde de S. João da Talha e melhoria das instalações em Bobadela, Sacavém e Sta. Iria de Azóia.

### Emigração

«Irrisória» é a palavra usada pela Direcção da Organização na Emigração do PCP para classificar a verba de 29 mil contos que o Governo atribuiu para o funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas no Orçamento do Estado para 1998.

A atribuição de uma tal verba, pouco mais de um mês após a reunião plenária do Conselho que, para esse efeito, aprovou uma moção a reclamar a importância de meio milhão de contos, revela bem - diz o PCP - a «demagogia mediática e dialogante» deste Governo quanto à emigração portuguesa. Por isso, os comunistas irão propor na Assembleia da República o aumento desta quantia que, em sua opinião, «não só é inferior aos custos efectuados este ano com o Conselho como muito provavelmente será inferior às verbas para as viagens do secretário de Estado José Lello no próximo ano».

## Cultura tem «gestão conjuntural»

A actuação «profundamente contraditória» do Ministério da Cultura e do Governo PS tornaram visível a situação de crise que este Ministério vive e que se traduz por uma «larga e conflituosa troca de lugares», designadamente do próprio secretário de Estado, do chefe de gabinete do ministro, dos responsáveis do Pró-Côa, dos Museus, do Teatro e do Cinema.

Isto passa-se, diz o Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa do PCP na denúncia que faz, porque, apesar de se ter afirmado em ruptura com a política seguida «pela SEC de Cavaco Silva», e de algumas acções em sentido contrário (no Parque Arqueológico do Côa, nas áreas do Livro e da Leitura, nos Arquivos), o Ministério da Cultura se insere num Governo que segue as «linhas essenciais» da política do PSD. Por outro lado, o arrastamento dos processos de reestruturação, muitas vezes em conflito com os serviços, técnicos e agentes culturais, tem conduzido a baixas taxas de execução orçamental.

Para o PCP, o Ministério e a área da Cultura tornaram-se,

pois, «terreno de rivalidade e de conflito entre "lobbies" do PS» que, em vez de uma real prioridade à área da Cultura, faz uma «gestão conjuntural do próprio OE, orientada pelos ciclos eleitorais».

É o esvaziamento da política prometida pelo Governo, diz ainda o PCP que, entre outras denúncias, refere o compadrio, a demagogia, a falta de apoio à livre criação e fruição culturais e de estímulo à produção individual e colectiva, o reduzido empenho do IPPAR no restauro, reabilitação e dignificação de monumentos, edifícios e conjuntos. Problemas a que os comunistas querem pôr termo com cinco medidas imediatas: um amplo debate sobre as Leis Orgânicas da lavra do Ministério da Cultura; um debate sobre as dotações para a Cultura no Orçamento do Estado; uma política de estabilidade e de aproveitamento dos meios materiais e humanos; a concretização das medidas há muito reivindicadas para a dinamização da intervenção, criação, acção e fruição culturais; o funcionamento efectivo do Conselho Nacional de Cultura.

### CAMARADA FALECIDO

#### Serafim Eugénio Mangualde

Faleceu recentemente, com 81 anos de idade, o camarada Serafim Eugénio Mangualde. Organizado na freguesia do Alto do Seixalinho, no Barreiro, o camarada era muito estimado no local de trabalho e nos meios desportivos aos quais se dedicou.

Aos familiares e amigos do camarada falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Campanha Nacional de Fundos Atingidos OS

### 160 mil contos!

A boa compreensão e adesão à Campanha Nacional de Fundos por parte de militantes e simpatizantes do PCP, de activistas da CDU e de outros democratas que reconhecem o papel desempenhado pelo PCP na sociedade, permitiram que esta semana se tenham atingido os 160 mil contos, ou seja, 80 por cento da meta nacional.

A generalidade das organizações entendeu, de facto, esta campanha como uma forma eficaz de fazer face às despesas da campanha eleitoral, em que, mais uma vez, o PCP e a CDU intervêm de forma transparente. É assim que já vários concelhos e distritos ultrapassaram as metas estabelecidas. Entretanto, em algumas organizações, a intensa actividade partidária, nomeadamente a preparação das eleições autárquicas, e outras tarefas de execução imediata, têm-nas levado a deixar para trás a campanha de fundos. Dar, pois, um novo impulso à Campanha de Fundos, através das mais diversas iniciativas, de forma a rapidamente atingir e ultrapassar os 200 mil contos que o PCP se propôs, é hoje uma tarefa de todos.

## TAP com novo acordo «segredo»

À semelhança do comportamento que teve quando do acordo com a Swissair, de novo a administração da TAP envolve de secretismo a já confirmada «negociata» com o grupo Pestana para a venda de um Lockheed, que há meses havia negado.

Por aspectos desta «venda», apesar de tudo conhecidos, sabe-se que ela apresenta um carácter ainda mais gravoso do que se previa, começando pela entidade a quem o Lockheed foi vendido, «uma tal Air Zarco» e não a Air Madeira, como se pensava.

Entretanto, sabe-se que a TAP, afinal, não recebe o valor total da venda (8 milhões de dólares), mas tão-somente uma pequena parte (2 milhões), a pretexto da compra de serviços à Air Madeira; que, a partir de 2 de Novembro, deixa de operar para o Canadá, «oferecendo» este mercado de 800 mil portugueses à Air Madeira; que a autorização para efectuar estes voos em Lockheed foi dada à Air Luxor, empresa de que, «curiosamente», um dos donos acabou de ser nomeado para um importante cargo na DGOV.

A denúncia de toda esta situação cabe à célula da TAP do PCP que, embora não contestando a venda do Lockheed em condições vantajosas para a TAP, exige o conhecimento pelos trabalhadores dos termos do acordo, que parece transparecer «um belo negócio dentro da família socialista» ou «favores a um correlegionário e financiador».

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Criminalização dos cortes de estrada

## Abafar a indignação e as lutas sociais

A Assembleia da República aprovou os dois diplomas, da autoria do Governo e do PSD, que criminalizam os cortes de estrada. No momento da votação, reflectindo aliás a postura fortemente crítica que assumira no decorrer do debate, apenas o Grupo Parlamentar do PCP votou contra.

Depois de na última sessão legislativa ter visto rejeitadas pelos partidos da oposição as alterações ao Código Penal, o Governo apresentou como único ponto da sua proposta a criminalização dos cortes de estrada, preconizando a pena de prisão até três anos ou pena de multa para quem "impedir a livre circulação de transporte rodoviário ou por ar, água ou caminho-de-ferro".

Por outras palavras, passa a ser considerado crime quem destrua, danifique ou

impeça a utilização de uma via de comunicação ou quem coloque obstáculo ao funcionamento ou circulação nas vias. Como justificação para a alteração pretendida, o Governo refere que a "liberdade de circulação é um direito fundamental", consagrado na Constituição.

O PSD, por seu lado, separa os impedimentos de circulação rodoviária dos restantes, sendo que para os primeiros pretende penas de prisão até três anos ou multa, subindo nos outros -

ar, água ou caminho-de-ferro - para penas de prisão que podem ir até aos cinco anos.

Frontalmente contra as alterações propostas pelo Governo e o PSD esteve a formação comunista. Odete Santos, no caso da proposta de lei, não hesitou em classificá-la de "extravagante e desinserida do Código Penal", acusando o Governo de com ela querer "erigir a lei criminal em arma de combate contra os problemas sociais".

Significa isto, do seu ponto de vista, que o Governo definiu como prioridade da sua política criminal o "combate aos trabalhadores com salários em atraso" a todos os que "lutem contra despedimentos abusivos", aos que "protestem



O Governo erigiu como prioridade da sua política criminal o combate aos trabalhadores com salários em atraso ou que lutam contra despedimentos abusivos

contra a insegurança nas escolas", aos que "reivindiquem a extinção de portagens", a "todos aqueles que em desespero de causa se manifestem através de cortes de vias de

circulação, publicitando graves problemas sociais".

O que está verdadeiramente em causa, por conseguinte, não é a garantia do direito à liberdade de circulação, como invoca o Governo e a direita, mas sim - lembrou-o Odete Santos -, o de transformar a lei penal "num exercício do Poder contra grupos determinados, contra pessoas que não são criminosas, contra pessoas angustiadas, desesperadas e indignadas".

"A neocriminalização de condutas só pode encontrar

justificação quando desencadeiem consequências comunitariamente inaceitáveis. O que não é o caso", enfatizou Odete Santos, exemplificando, a propósito, com o clima de compreensão e solidariedade que rodeou a luta dos trabalhadores da Marinha Grande perante os salários em atraso e o encerramento de empresas ou com o generalizado buzínio da Ponte 25 de Abril e consequente movimento de repúdio pela violenta carga policial então desencadeada.

## Tratamento de toxicodependentes Novas regras e maior transparência nos apoios

Novas medidas no plano da prevenção secundária da toxicodependência, formalizadas em projecto de lei do PCP, foram aprovadas na semana transacta pelo Parlamento. Preenchendo uma lacuna na legislação em vigor, o novo regime legal vem estabelecer regras e clarificar procedimentos no que se refere ao financiamento público de projectos apresentados por organizações não governamentais no âmbito do tratamento de toxicodependentes.

A importância do diploma e das medidas neles preconizadas reside, em síntese, no facto de estabelecer critérios objectivos para a atribuição de participações em projectos de investimento (recorde-se que no caso do apoio à manutenção de actividades tais critérios já existem), garantindo deste modo não apenas uma maior transparência, como também uma mais correcta utilização dos dinheiros públicos.

A questão é tanto mais actual e pertinente quanto é certo que a indefinição até hoje verificada, como assinalou o deputado comunista António Filipe, tem permitido "uma excessiva margem de discricionariedade". Significa isto, lembrou, que não se pode dizer que os apoios só são concedidos a entidades de reconhecida qualidade e idoneidade, do mesmo modo que nada garante que por vezes não prevaleçam critérios de natureza política na decisão da atribuição de apoios.

Tratando-se de apoios do Estado, o que está em causa,

pois, na perspectiva de António Filipe, é uma separação de águas capaz de garantir que as verbas disponibilizadas sejam canalizadas para as entidades que revelem estar "seriamente empenhadas em minorar as pesadas consequências sociais e humanas da toxicodependência" e não para aquelas que aproveitando-se do flagelo soci-

al da toxicodependência e do desespero das famílias visam apenas obter vultuosos lucros.

Nesse sentido, concretamente com a preocupação de criar um regime legal que estabeleça essas garantias, o diploma define um conjunto de medidas, como sejam, por exemplo, os elementos constituintes dos projectos de candidaturas, a

delimitação das condições para o financiamento, os limites da comparticipação, ou os mecanismos de fiscalização da aplicação das verbas concedidas.

Relacionado com esta problemática foi ainda aprovado um outro diploma, este da autoria do PSD, referente a núcleos de acompanhamento médico ao toxicodependente.

## Pensões Tímidos aumentos não corrigem injustiça

O Parlamento aprovou uma recomendação ao Governo para que este, aproveitando as "actuais condições de crescimento global da economia", proceda a um aumento extraordinário das pensões de reforma mais degradadas. Sob a forma de projecto de resolução, da autoria do PSD, esta iniciativa acolheu os votos favoráveis de todos os partidos da oposição. A bancada socialista votou contra.

O Grupo comunista, pela sua parte, coerente com as posições por si sempre assumidas nesta matéria, não teve dúvidas em considerar a proposta "correcta e socialmente justa". O deputado comunista Rodeia Machado foi mesmo mais longe e referiu que face aos bons resultados financeiros da Segurança Social não há nenhuma razão para que o Executivo não proceda a "uma recuperação gradual das reformas mais degradadas e aumente as pensões para níveis considerados necessários a padrões de vida aceitáveis".

É, aliás, conhecida a recente exigência do PCP no sentido da concretização de um aumento extraordinário de três mil escudos para as pensões inferiores ao salário mínimo nacional, aumento que Rodeia Machado vol-

tou a reclamar, esclarecendo que o mesmo não é substitutivo mas sim aditivo ao valor da actualização anual das pensões.

Mas a bancada do PCP não se ficou pelas críticas ao Governo a quem acusou de limitar-se a "executar aumentos tímidos das pensões" e continuar a negar a milhares de cidadãos uma melhoria das suas condições de vida. Quem também não foi poupado foi o PSD. Com ironia, Rodeia Machado não deixou de chamar a atenção para a curiosidade, se assim lhe podemos chamar, que reside no facto de a bancada laranja só agora ter descoberto como as pensões e reformas de 2,5 milhões de portugueses estão degradadas, mal chegando para a sua alimentação.

"O PSD, que foi responsável pelo Governo durante dez anos, nunca se lembrou que estes portugueses existiam e que essas reformas eram e são reformas de subsistência, algumas abaixo do limiar de pobreza", fez questão de lembrar o parlamentar comunista, antes de sublinhar que foi ainda durante o reinado cavaquista que as dívidas das empresas à Segurança Social atingiram mais de 400 milhões de contos.

## Impactes ambientais As cumplicidades do Governo

Os governos no decorrer da última década, antes o PSD, hoje o PS, foram co-responsáveis por alguns dos crimes ambientais ocorridos no nosso país. A acusação é do Partido Ecologista "Os Verdes" e foi proferida a propósito de uma directiva comunitária (85/337/CEE) sobre Avaliação de Impactes Ambientais que demorou cerca de doze anos para ser transposta correctamente para o Direito interno.

No debate de urgência realizado na passada semana sobre esta matéria, por iniciativa de "Os Verdes", alguns factos vieram a lume, pondo em evidência não apenas vergonhosas cumplicidades, como opções economicistas, que, foi demonstrado, comprometem o futuro.

O escândalo reside, sobretudo, conforme assinalou a deputada Heloísa Apolónia, de "Os Verdes", no facto de a inexplicável demora verificada com a transposição da directiva comunitária ter, deliberadamente, permitido livrar da obrigatoriedade de estudos de impacte ambiental projectos de grande envergadura, como a Expo'98 ou o megacentro Colombo, a marina de Cascais ou o Metro do Porto.

Indo ao fundo da questão, para Heloísa Apolónia, o problema reside na "credibilização e eficácia real dos estudos de impacte ambiental", uma vez que, denunciou, em Portugal eles têm funcionado "para justificar decisões já tomadas" e não "como instrumento auxiliar e fundamental para a aprovação desses projectos".

Também o deputado comunista José Calçada, definindo a posição da sua bancada, aludiu a esta questão, frisando que o problema da avaliação de impactes ambientais, "muito mais que uma questão meramente técnica, é uma questão de opção política".

Especificando, recordou que a avaliação de impactes ambientais "colide frequentemente com fortes interesses económicos", pelo que, muitas vezes, serve para "dar cobertura a situações de facto" e é utilizada como mera "medida folclórica".

Daí que o importante, conforme reclamam "Os Verdes", seja garantir que os projectos com impacte significativo no ambiente sejam sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental, que os processos de fiscalização de obras funcionem, que as medidas minimizadoras resultantes de estudo de impacte ambiental sério e rigoroso sejam efectivamente aplicadas.

## TRABALHADORES

Inter  
no Alqueva

Uma delegação sindical da CGTP foi aberta na semana passada, no empreendimento do Alqueva, após vários meses de negociações entre o Secretariado Inter-Regional do Alentejo da Inter e a administração da EDIA. Com o objectivo de «reforçar a unidade dos trabalhadores, sindicalizar e melhorar as condições de trabalho», refere uma nota da estrutura sindical alentejana, a delegação funciona dois dias por semana, com dirigentes das uniões distritais de Beja e Évora e do Sindicato da Construção Civil, que prestam apoio aos trabalhadores em matérias de contratação colectiva e individual, condições de higiene e segurança, salários, subsídios de refeição, remuneração de trabalho extra, transportes e outros.

Petrogal  
a tribunal

Para obrigar ao respeito das leis, as estruturas representativas dos trabalhadores da Petrogal estão mandatadas para recorrer ao poder judicial e vão avançar, desde já, com a denúncia das ilegalidades cometidas e pedidos de intervenção junto da Inspecção Geral do Trabalho, órgãos de soberania e grupos parlamentares.

Ao dar nota das conclusões de um recente encontro de dirigentes e delegados sindicais e membros da comissão e subcomissões de trabalhadores da Petrogal, a Federação da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás revelou alguns atropelos de direitos verificados no quadro do processo de privatização: executada sem o necessário parecer prévio da CT, a reestruturação organizacional «já atirou para o desemprego centenas de trabalhadores»; há «dezenas» de funcionários «na "prateleira", sem funções distribuídas»; são praticados «vários salários diferentes dentro da mesma categoria e funções, violando o princípio constitucional e a jurisprudência firmada, de que a trabalho igual deve corresponder salário igual»; e há «dezenas de trabalhadores ilegalmente subcontratados a terceiros», contra a legislação sobre trabalho temporário. No encontro foi condenado este processo de reestruturação, de que resulta uma «enorme sobrecarga de trabalho» que «põe em causa a segurança das instalações e em risco a saúde e a própria vida dos trabalhadores».

Congresso dos ferroviários  
reforça estrutura sindical

Duas décadas de políticas de direita, que o PS manteve e retomou, levaram o caminho-de-ferro a uma «desastrosa realidade», com encerramento de troços de via, liquidação de postos de trabalho e agravamento dos prejuízos.

A situação do sector, as linhas de acção reivindicativa para 1998 e medidas de reestruturação sindical para uma maior rentabilização dos meios e uma mais próxima ligação com os trabalhadores foram as questões centrais que ocuparam os 160 delegados ao 5º Congresso da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses.

Esta estrutura da CGTP reuniu o seu órgão máximo nos dias 24 e 25, em Lisboa. Entre os convidados que assistiram ao congresso estiveram delegações de outras organizações sindicais portuguesas, do PCP e do seu Grupo Parlamentar, e de ferroviários espanhóis (Comisiones Obreras) e franceses (CGT).

Os delegados elegeram o Conselho Nacional da federa-

ção, aprovando a lista única apresentada pela direcção cessante. Constituído por 55 elementos (mais 10 que o anterior), o CN tem mais dirigentes jovens e vê alargadas as suas características unitárias - como salientou ao «Avante!» José Manuel Oliveira, reeleito para aquele organismo.

O Programa de Acção aprovado incumbe a federação e os sindicatos de «avançar com todas as medidas de discussão e decisão que conduzam à reestruturação sindical, com vista à fusão das 4 estruturas num único sindicato nacional, que centralize a direcção, rentabilize mais

os meios técnicos e humanos, mas que, simultaneamente, descentralize a sua actividade, aproximando-a mais dos trabalhadores».

Os congressistas salientam a necessidade do «envolvimento profundo» dos ferroviários «na discussão e na decisão» sobre esta matéria, notando que «a estrutura sindical da federação, apesar de alguns ajustamentos, é, no essencial, a mesma que foi criada após o 25 de Abril». Como alterações que motivam a reestruturação sindical no sector, o Programa de Acção refere a «redução drástica de postos de trabalho», o divisionismo e a

pulverização sindical, a necessidade de «análise e decisão rápida, cada vez mais próxima dos trabalhadores».

«A procura da unidade na acção, que devemos continuar a potenciar, não pode ser um fim em si mesmo, mas um meio para possibilitar o desenvolvimento da luta pela resolução dos problemas dos trabalhadores», defende o documento-base do congresso, sublinhando que «a procura de convergência nunca poderá ser um factor de bloqueio do desenvolvimento da luta, nem limitar a capacidade de iniciativa, autonomia e real influência da federação».

## Administração Pública sai hoje à rua

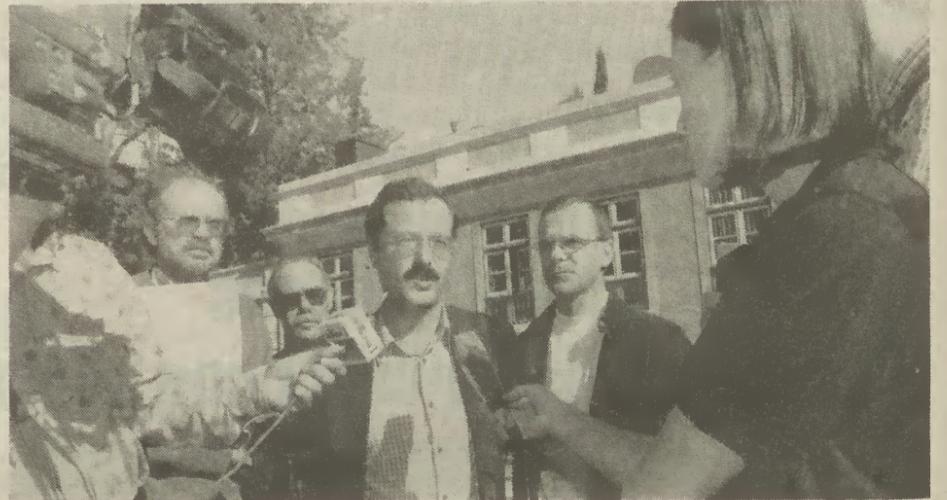
A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública convocou para hoje, às 15.30 horas, uma concentração na Praça do Marquês de Pombal, em Lisboa, seguida de desfile até à residência oficial do primeiro-ministro. Estão igualmente marcadas concentrações para o Porto e Coimbra.

Ao divulgar os contornos desta jornada de luta, a Frente Comum afirmou a sua preocupação quanto a alguns factos que marcam o comportamento do Governo nos últimos meses. O executivo de António Guterres e Jorge Coelho, acusam os sindicatos, «furta-se a dar resposta às questões centrais que afectam a Administração Pública, os utentes e os trabalhadores do sector, enquanto desenvolve escandalosas acções propagandísticas pagas pelos contribu-

tes»; entretanto, verifica-se «um crescente controlo, para não dizer censura, quanto às lutas dos trabalhadores e às denúncias que os sindicatos vêm efectuando relativamente à situação dos serviços públicos» e «assiste-se a uma escalada de arrogância governamental face às posições sindicais».

Neste contexto, a jornada de hoje é vista pela Frente Comum como «uma primeira resposta» dos trabalhadores.

As expressões de descontentamento têm crescido à medida que vão ficando sem concretização os compromissos assumidos pelo PS e pelo Governo, quer antes das eleições de 1995, quer no acordo firmado com os sindicatos no início de 1996. A Frente Comum de Sindicatos mantém com particular firmeza a exigência de que sejam iguais



As manifestações de protesto foram anunciadas na semana passada, à porta do primeiro-ministro

os valores do salário mínimo nacional e do índice 100 (o mínimo na tabela do Estado), denunciando o facto de o Governo ter aumentado a diferença de 4,6 para 5,3 por cento. Também já repudiou a proposta

de aumentos salariais de 2,15 por cento, avançada pelo Governo.

A reestruturação e revalorização das carreiras profissionais, a resolução do problema do emprego precário e a con-

tinuada redução da função social do Estado são outras questões que levam os trabalhadores da Administração Pública a sair hoje à rua e a encarar, a breve prazo, novas acções.

Seminário da CGTP condena  
concertação corporativa

«Sabemos, por experiência própria, das dificuldades, insuficiências e entorses de que hoje enferma o sistema de diálogo social e dos efeitos negativos que daí decorrem, em primeiro lugar, para os trabalhadores, mas também para o bom e normal desenvolvimento das

relações de trabalho» - disse Carvalho da Silva, ao abrir o seminário que a CGTP-IN promoveu dia 22, num hotel de Lisboa, sobre «O sistema de concertação social, o diálogo e a negociação colectiva em Portugal e riscos da sua corporativização».

Procurando contribuir para «uma reflexão que urge aprofundar na sociedade portuguesa», a central sindical - que há muito tempo vem denunciando a marginalização a que está sujeita no Conselho Permanente de Concertação Social, por as competências deste estarem na

prática usurpadas pela denominada Comissão de Acompanhamento do acordo estratégico que a Inter não subscreveu - apelou à participação de «ilustres convidados que, pelo seu elevado nível técnico e científico, garantem uma contribuição valiosa» para esta discussão.

Assim, na tarde daquela quarta-feira, perante umas largas dezenas de sindicalistas, expuseram os seus pontos de vista o Provedor de Justiça e os constitucionalista Jorge Miranda, Jorge Leite, Luís Sá e Vital Moreira. A convergência nas críticas ao modo como está a ser feita a concertação social foi uma tônica que só pode ter surpreendido quem, por ignorância, preconceito ou apenas distração, não se tivesse apercebido dos fortes motivos de protesto apresentados em diversas ocasiões pela CGTP.

Carvalho da Silva, o primeiro orador, lembrou que «os problemas do diálogo social mani-

festam-se, desde logo, a partir da concertação social, onde se verifica uma crescente tendência afuniladora com efeitos perversos no quadro da negociação colectiva a nível sectorial e de empresa e, ainda, no desenvolvimento do diálogo directo entre trabalhadores e patronato na empresa». E preveniu que «se os acordos não forem sustentados por compromissos assumidos por partes com efectiva representatividade, estes não têm qualquer valor concreto e só servirão para adiar a solução dos problemas reais».

Meneres Pimentel notou que «só num universo estanque a conclusão de acordo sobre determinadas matérias representaria a sua resolução, libertando os seus subscritores de ouvir outros parceiros sociais». As intervenções seguintes aqueceram ainda mais as orelhas moucas de quem pratica o diálogo só como «conversa de amigos».



A corporativização da concertação social é, para a CGTP, uma manifestação das entorses de que enferma o sistema de diálogo social no País

## TRABALHADORES

# CGTP-IN reclama medidas Governo retarda justiça fiscal

É «um verdadeiro escândalo nacional» que, no sistema fiscal português e «como é reconhecido por todas as forças políticas e pelos especialistas na matéria», «apenas os trabalhadores por conta de outrem» paguem impostos - disse Maria do Carmo Tavares.

Em conferência de imprensa dada segunda-feira, esta dirigente da CGTP recordou a expectativa de que o Governo do PS e de António Guterres «alterasse tal estado de coisas, dando aliás cumprimento às suas promessas de justiça e equidade fiscal e de desagravamento da carga fiscal que incide sobre os trabalhadores».

Apreciando o Orçamento de Estado para 1998, a CGTP conclui que, «passados dois anos de actividade governativa e para o terceiro ano da legislatura, o Governo vem, mais uma vez, nada fazer para cumprir o prometido e chuta a bola para a frente, pedindo autorizações legislativas, prometendo mais relatórios sobre matérias fiscais e nomeando mais grupos de trabalho para elaborar mais relatórios».

Em matéria fiscal, a central sindical contabilizou, no OE apresentado pelo Governo, «cerca de três dezenas de autorizações legislativas» sobre várias matérias (como as alterações nos escalões e taxas de IRS, a clarificação das despesas de saúde e educação, modificações nos códigos de IRS, IRC, IVA e Tributário, nos impostos sobre tabaco, veículos, álcool e bebidas alcoólicas).

Enquanto prossegue neste Orçamento «a saga dos relatórios sobre a Reforma Fiscal e dos grupos de trabalho responsáveis pela apresentação de relatórios» - que, para a CGTP, tem por objectivo «esconder a falta de vontade política para implementar as medidas de justiça fiscal que o País e os trabalhadores reclamam» - o Governo apenas se compromete a apresentar à AR mais uma mão cheia de relatórios, até 31 de Julho.

A par do rol de relatórios prometidos pelo Governo, a CGTP recorda que, em Abril do ano passado, foi publicado o chamado «Relatório Silva Lopes», com muitas recomendações que mereceram o apoio da *Inter*. Nos finais de 1996 o Governo entregou na AR relatórios relativos ao Imposto sobre Património, à revisão do IRS e a sucessões e doações. Um relatório sobre a Reforma Fiscal foi elaborado pelo Governo em Julho passado.

Aos instrumentos de que o Governo dispõe soma ainda a CGTP os pareceres anuais do Conselho Económico e Social sobre as Grandes Opções económicas e sociais do executivo, que defendem a necessidade de

proceder ao desagravamento fiscal dos trabalhadores por conta de outrem e solicitam uma informação sobre as medidas e os resultados do combate à evasão e fraude fiscais.

A CGTP critica «a hipocrisia das forças políticas para manter o *status quo*», constando que, «embora a nível dos objectivos e dos discursos sejam amplamente reafirmados os males do nosso sistema fiscal e, em alguns casos, sejam até mesmo enunciadas medidas para resolver esses males, a verdade é que, em substância, o PSD, PP e PS nada fazem para avançar com as reformas que a situação, desde há muito, exige».

Maria do Carmo Tavares lembrou que a CGTP tem defendido junto do Governo, tanto em contactos bilaterais como em reuniões com outros parceiros sociais, «um conjunto de propostas realistas e exequíveis, que tiveram até a compreensão da generalidade dos grupos parlamentares», mas que deparam com «a falta de vontade política do Governo em caminhar no sentido de maior justiça fiscal».

Relativamente ao OE para 1998, a central apontou «propostas que iam ao encontro de promessas do Governo», como o aumento da dedução específica para os rendimentos do trabalho e a passagem dos abatimentos (ao rendimento) a deduções (à colecta).

## COMUNIDADE EUROPEIA

# Cimeira do Emprego A (des)ajuda do Parlamento Europeu

A preparação da próxima Cimeira Extraordinária do Conselho Europeu sobre o Emprego permite antever que «a montanha vai parir um rato».

Na última sessão plenária do Parlamento Europeu foi discutido e votado o relatório do deputado van Velzen (holandês do Grupo Socialista) onde constavam as propostas do PE ao Conselho. Ora, nesta discussão, alguns intervenientes disseram coisas curiosas que apenas confirmam os alertas que temos feito.

O Sr. Juncker (presidente em exercício do Conselho) começou a sua intervenção por dizer que, embora o emprego seja o centro das preocupações na Europa, em primeiro lugar deverão ser criadas as condições para que a união económica e monetária veja a luz no dia 1 de Janeiro de 1999. E dizendo isto, afirmava a seguir que as políticas macroeconómicas europeias conduziram a bons resultados, com excepção do que diz respeito às políticas de emprego. Disse ainda que em Amsterdão tinha sido decidido não disponibilizar meios orçamentais suplementares e que não se deverão apontar excessivamente para objectivos quantificados que poderão criar grandes expectativas que não serão satisfeitas.

O Comissário Flynn, intervindo no final do debate, afirmou que, na segunda metade dos anos 80 (numa situação económica mais fraca, antes do mercado único e da moeda única), foram criados 10 milhões de novos postos de trabalho. Afinal (perguntamos nós) se, como sempre foi afirmado, a concretização dos critérios de convergência nominal não era antagónica com a política social, por que é que insistimos na mesma política quando é exactamente no período pós-Maastricht que mais vem aumentando o desemprego? Talvez o próprio

comissário tenha respondido ao dizer que o objectivo principal é tornar as empresas produtivas e competitivas.

No meio de tanta oratória, que mais não visa do que atirar areia para os olhos dos que desconfiam dos resultados desta Cimeira, quais foram afinal as propostas avançadas pelo PE. Depois de algumas intervenções inflamadas por parte dos deputados (quando se trata de falar nenhum quer ficar para trás) foi aprovada uma resolução que, entre outras coisas, apoia as propostas da Comissão Executiva (expressas no Avante de 10.10.97) e em que se propõe aos parceiros sociais que estabeleçam acordos para a criação de postos de trabalho (*temporários*) através de combinações de «rotação de emprego», licença parental e «formação ao longo da vida», a conversão das horas extraordinárias em tempo livre ou em «*vouchers*» e acordos tendentes à flexibilização do tempo de trabalho e a apoiarem fórmulas de redução colectiva do tempo de trabalho através da diminuição das quotizações à segurança social como forma de garantir uma compensação (parcial) pela perda de rendimentos dos trabalhadores.

Esta resolução, que reputamos de perigosa para os trabalhadores, foi aprovada por 398 votos a favor (entre os quais os dos deputados do PS, PSD e PP), 29 abstenções e 55 votos contra (entre os quais os dos deputados do PCP).

Intervindo em nome do Grupo da Coligação de Esquerda, Gisele Moreau (eleita pelo Partido Comunista Francês) afirmou que a Comissão continua a considerar o trabalho como um custo que é necessário reduzir. Mas o trabalho não é um custo mas uma riqueza. É mesmo a fonte de toda a riqueza para os nossos países.

PARLAMENTO  
EUROPEU



Em Plenário

Estes foram alguns dos principais temas abordados durante a última sessão plenária do Parlamento Europeu.

**Estado da União** - no início do novo ano político procedeu-se ao check-up do paciente. A julgar pelos comentários dos principais protagonistas (Gil-Robles, presidente do PE, Juncker, presidente do Conselho Europeu e Santer, presidente da Comissão) não há que hesitar: para a frente é que é caminho!

Para Gil-Robles o importante é que os cidadãos europeus sintam segurança. «Os valores da segurança são caros aos europeus só se alcançam através de um labor intenso que deverá ser realizado nos próximos anos, caso todos os actores do processo de construção europeia se revelem capazes de recuperar os valores em que se inspiraram os autênticos revolucionários (!) que puseram de pé a comunidade.»

Santer: «Este debate sobre o estado da União permite constatar que, mau grado às crises, a Europa tem vindo a progredir, podendo abordar uma nova fase do seu desenvolvimento com optimismo, tanto mais que o crescimento económico está de novo aí.» Para Santer, 1997 será «o ano da viragem em matéria de luta contra o desemprego». Ora bem!

Juncker: «Vêm aí ocasiões ideais para verificar se todos continuam a partilhar da ambição subjacente ao processo europeu: criar uma verdadeira entidade política de vocação federativa.» Para tal, «é preciso uma ambição forte, deixando de lado debates estéreis entre «a soberania» e «o federalismo». O resto são detalhes...

**Conselho Europeu sobre o Emprego** - propostas do PE para a Cimeira do Luxemburgo - com «as melhores intenções», o Parlamento Europeu discutiu e aprovou um relatório contendo a sua contribuição para a Cimeira do emprego, procurando ajudar a dar resposta a este flagelo que afecta 20 milhões de pessoas. Assim, propõe-se aos parceiros sociais que estabeleçam acordos para a criação de postos de trabalho (*temporários*) através de combinações de «rotação de emprego», licença parental e «formação ao longo da vida», entre outros mimos conducentes à precarização das condições de emprego (ver texto acima).

**Orçamento da UE** - o PE aprovou a primeira leitura do orçamento comunitário para 1998. Criar emprego sem gastar mais dinheiro - moeda única *obliga*. A solução encontrada foi a realização de cortes, redistribuição de verbas e aproveitamento de remanescentes, de que resultaram 391 milhões de ecus (cerca de 80 milhões de contos) para dar resposta a um desemprego que já afecta 20 milhões de cidadãos europeus.

**Saneamento da produção comunitária de maçãs, pêras, pêssegos e nectarinas** - ao que parece há na UE excesso de produção de maçãs, pêras, nectarinas e pêssegos. Para evitar as tristes e dolorosas destruições de alimentos, a Comissão propõe a disponibilização de verbas (20 milhões de contos) para fomentar o abandono da produção. Da área máxima a abandonar, 10 mil hectares, caberiam 330 ha a Portugal. O relatório foi aprovado com o voto contra do PCP.

Estrasburgo, 20 a 24 de Outubro



O Governo não prestou a devida atenção aos protestos escritos

## Enfermeiros convocam greve

A Comissão Negociadora Sindical dos Enfermeiros convocou para ontem uma conferência de imprensa em que daria a conhecer a decisão das direcções do SEP e do SERAM relativamente aos contornos da greve nacional, forma de luta admitida expressamente quando foram anunciadas as acções

que culminaram na semana passada.

No dia 22, uma delegação de dirigentes entregou no Ministério dezenas de caixotes com abaixo-assinados e cartas individuais de enfermeiros. No dia seguinte, em reunião com os sindicatos, foi dada a conhecer a posição da ministra relativamente ao caderno reivindi-

cativo apresentado a 25 de Junho, logo qualificada como «inaceitável, desajustada, incompreensível, incoerente, demagógica e discriminatória» e claramente rejeitada pelos representantes dos enfermeiros, que mantiveram a vigília de dia 24 e afirmaram a disposição de «radicalizar formas de luta, nomeadamente a greve».

## INTERNACIONAL

200 mil pelas  
35 horas  
em Itália

Perto de 200 mil pessoas manifestaram-se no sábado em diversas cidades italianas pela introdução das 35 horas de trabalho semanais, respondendo a um apelo lançado pela Fundação Comunista. Para Fausto Bertinotti, secretário-geral deste partido, esta iniciativa constitui uma «grande vitória» e prova a existência de uma verdadeira «esquerda antagonista» que se bate pelo progresso social. Roma, Veneza e Milão foram as cidades onde se registou uma maior participação.

Mulheres unidas  
em Filadélfia

Meio milhão de mulheres negras manifestaram-se no fim-de-semana na cidade de Filadélfia, nos Estados Unidos. Vindas de todos os pontos do país, da África do Sul e do Zimbábue, as manifestantes reafirmaram a necessidade de mudar radicalmente a situação social da comunidade afro-americana, através da reforma de sectores como a educação, a saúde, a assistência social e o sistema penitenciário. A droga, a criminalidade e a violação dos direitos humanos constituem os maiores problemas. A unidade da família e a situação social dos jovens, dos idosos e dos sem-abrigo foram apontadas como outras graves questões a ter em conta.

Nguesso chega  
a Brazzaville

Denis Sassou-Nguesso foi investido como presidente da República do Congo, no Parlamento de Brazzaville, no sábado passado. Perante 1500 pessoas, entre as quais o embaixador da França, Raymond Césaire, o novo líder congolês anunciou a realização em breve de uma série de fóruns nacionais e a formação de um governo de unidade nacional.

Sem-papéis  
manifestam-se  
em Paris

Acaba amanhã o período de entrega dos dossiers dos estrangeiros em situação irregular na

## Ambiente

## A política jurássica dos EUA

«Os EUA estão a adoptar políticas jurássicas em relação às questões ambientais.» Foi assim que o director de política climática da Greenpeace, Bill Hare, classificou a proposta climática anunciada por Bill Clinton. Hare acrescentou que este país, um dos mais ricos do mundo, «limita-se a jogar à roleta russa com o ambiente».

Os EUA anunciaram na semana passada que pretendem estabilizar as emissões de gases poluentes nos níveis de 1990 apenas no período entre os anos 2008 e 2012, decisão imediatamente contestada e considerada «uma desgraçada internacional» pelos ecologistas.

«O presidente Clinton quebrou a promessa que fez na segunda Cimeira da Terra, onde se referiu a um «forte compromisso americano para limitar realmente as nossas emissões de gases poluentes». Responder com tal complacência às alterações climáticas é ignorar as

ameaças à saúde humana e ao ambiente», afirma a Greenpeace num comunicado.

Os Estados Unidos são o principal poluente da atmosfera terrestre, à frente do Japão e da União Europeia. Aproximadamente 98 por cento das emissões de dióxido de carbono da responsabilidade norte-americana provêm da combustão de petróleo (40 por cento), carvão (35 por cento) e gás (22 por cento).

Contrariando as consciências ecológicas, a indústria energética e automobilística argumenta com pretensas catástrofes eco-



nómicas para os EUA, falando inclusivamente de futuro racionalização de gasolina.

Contrapondo estas teorias, o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) defende num estudo publicado recentemente que, se os Estados Unidos reduzissem 21 por cento das emissões de gases poluentes até 2010, economizavam 25 milhões de contos.

Contudo, a força dos lobbys empresariais é grande, contando nomeadamente com o apoio do Senado. Os grupos industriais lançaram uma campanha publicitária nos EUA no valor de 13 milhões de dólares com o objectivo de abortar qualquer acordo em Kyoto, na próxima conferência ambiental que se realiza em Dezembro. A influência das indústrias do petróleo

A contribuição das indústrias do petróleo e do gás aos principais partidos políticos dos EUA ultrapassam os 50 milhões de dólares

e do gás no mundo político é considerável, contando para isso as contribuições em mais de 50 milhões de dólares ao Partido Democrático e ao Partido Republicano.

A Greenpeace já iniciou os seus protestos. No próprio dia em que Bill Clinton anunciou a sua decisão, aquela organização construiu um modelo de dinossauro gigante, com cinco metros de altura, a partir de peças de máquinas enferrujadas e canos de transporte de petróleo, em Bona. A iniciativa teve lugar na abertura da última ronda de negociações antes da Conferência de Kyoto. «Combustíveis fósseis = Tecnologia jurássica» e «Mudança climática: ele não aguentou. Tu aguentarás?» eram as frases que se podiam ler no local.

## Seminário em Havana

De 21 a 23 de Outubro, realizou-se em Havana um Seminário Internacional sobre «O Socialismo no limiar do século XXI».

O Seminário foi promovido pelo Partido Comunista de Cuba, no quadro do conjunto de iniciativas de homenagem a Ernesto Che Guevara por ocasião do 30º aniversário da sua morte. Nele participaram, além de especialistas, professores e investigadores cubanos, repre-

sentantes de cerca de uma centena de partidos comunistas e outros partidos e organizações revolucionárias e progressistas de todos os continentes. O PCP esteve representado por Albano Nunes, membro do Secretariado e Responsável da Secção Internacional que apresentou uma comunicação sobre «A Actualidade do Socialismo».

O Seminário, que se realizou no magnífico Palácio das Convenções, foi aberto por uma sessão plenária de boas vindas em que discursou o camarada José Ramon Balaguer, membro do Bureau Político do PCC. Os seus trabalhos repartiram-se em três secções: 1) Realidade do Socialismo contemporâneo; 2) Vigência do pensamento marxista-leninista



ta e os marxistas contemporâneos; 3) o imperialismo na actualidade.

Para além da sua participação no Seminário, Albano Nunes encontrou-se com Alberto Rodriguez Arufe, vice-chefe da Secção Internacional do PCC e outros responsáveis cubanos. Com outras delegações deslocou-se à cidade de Santa Clara onde foi recentemente inaugurado o Memorial em honra de Che Guevara e dos seus companheiros que tomaram na Bolívia, assim como o Museu dedicado ao Che. Teve ainda oportunidade de tomar contacto directo com o desentrolar das eleições para o poder local que se realizaram no dia 26 de Outubro, visitando a comissão eleitoral do bairro de La Playa e circunscrições eleitorais.

## Colômbia

## Eleições sem democracia

«O terrorismo de Estado e os paramilitares assassinaram a democracia na Colômbia, por isso as eleições devem ser adiadas e decretada a Emergência Nacional. (...) Os esforços dos colombianos devem centrar-se na procura de saídas para a encruzilhada em que nos encontramos.»

O apelo foi feito pelo Comando Central do ELN (Exército de Libertação Nacional), mas não impediu a realização de eleições no passado domingo, na Colômbia. Resta saber agora que credibilidade pode ter um acto eleitoral em que mais de 1,9 mil candidatos foram forçados a renunciar em mais 250 dos 1.072 municípios, em que mais de 200 candidatos foram sequestrados e outros 40 assassinados.

Segundo o contestado governo do Presidente Ernesto Samper, que acusa os movimentos guerrilheiros (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e ELN) da violência registada nos países, «o balanço é muito satisfatório».

1014 prefeitos, 502 deputados e 11.815 conselheiros, mas «pela paz e democracia». Só não explicou como pode haver democracia sem negociações de paz.

De negociações fala o ELN, para quem a Colômbia necessita de «uma atitude diferente que ponha fim ao genocídio», uma vez que se assiste ao «aniquilamento das forças políticas de esquerda e democráticas pela acção terrorista do Estado». Testemunho disso mesmo, afirma, é o facto de «milhares de dirigentes e activistas estarem hoje no exílio ou nos cemitérios».

Para o ELN, «esta é a realidade que não deixa outra alternativa: ou há democracia para todos ou não há democracia para ninguém».

Samper tinha convidado os cidadãos a comparecer às urnas não somente para eleger os 32 governadores,

Este parece ser o caminho escolhido por Samper e pelos militares, que preferem a farsa eleitoral a sérias negociações de paz no país, e a quem a violência continua na Colômbia aparentemente não incomoda.

Mas Samper enfrenta hoje novas ameaças ao seu futuro político: o aparecimento de um pré-candidato do seu próprio partido à Presidência, Juan Manuel Santos. Conquistando a ribalta política de um momento para o outro, Santos propõe a desmilitarização da zona de conflitos (ao contrário do que fez o exército que lançou em Setembro a operação 'Destruidor' na floresta amazónica de Yari), para permitir o início do diálogo com a guerrilha; a convocatória de uma nova Assembleia Constituinte e, sobretudo, a demissão do Chefe de Estado, que classifica como o «principal obstáculo à paz».

Mais do que as eleições, a proposta divide a Colômbia. Há quem aposte já que Samper tem os dias contados.

Argelinos  
rejeitam  
terrorismo

Ao contrário do que chegou a ser anunciado por alguns órgãos de comunicação social, as eleições locais na Argélia, que deram a vitória à União Nacional Democrática (RND), no poder, contaram com uma importante participação do eleitorado: cerca de 66,19 por cento.

De acordo com os observadores, a elevada participação traduz «a rejeição clara pelos argelinos do terrorismo e da violência dos grupos islâmicos armados (GIA)», que multiplicaram nos últimos meses os massacres de civis para manter aterrorizada a população de forma a poderem contar com o seu apoio logístico.

Contra todas as expectativas, segundo informações veiculadas pela Lusa, foi no «triângulo da morte» e nos bastiões do GIA em Mitidja, Blida, Medea e Relizane que a população votou em grande número e de forma significativa, para exprimir a sua «oposição ao terrorismo».

A Frente Islâmica de Salvação (FIS) - dissolvida - aparece assim como a grande derrotada deste escrutínio, já que tinha apelado ao boicote das eleições locais.

As eleições confirmaram ainda a tendência para o enfraquecimento dos partidos islâmicos moderados, com um recuo claro do Movimento Ennahda que ficou em sétimo lugar nas eleições para os conselhos municipais e na quarta para as assembleias provinciais.

O Movimento da Sociedade para a Paz (MSP, ex-Hamas) perdeu a posição de segundo maior partido, obtida nas eleições legislativas de Junho, ficando em terceiro atrás da Frente de Libertação Nacional (FLN).

Segundo o ministro do Interior argelino, estas eleições «marcam o nascimento de um novo espaço democrático de proximidade», que permitirá aos cidadãos uma participação mais significativa na gestão dos assuntos públicos e fazer da democracia uma verdadeira prática quotidiana, uma vez que põe termo à gestão do partido único nos assuntos locais e consagra a eleição directa dos presidentes da Câmara, que eram nomeados anteriormente.

## Trabalho infantil

# Um flagelo que retrata a hipocrisia do mundo

Duzentos e cinquenta milhões de crianças entre os cinco e os catorze anos são forçadas a trabalhar em todo o mundo. O flagelo do trabalho infantil atinge todos os continentes e radica nas mesmas causas: pobreza, procura de mão-de-obra barata, ausência de educação. Uma estratégia mundial visando combater, e em última instância abolir o flagelo, é a questão que preside à conferência de Oslo iniciada segunda-feira com a participação de 40 países, organizações sindicais e organizações não governamentais (ONG). Boas intenções não faltam, o que falta é o resto.

Os dados são aterradores. Segundo estudos levados a cabo pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma em cada quatro crianças dos países em desenvolvimento é obrigada a trabalhar. A utilização do trabalho infantil começa normalmente pelas tarefas domésticas, mas não se fica por aí.

Os sectores primário e secundário recorrem largamente às crianças condenadas a não ter infância: milhões de crianças trabalham na recolha do chá, cana-do-açúcar, tabaco ou café na Ásia e na América Latina; na África do Sul ou na Bolívia, encontram-se nas minas de ferro, de sal ou de diamantes; na Colômbia, estão nas pedreiras; na Índia, nas fábricas de vidro; dos EUA à Europa, tratam da cozinha e das limpezas domésticas.

Embora seja difícil obter números concretos, dado o carácter clandestino deste tipo de trabalho nos chamados países desenvolvidos, o fenómeno está bem presente em muitos países da democrática e desenvolvida União Europeia, como a Alemanha, a Grã-Bretanha, a Itália ou Portugal. Calcula-se, por exemplo, que um em cada dois jovens britânicos de quinze anos trabalha antes ou depois da escola.

A UNICEF estima em dois milhões o número de crianças forçadas a trabalhar na União Europeia.

Nos EUA, que não ratificaram a Convenção sobre os Direitos da Criança, as crianças são utilizadas para trabalhar na agricultura.

Por outro lado, o fenómeno da exploração do trabalho infantil, inexistente há uns anos na Europa de Leste, está hoje em pleno desenvolvimento na generalidade daqueles países.

Em todo o mundo, por outro lado, as crianças são vítimas de exploração sexual, a mais abjecta e a mais lucrativa de todas as explorações. Mau grado as persistentes denúncias, o negócio da pornografia e da prostituição infantil prolifera, trazendo consigo o espectro da SIDA. Calcula-se que, até ao fim do ano, cerca de um milhão de crianças

será portadora do vírus em todo o mundo.

### Estratégias

«O trabalho infantil é tanto uma consequência como uma causa da pobreza», afirma Hilde Johnson, ministro norueguês do Desenvolvimento Internacional e dos Direitos do Homem, que preside à Conferência de Oslo. Por isso a OIT defende a necessidade de aumentar a cooperação para o desenvolvimento, como alicerce para a nova estratégia de luta contra este fenómeno.

O combate ao flagelo passa igualmente, segundo Carol Bellamy, directora executiva da UNICEF, pela instrução, considerada «o meio mais eficaz (...) para eliminar o trabalho infantil». Em Oslo vai ser defendida a adopção de programas de escolarização capazes de pôr fim ao trágico círculo exploração-analfabetismo.

A questão que se coloca é se tal será viável, já que se trata de procurar soluções para um pro-

blema gerado pelo sistema capitalista, sem que nada desse sistema seja posto em causa.

Será que um mundo - um sistema - que condena 1,3 mil milhões dos seus habitantes a viver com um dólar por dia é capaz de dar resposta ao flagelo - à vergonha - do trabalho infantil?

James Gustave Speth, administrador do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), calcula que, investindo anualmente um por cento do rendimento mundial, durante vinte anos, será possível melhorar a vida de largas centenas de milhões de pessoas. Seria bom que em Oslo, tal como fez o Presidente cubano, Fidel Castro, na última cimeira da FAO, em Roma, alguma voz se levantasse para denunciar a vergonha que uma tal proposta representa.

### De boas vontades...

Se é evidente que iniciativas deste tipo têm a inestimável vantagem de alertar a opinião pública para a questão do trabalho infantil, e por esse meio fazer aumentar a pressão sobre os responsáveis políticos para a tomada de medidas eficazes que ponham cobro ao flagelo, nem por isso deixa de ser lamentável que o mais longe que se vá em termos de objectivos seja tão mínimo.

Não deixa de ser dramático que a própria UNICEF, cujos responsáveis reconhecem que «a mundialização agudizou a



Duzentos e cinquenta milhões de crianças em todo o mundo não têm direito à infância

competitividade e absorveu as crianças para o mundo do trabalho», nas palavras de Claire Brisset, directora de informação do comité francês, em declarações ao «L'Humanité», propõe como estratégia a atribuição de 6 mil milhões de dólares suplementares para a educação, o que permitiria mandar para a escola todas as crianças do mundo. Essa verba representa menos de um por cento das despesas mundiais em arma-

mento! Assinada em 1989, a Convenção sobre os direitos das Crianças não impediu os sucessivos cortes orçamentais no

domínio da educação ou da assistência social. Insistentes declarações e debates sobre o emprego não impediram o aumento do desemprego. Denúncias de dumping social - incluindo o recurso ao trabalho infantil - não impediram as deslocalizações de empresas para os chamados países em vias de desenvolvimento, nem o florescimento do comércio mundial à custa da mão-de-obra barata.

Como se pode então esperar que haja «vontade política» para resolver o flagelo infantil por parte de um sistema que se alimenta desse e de outros flagelos?

## Argentina

# Partido peronista perde eleições



Carlos Menem é o grande derrotado das eleições de domingo na Argentina

Com as eleições de domingo na Argentina, o Partido Justicialista (peronista), do presidente Carlos Menem, perde a maioria na câmara baixa e sofre sua primeira derrota eleitoral.

De acordo com todas as previsões e sondagens à boca das urnas, a Aliança Opositora (formada pela União Cívica Radical-UCR pela Frente para um País Solidário/Frepaso) é a grande vencedora, com 50 por cento dos votos.

Consideradas como um acto de maturidade política, as eleições vêm coroar o mais longo período de democracia formal no país: 14 anos passaram desde o fim da ditadura militar, que terminou em 1983. A Argentina só teve um período similar de democracia entre 1916 e 1930.

Em jogo estava a eleição de 127 dos 257 deputados, mas todos os sectores políticos encararam o escrutínio como um teste para as presidenciais de 1999, já que o actual Presidente, de acordo com a legislação em vigor, não pode candidatar-se a um terceiro mandato. A oposição concorreu unida em 12 províncias, incluindo Buenos Aires, o que lhe permitiu capitalizar os votos do eleitorado descontente com a grave crise económica que o país enfrenta.

para os partidos de oposição UCR e Frepaso, que no último ano organizaram um «apagón» (black-out) em protesto contra o modelo económico, diversas mega-marchas e um «apagón» telefónico.

Além disso, a CGT viu surgir uma potencial rival, a Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA), que inspirada pelo modelo da CUT brasileira se afastou do governo e organizou a primeira greve geral não preparada pela CGT em meio século de história argentina. O CTA mobilizou funcionários públicos, aposentados, desempregados, além do combativo sindicato dos professores, que há seis meses realizam uma greve de fome em frente do Congresso.

França. No sábado, realizou-se uma manifestação dos sem-papéis em Paris para exigir a anulação da lei Pasqua-Debré e a abolição dos centros de retenção. Várias centenas de pessoas participaram na iniciativa organizada pela Coordenadora dos Sem-Papéis e do Act Up de Paris, desfilando entre o Jardim do Luxemburgo e a catedral de Notre-Dame.

### Civis massacrados no Burundi

Mais de cem civis foram assassinados na sexta-feira por rebeldes hutus e pelo exército burundês, dominado pelos tutsis. De acordo com fontes não oficiais citadas pela agência Lusa, os massacres ocorreram na província de Bukumbura, nas comunas de Kabezi e Mutambu. Dias antes, 55 camponeses foram massacrados por forças das tropas do Burundi numa acção de limpeza étnica. Desde Outubro de 1993, foram mortas mais de 150 mil pessoas, na sua esmagadora maioria civis. A população do Burundi é composta por seis milhões de pessoas, 85 por cento hutus e 14 por cento tutsis.

### Discriminação feminina no Afeganistão investigada

A Organização Mundial de Saúde vai enviar uma missão ao Afeganistão durante o próximo mês de Novembro para investigar a discriminação sexual que as mulheres sofrem nos hospitais. Esta prática, em vigor desde a tomada dos Talibans - grupo fundamentalista islâmico -, é apenas uma das muitas imposições que atinge o sexo feminino. As mulheres são impedidas de trabalhar, não podem sair à rua se não estiverem acompanhadas por um homem da sua família, e estão proibidas de mostrarem qualquer parte do corpo, nomeadamente a cara. Têm de ser atendidas em hospitais próprios e não podem ser observadas por homens. Em Cabul, existe apenas um hospital que atende mulheres, dispo de 45 camas e equipamentos insuficientes.

## JCP comemora

18 anos de vida,  
18 anos de luta

A JCP comemora, dia 10 de Novembro, os seus 18 anos de vida, com inúmeras iniciativas, destacando-se a Festa a realizar em Lisboa, com a presença de Carlos Carvalhas.

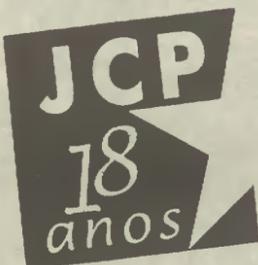
Resultado da unificação da União dos Estudantes Comunistas e da União dos Jovens Comunistas, a JCP tem vindo a desenvolver, como se afirma em comunicado da Direcção Nacional dos jovens comunistas, "um projecto juvenil de transformação da sociedade portuguesa, um colectivo jovem de jovens revolucionários que, no espírito de Abril, lutam pelo aprofundamento da democracia portuguesa, pelo socialismo, pelo comunismo".

No comunicado agora divulgado, a direcção da JCP "apela à mobilização dos jovens na luta constante contra os avan-

ços da política de direita deste governo PS", sublinhando, em particular, o "direito a estudar", a "defesa e concretização de um efectivo Ensino Público, gratuito e de qualidade para todos".

O comunicado denuncia a entrada em vigor da lei das propinas, que "não passa de mais uma redução do financiamento do Estado nos já insuficientes orçamentos das escolas".

A JCP sublinha, por outro lado, a "participação juvenil nas listas da CDU", em torno de questões como "o associativismo juvenil, o ambiente e a qualidade de vida, a aquisição



de habitação própria, o acesso dos jovens ao emprego, a educação, as questões relacionadas com a sexualidade e a problemática da toxicod dependência".

Plenário aberto  
em Torres Vedras

"Ir para além da luta política, tendo como objectivo implementar o interesse dos jovens



Momento das comemorações do 17º aniversário da JCP

pelos profundos problemas da nossa sociedade", foi uma das linhas de orientação assumidas pelos jovens comunistas de Torres Vedras em plenário aberto, realizado no passado dia 14 de Outubro no Centro de Trabalho do PCP.

O núcleo local da JCP defende que "jovens cidadãos mais cultos e participativos serão futuros cidadãos que terão lugar fundamental na construção de uma sociedade mais humana e justa" e nessa perspectiva aposta numa série

de iniciativas para lançar um debate aberto "entre pessoas que não escondem o que pensam e que se sintam à vontade para manifestarem a sua opinião".

No plenário foram analisadas múltiplas questões, nomeadamente: a situação política e problemas sociais que vão do desemprego à toxicod dependência; situação da juventude no concelho e problemas na área do ensino; trabalho precário e deficiente formação profissional; direito

à fruição e criação culturais; direito à habitação e a possibilidade de os jovens terem a sua própria habitação; urgência na implementação de "uma informação e prevenção mais activas no que respeita a uma sexualidade assumida e segura"; apoio aos candidatos e eleitos comunistas.

A concluir, defendeu-se uma política diferente, a unidade de esforços por uma democracia mais evoluída, por "uma nova mentalidade, uma nova atitude face à vida".

Orçamento penaliza  
agricultura

O Orçamento de Estado para 1998 "continua a ser penalizador para a agricultura de um modo geral e para a agricultura familiar portuguesa em particular" - uma primeira posição da Direcção Nacional da Confederação Nacional da Agricultura - CNA, divulgada em conferência de imprensa, a semana passada.

Em causa está, para a CNA, a opção governamental de "cumprir os critérios de Maastricht e da moeda única, pretendendo uma posição no pelotão da frente à custa de um lugar cada vez mais na retaguarda da nossa agricultura".

Uma orientação de fundo que se traduz, nomeadamente, numa insuficiente canalização de verbas para áreas que entre tanto seriam essenciais.

É o caso do emparcelamento rural, ou do Programa Específico para o Desenvolvimento Integrado do Alqueva, "enquan-

to tarda em investigar e analisar tudo o que concerne à estruturação fundiária, culturas a praticar, formação profissional, adaptação ao regadio, organizações associativas, construções, equipamentos, concentração e escoamento da futura produção". Situação que se agrava com a redução de verbas para rubricas como a formação profissional agrária, medidas veterinárias e florestas, "não atendendo aos gravíssimos problemas da sanidade animal e a atenção que deve merecer a reestruturação do sector florestal".

No quadro do PIDDAC - Apoios, a CNA refere, nomeadamente, a diminuição no apoio às explorações agrícolas, as reduzidas verbas destinadas aos produtos tradicionais regionais, "estratégicos na defesa da tipicidade portuguesa e na manutenção do mundo rural".

"Medidas importantes e de

extrema necessidade têm orçamentos insignificantes, comparativamente com os montantes globais" - sublinha ainda a CNA - "ao desenvolvimento rural e local foram atribuídos 1, milhão de contos e ao LEADER 299.000 contos, o que na prática limitará e impedirá um efectivo, eficaz e indispensável desenvolvimento do mundo rural português".

Também no que respeita a medidas agro-ambientais ou ao apetrechamento técnico e tecnológico da Direcção Geral de Fiscalização e Controlo de Qualidade Alimentar, as verbas atribuídas ficam muito aquém das necessidades reais.

Um quadro em que se vem a registar uma redução das verbas comunitárias para a nossa agricultura - "a Grécia, só para as plantas têxteis e o bicho da seda, recebe mais do FEOGA - Garantia do que Portugal para toda a Agricultura".

Jornada de Confraternização  
Intercomunitária

Este fim-de-semana, na Atalaia, vai decorrer uma Jornada de Confraternização Intercomunitária que visa reunir, para convívio, festa e debate, as diferentes comunidades étnicas que vivem no Seixal.

Uma iniciativa, promovida pela Câmara do Seixal, que se insere no âmbito do Ano Europeu Contra o Racismo.

A Comissão Organizadora é constituída ainda pela Santa Casa da Misericórdia; Comissão de Moradores do Bairro de Vale de Chicharos - Fogueteiro; Comissão de Moradores do Bairro de Santa Marta de Corroios; Projecto Várias Culturas, Uma Só Vida - Arrentela; Pólo de Desenvolvimento da Quinta

da Princesa; Associação Cabo-Verdiana - Núcleo do Seixal; Frente Anti-Racista - Núcleo do Seixal.

O programa inclui várias actividades desportivas e culturais, ao longo de sábado, um debate e almoço de convívio, domingo, e ainda uma mostra e venda de artesanato e gastronomia africana do concelho do Seixal.

De entre as actividades desportivas, destaca-se o atletismo - cross comunitário, o andebol feminino e o futebol de cinco; jogos como quebra-nozes, corrida de sacos e corrida com arco; torneios de xadrez, damas, sueca, bisca 61 e Uril.

O programa de espectáculos inclui danças e cantares de São

Tomé, danças e cantares de Cabo Verde, música cigana, música popular portuguesa e música e dança de Angola.

Os "Problemas das comunidades imigrantes" serão tema de um encontro de reflexão e debate a realizar na manhã de domingo, com intervenções das entidades participantes na Comissão Organizadora e debate livre.

No almoço de confraternização, a ementa reflecte a diversidade de origem das comunidades presentes.

Na sessão de encerramento são entregues os prémios aos vencedores das provas desportivas.

A entrada é livre.

Problemas inadiáveis  
no ensino básico

A Federação Nacional dos Professores - FENPROF lançou esta semana uma campanha de sensibilização da opinião pública, em defesa da dignificação do ensino, em particular do 1º Ciclo do Ensino Básico.

O lançamento da campanha decorreu na Escola nº 157 de Alcântara, terça-feira, num encontro com a comunicação social em que estiveram em debate questões como o direito à autonomia das escolas, o investimento em recursos humanos (professores e pessoal auxiliar) e no parque escolar e equipamentos educativos.

Em comunicado distribuído à imprensa, a Federação Nacional de Professores sublinha que o 1º Ciclo do Ensino Básico se defronta hoje "com problemas que não admitem mais adiamentos na sua resolução" - a falta real de

professores neste Ciclo; más condições de trabalho e de funcionamento; gestão e administração das escolas; diminuição dos apoios educativos às crianças com necessidades educativas especiais.

Para cada um destes problemas, a FENPROF avança com propostas concretas. Criação de regras de vinculação à administração pública dos professores, regulamentação da formação e de incentivos à colocação em escolas de zonas desfavorecidas. Reorganização da rede escolar, com criação de um plano de recuperação e reequipamento do parque escolar. Atribuição de um orçamento a todas as escolas do 1º Ciclo. Alteração do modelo de apoios educativos numa perspectiva de respeito pelos direitos das crianças com necessidades educativas especiais.

Os agricultores  
não podem fazer greve

A repressão sobre os cortes de estrada "não vai resolver nenhum problema e nem sequer vai impedir que os agricultores portugueses, sempre que assim o decidirem, continuem a usar tal forma de protesto e reclamação" - afirma-se em comunicado da CNA sobre a criminalização dos cortes de estrada.

A Confederação Nacional da Agricultura lembra que "os agricultores não podem

fazer greve", pelo que o corte de estrada surge como um recurso e constitui "uma forma de protesto e reclamação que já faz parte do património de luta dos agricultores".

Uma luta que se torna tanto mais premente quanto "os problemas da lavoura não estão a ser resolvidos", agravando-se mesmo as dificuldades e, por isso mesmo, a instabilidade nos campos.



EM FOCO



# Reforçar a CDU para fazer o que é preciso

## Intervenção de Carlos Carvalhas

secretário-geral do PCP

Quero começar por saudar todos os simpatizantes e activistas da CDU, bem como os nossos parceiros eleitorais: o Partido Ecológico «Os Verdes», a Intervenção Democrática e os muitos e muitos independentes que conosco dão corpo, vida e força transformadora a este grande espaço de participação, de liberdade e de democracia que é a Coligação Democrática Unitária.

Permitam-me também que saúde todos os candidatos e candidatas e, de uma maneira muito particular, a Juventude CDU que, com a sua acção, criatividade e alegria, dão uma cor muito especial à nossa luta comum.

## O Governo PS e as autarquias CDU

As eleições autárquicas vão ter lugar após mais de dois anos de Governo PS, em que o traço mais distintivo e marcante do PCP e da CDU, nas instituições e fora delas, é o traço das propostas, das medidas concretas, das soluções e da resolução dos problemas no quadro das suas possibilidades e áreas de intervenção.

Favorecemos, potenciámos e aprovámos tudo o que apareceu de positivo do Governo - o que foi muito pouco, infelizmente -, e combatemos firmemente tudo o que surgiu de negativo - que foi o essencial e foi muito: a política de acentuação das desigualdades, de concentração da riqueza, de liquidação das empresas públicas e de desvitalização do nosso aparelho produtivo.

Batemo-nos e continuamos a bater-nos pela defesa e valorização da produção nacional, por melhores salários e reformas, pelo trabalho com direitos, por uma maior justiça na distribuição de rendimentos, pela defesa e valorização do património e do ambiente.

Nas autarquias a nossa obra é reconhecida e avaliada positivamente muito para além das fronteiras políticas da CDU.

De facto, são cada vez mais aqueles e aquelas que entendem que é necessário reforçar a CDU, porque nas autarquias, tanto em maioria como em minoria, a CDU realiza uma obra imensa em favor das populações e numa perspectiva profundamente humanista e solidária, podendo justamente reivindicar-se dos atributos de trabalho, muito trabalho, honestidade, competência e experiência. Uma força que sabe também reconhecer as falhas, quando as há, procurando corrigi-las honestamente e procurando sempre cumprir o que prometeu.

Nós não somos, como o Governo e o PS, uma «fábrica de promessas» e sobretudo uma fábrica de «promessas para nunca cumprir». O trabalho autárquico da CDU mostra que lá, onde temos o poder, tudo fazemos para honrar os nossos compromissos e para satisfazer os anseios e aspirações das populações, com as populações.

**Orgulhamo-nos de ir à frente nos principais indicadores das áreas de competência autárquica, indicadores que aliás são publicados e divulgados por serviços oficiais ou por revistas especializadas que têm feito análises comparativas ao nível do País.**

No entanto, há dias, na Área Metropolitana do Porto, um ministro socialista, um dos ministros da propaganda, teve o desplante de afirmar - certamente porque aí ainda muitos desconhecem o nosso trabalho - que o prestígio da CDU nas autarquias não tinha tradução real, mesmo em relação ao saneamento básico.

Já tivemos a oportunidade de lhe lembrar e queremos reafirmá-lo aqui, para comparar a percentagem de população servida com saneamento básico nas várias autarquias, que é por exemplo, em Almada de 90% e em Matosinhos apenas de 70%; ou na Amadora, que é de 99%, enquanto no Porto é apenas de 78%; ou em Loures, que é de 97%, com a percentagem de Vila Nova de Gaia, que é de 30%; ou a de Vila Franca de Xira, que é de 98%, com a de Santo Tirso que também é apenas de 30%...

E podíamos-lhe também recordar um diário próximo do PS, que foi obrigado a afirmar que, no litoral português, o litoral alentejano era a excepção; ou a convidá-lo a ler no mesmo jornal um artigo publicado esta semana por um sociólogo da área do seu partido; ou então avivar-lhe a memória para o trabalho das autarquias CDU, por exemplo, com os idosos, onde as centenas de Centros de Dia e de Convívio, construídos e disponibilizados pelas autarquias, permitem uma ocupação e apoio a muitos milhares de reformados.

E podíamos passar ao urbanismo e ao ordenamento do território humanizado, aos espaços verdes e à preocupação com o belo, com a cultura ou com o desporto.

Ou passar também ao desenvolvimento e às condições de favorecimento do investimento no quadro das atribuições autárquicas. É comparar autarquias geridas pelo PS no Alentejo ou na Área Metropolitana de Lisboa, é comparar, como ainda há dias nos diziam cidadãos da Arruda dos Vinhos, comparar Arruda com Sobral de Monte Agraço!

É ao Governo, com a política orçamental, financeira, agrícola, industrial e de pescas, que cabe promover o desenvolvimento do País nas suas vertentes ecológica, espacial e social.



Mas contrariamente às promessas, as assimetrias regionais têm vindo a aumentar. A desertificação e o envelhecimento do interior do País é uma realidade.

O Governo exhibe alguns dados macroeconómicos que no essencial são virtuais, fruto de engenharias estatísticas e assentes em pés de barro, escondendo as crescentes fragilidades e dependências do aparelho produtivo nacional, a substituição crescente da produção nacional pela estrangeira e os crescentes e inquietantes défices da balança comercial nomeadamente, com a vizinha Espanha. O marketing político e a propaganda, duas especialidades do

Governo, não alteram a realidade. Podem mascará-la, podem tranquilizar até algumas consciências partidárias, mas não a mudam.

Também a «conversa fiada» da «governança com consciência social» está retratada na política neoliberal e nas suas consequências: 10% da população portuguesa dispõe de 86% dos activos financeiros (depósitos à ordem e a prazo, obrigações, participações em empresas); Portugal tem o maior nível de pobreza da Comunidade (29% das famílias estão no nível de pobreza, segundo o Eurostat); detemos os mais baixos custos salariais e as mais baixas reformas!

Tem-se agravado, e com o Orçamento de Estado para 1998 vai continuar a agravar-se, o peso dos salários no Rendimento Nacional. O pouco emprego criado é sobretudo precário e mal pago.

As 40 horas prometidas continuam a ser negadas na prática a milhares de trabalhadores, devido à hipocrisia da legislação e à postura da ministra do Emprego e do primeiro-ministro. E isto quando, na Europa, vários países já avançam para as 35 horas! Certamente que estareis de acordo que daqui saúde os trabalhadores que há meses a fio lutam por esta justa reivindicação.

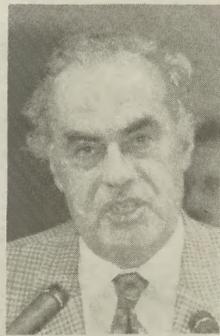
Na saúde, o que se vê é que camadas populacionais mais carenciadas têm que se levantar de madrugada para serem assistidas num centro de saúde e esperar meses e anos por uma operação... No ensino, a paixão é cada vez mais elitista e, contrariamente ao que foi prometido, as propinas não são para acrescentar às normais dotações para o ensino superior mas para fazer parte daquelas!

É um mimo de socialismo. A banca e os grandes senhores nunca ganharam tanto dinheiro. E, como se fosse pouco, o PS mantém no Orçamento para 1998 todos os privilégios fiscais às operações e actividades financeiras e especulativas e penaliza mais uma vez os rendimentos do trabalho.

# Independentes mas não imunes

## António Galhordas

membro da Coordenadora Nacional da CDU



«Para além do aspecto político progressista das forças partidárias que compõem a CDU, a presença de milhares e milhares de pessoas não organizadas em partidos, como é o meu caso pessoal, que participam e votam na CDU, empresta-lhe um carácter genuinamente popular e democrático, que a torna invencível e vai determinar um importante resultado no próximo dia 14 de Dezembro.

Sem menosprezar os dirigentes e militantes dos partidos políticos, base orgânica do regime democrático e da Coligação, quero aqui deixar bem firme, neste grande comício-festa de início da campanha, o papel, a todos os títulos importantíssimo, dos chamados independentes que integram e votam nas listas da CDU.

O nome de independentes não os torna imunes às grandes questões e forças ideológicas do nosso tempo, antes pelo contrário, é em nome de uma ideologia de progresso e de justiça social que a sua participação cívica e política se determina, sujeitos ao imperativo das suas consciências de cidadãos.

É em nome dessa cidadania que aqui me encontro e que aqui nos encontramos, para demonstrar que, apesar da complexa informação do mundo ideológico dos nossos dias, sabemos para onde queremos ir e por onde passa "a linha de água" que separa o progresso do retrocesso.

Não participamos partidariamente organizados no dia-a-dia da feita dos actos políticos, mas pelo nosso civismo e determinação sabemos o que queremos e ajudamos a criar as grandes barreiras que sustentem o oportunismo e o neoliberalismo e ajudamos a abrir as largas vias por onde passará o futuro do progresso do Homem e da Humanidade.»

# Os primeiros a fazer melhor

## André Martins

dirigente do Partido Ecologista «Os Verdes»



«No quadro das atribuições e competências do poder local, eleitos, apoiantes e activistas da CDU têm dado corpo a um projecto que envolve profundas transformações no quadro da vida local. São os dados estatísticos oficiais que confirmam níveis de realização mais elevados nos municípios geridos pela CDU. Em matéria de ambiente, ainda recentemente, uma conceituada revista da especialidade tornava público que, em estudo realizado nos municípios do continente, os de maioria CDU tinham atingido níveis de satisfação ambiental superiores aos de qualquer outra força política.

A CDU tem obra feita e reconhecida um pouco por todo o País, por isso sentimo-nos orgulhosos.

No entanto, todos reconhecemos que em nome das populações, do progresso e de um desenvolvimento mais harmonioso que queremos para todo País, é necessário e possível fazer mais e melhor.

É possível fazer mais e melhor, divulgando os exemplos do trabalho realizado, bem como as nossas propostas e os nossos candidatos, recorrendo muitas vezes à imaginação e à capacidade criativa, num esforço redobrado de empenhamento e dedicação, dado que a concorrência é desigual, se compararmos os meios financeiros e o "tempo de antena" de que dispõem o PS, o PSD e o PP para fazerem propaganda e campanhas de distração e desinformação, incluindo nas empresas públicas de comunicação social.

É possível fazer mais e melhor, recorrendo sempre e continuamente à mobilização,

ao envolvimento e apoio das populações, à luta pelo reconhecimento e garantia dos seus mais legítimos direitos e pela concretização das suas/nossas mais justas aspirações de pessoas e cidadãos. Afirmamos a coerência que caracteriza os nossos propósitos e a nossa acção e que contrasta com aqueles que, dizendo-se de esquerda, têm duas caras, uma para quando estão na oposição e outra para quando estão no poder, como acontece com o PS que, agora no Governo, ao contrário do que sempre disse defender quando estava na oposição, pretende criminalizar algumas das mais eficientes formas de as populações afirmarem a sua indignação perante o alheamento e, ou prepotência do poder instituído;

É possível fazer mais e melhor, se continuarmos a trabalhar para fazer passar a mensagem de que a regionalização poderá representar uma das mais importantes e positivas reformas políticas do final do século XX na administração portuguesa. Sendo entendida e defendida pela CDU como um processo de descentralização administrativa, capaz de aproximar o poder de decisão das populações, de favorecer e beneficiar a acção dos municípios e contrariar o agravamento das assimetrias regionais, que não pára de se acentuar, entre o Norte e o Sul e entre o Litoral e o Interior.

**CDU**  
25. Outubro 97 (feabdo) - 18.00 h  
Coliseu - Lisboa  
**Comício festa**  
Brigada Vítor Jara  
Carlos Carvalhas

# Reforçar a CDU para fazer o que é preciso

Mas, como recorde do socialismo guterrista, a fazer inveja a sr<sup>a</sup> Thatcher ou ao sr. Major, está o regabofe das privatizações de riquíssimo património público.

O Eng. Guterres gaba-se mesmo de, em apenas dois anos, ter obtido receitas das privatizações de cerca de 1300 milhões de contos, ou seja, mais que o que foi obtido no reino cavaquista de 1989 a 1995! Um fartote... Mas agora já se começam a queixar e a reconhecer que as privatizações afectaram as receitas fiscais.

Enquanto houver património para leiloar, vai-se mascarando a situação e encobrindo a ruína do aparelho produtivo. Também para o ano, e no alegre caminho para o «Euro», o Governo PS prevê arrecadar mais 400 milhões, com a Cimpor, Portucel, SN Serviços, Setenave, ANA, TAP, Petrogal, Gás de Portugal e outras.

É a cartilha do moderníssimo socialismo aplaudido por todos os grandes senhores do dinheiro. Uma vergonha.

## As mazelas e como eles as combatem

Creio que estais de acordo que devemos combater e denunciar toda esta política que é no essencial, como aliás é reconhecido por todos os analistas, a continuação e o aprofundamento da política cavaquista agora executada com outras caras e com outra sigla. Cavaco Silva até se gaba hoje num matutino «... que o PS está a seguir bem as orientações traçadas pelos seus governos...»!

Assim com estais certamente de acordo que com determinação continuemos a defender a soberania e a independência nacionais, a considerar que quem deve presidir aos destinos do País não é a Alemanha, a França, a Inglaterra ou Espanha, lá em Bruxelas ou Estrasburgo, mas sim os portugueses e as portuguesas, os trabalhadores e as trabalhadoras.

O Governo PS sabe que a sua política, apesar da propaganda, está a criar cada vez mais descontentamento, desencanto e protesto, mesmo dentro das suas hostes. De tal maneira é assim que, em Maio, o primeiro-ministro dizia que o PS e o Governo até aí só tinham feito asneiras, que há semanas Jorge Coelho afirmava que era preciso «arrear o caminho», e que a remodelação ministerial, uma espécie de nova pintura para esconder a ferrugem, só foi adiada por causa das autárquicas! Mais: temendo a contestação popular contra as injustiças e prepotências, o

Governo PS, esquecendo o que defenderam os socialistas na oposição e até o que fizeram alguns dos actuais ministros, querem criminalizar os cortes de estrada, erigir a lei criminal em arma de combate contra os problemas sociais e contra os cidadãos indignados, angustiados e injustiçados. Mas agora a ordem é para calar, aumentar a propaganda, fazer demagogia e divulgar as teses do oásis!

Sabendo também das mazelas de muitas das suas autarquias, o PS não olha a meios para atingir os seus fins.

A utilização do aparelho do Estado e dos dinheiros do Estado ao serviço da sua campanha ultrapassa tudo. Criticaram o PSD, mas já há muito o ultrapassaram.

Eles são os governadores civis na distribuição de cheques com o dinheiro de todos nós; eles são os boys nomeados ou promovidos para logo a seguir serem candidatos autárquicos; eles são a «compra» de autarcas, como aconteceu em Coimbra; ele é o ir fazer obras à pressa para mascarar a falta de trabalho de autarquias PS; ele é o anúncio de iniciativas partidárias em papel timbrado do governo civil; ele é a assinatura de contratos programa e a visita em corrupe de ministros e secretários de Estado; ele é a pressão para abafar os escândalos de tal ou tal presidente de câmara ou governador civil, por fuga ao fisco, ou por enriquecimento mais do que suspeito; ele são as inspecções a feito e à medida, como a feita à Câmara da Amadora e o ridículo envio a Tribunal do processo, e o fechar de olhos a casos, esses sim verdadeiramente graves, como o do Município de Almodôvar, em que o relatório do IGAT sobre as ilegalidades esteve retido significativamente 14 meses no gabinete do ministro Cravinho. Dois pesos e duas medidas. Um escândalo! Uma prepotência!

## A diferença vê-se nas listas

Está concluída a fase de apresentação de listas aos órgãos autárquicos do País.

É com grande satisfação que posso transmitir-vos haverem sido atingidos os objectivos a que nos propúnhamos para esta fase do processo eleitoral.

Desde logo, e ao contrário do que foi relatado quanto à concretização das listas das outras forças políticas, caracterizadas por inúmeros acordos e desacordos, convites e desistências, fugas e transfugas, apoios e desavenças, a elaboração das listas CDU pautou-se por um amplo e verdadeiro debate democrático.

Debate que contou com a participação e recolha de opinião de largos estratos das populações, com um forte e permanente sentido de colaboração entre as forças integrantes da coligação e, não podemos deixar de sublinhar, com uma grande mobilização de todo o colectivo partidário do PCP e de muitos e muitos dos seus simpatizantes.

Desse enorme trabalho colectivo, resultaram as listas apresentadas à totalidade das câmaras e assembleias municipais do Continente e da Madeira e a 15 câmaras e 16 assembleias das 19 dos Açores, bem como a mais 124 assembleias de freguesia do que em 1993, listas que mantêm, indiscutivelmente os traços essenciais que sempre caracterizaram as listas CDU:

- uma larga participação da juventude, bem patente na percentagem dos jovens nas listas e cabeças de lista às câmaras e assembleias municipais;

- uma cada vez mais expressiva participação de mulheres, que, embora ainda aquém daquilo que desejaríamos, reflecte um sensível acréscimo relativamente a 1993, que se materializa, ao nível das candidaturas femininas de cabeças de lista às câmaras municipais num aumento de cerca de 20% relativamente a 93, o que confirma, desde já, e muito provavelmente, a CDU como a força política que maior percentagem de mulheres eleitas terá nos órgãos autárquicos a partir de 14 de Dezembro próximo;

- uma participação de numerosos candidatos com grande experiência e com provas já dadas, aliada a uma muito considerável renovação de que é exemplo o facto de 67% dos candidatos a presidente de Câmara e de Assembleia Municipal o serem pela primeira vez;

- finalmente uma larga diversificação no que respeita à composição socioprofissional das listas, expressa ao nível das candidaturas a cabeças de lista às câmaras e assembleias municipais.

## Intervenção confiante

A participação das populações, a democracia participativa, é um dos grandes vectores do nosso projecto autárquico.

Participação na gestão. Mas também participação na elaboração dos programas, na prestação de contas, na assunção das críticas justas, na própria campanha eleitoral.

Em muitas autarquias o trabalho de elaboração dos programas em debates muito abertos já está muito adiantado. É o caminho a seguir.

A atenção às pequenas obras, aos pequenos espaços a necessitarem de embelezamento, deve continuar a par das obras estruturantes a preencher a nossa intervenção. Sair para fora dos gabinetes com abertura, contactar as populações, explicar as decisões e opções, saber ouvir as críticas e sugestões, denunciar com verdade os atropelos, os atrasos e o não cumprimento da Administração Central, deve ser desde já uma direcção principal da intervenção dos nossos eleitos.

Em campanha devemos procurar dirigir-nos às portuguesas e portugueses, à sua inteligência e sensibilidade apresentando as nossas propostas, o trabalho realizado ou a realizar e a mostrar com verdade, a nossa postura e a nossa intervenção tanto em maioria como em minoria.

À calúnia e à demagogia, devemos procurar a intervenção com seriedade, verdade e rigor.

Não teremos os meios financeiros que outros têm, não teremos candidatos escolhidos por banqueiros como o PS em Mértola, para dominar a Câmara e as populações; mas temos o que outros não têm: a força das nossas convicções, a nossa coerência, a seriedade do nosso trabalho, a obra realizada. Nós podemos encargar os portugueses, os trabalhadores e as trabalhadoras.

O voto dos cidadãos na CDU em 14 de Dezembro é o voto numa força que tem provas dadas, é um voto que fortalece um poder local democrático, eficiente, participado e transparente.

Mas o voto dos cidadãos na CDU em 14 de Dezembro é também o voto que dá mais força aos que decididamente se batem pela justiça social e dizem não à política de rápido enriquecimento de alguns à custa do agravamento



das desigualdades, da liquidação de direitos e exclusões sociais de muitos.

Que dá mais força aos que se batem pela justiça fiscal e dizem não à vergonhosa injustiça social dos impostos em Portugal, pagos sobretudo e sempre por quem trabalha.

Que dá mais força aos que se batem contra os aumentos escandalosos das tarifas telefónicas e à venda ao desbarato de empresas e serviços públicos.

Que dá mais força aos que se batem por melhores reformas e pensões e dizem não ao escandaloso encarecimento do preço dos medicamentos para enriquecimento das transnacionais farmacêuticas.

O voto dos cidadãos na CDU é também o voto que dá mais força aos que se batem com empenho por aumentos justos dos salários que ajudem a minorar as dificuldades da vida dos trabalhadores e que dizem não à iníqua política salarial do Governo.

Por isso, sem triunfalismos e sabendo que temos uma luta desigual, mas sabendo também que temos um grande projecto autárquico, que os nossos candidatos não o são para terem benefícios próprios no Poder, mas para servirem as populações e o País, creio que podemos partir por esta batalha - que é uma batalha de todos e de cada um - com uma grande determinação, com uma grande energia, empenho e com uma grande confiança.

O reforço da CDU é o melhor para o reforço da democracia, é o melhor para o reforço daqueles que tudo farão para transformar a vida das populações.

Para fazer o que é preciso, é preciso reforçar a CDU!  
Viva Portugal!  
Viva o PCP!  
Viva a Coligação Democrática Unitária!

(Subtítulos da Redacção)

# Motivos para crescer

## Blasco Hugo Fernandes

presidente da Intervenção Democrática



«Uma maior expressão eleitoral da CDU, em votação e em mandatos, é indispensável por três ordens de razões.

A primeira tem a ver com o humanismo progressista que a anima e preside a toda a sua actuação. A obra da CDU está, de facto, centrada não só na valorização da vida quotidiana dos cidadãos, mas sobretudo no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais da pessoa humana. Trata-se de uma verdadeira política de qualidade da vida, que não se traduz apenas no sentido material, embora indispensável, mas que se projecta na própria existência das populações.

Eleitores dos mais diversos quadrantes culturais e políticos reconhecem na prática esta diferença marcante da CDU relativamente às restantes forças políticas. E, querendo preservá-la, manifestam a total confiança nos autarcas e nos programas da CDU, dando-lhe incontestavelmente o seu voto.

A segunda razão relaciona-se com o regime político.

Os nossos adversários políticos (PS, PSD e PP) não deixam tacitamente de admitir os méritos da CDU. Daí, devido à sua postura antiprogressista, procuram capciosamente condicionar legalmente a participação da CDU nos órgãos políticos, não se coibindo de atentar contra uma das mais elementares regras da democracia, ou seja, a proporcionalidade da representação política, a nível tanto local como nacional. A sua revisão constitucional criou as condições para alterar, por via ordinária, as leis eleitorais das autarquias locais e da AR, com o dissimulado objectivo de impedir ou limitar a presença da oposição, isto é, da CDU nos executivos municipais e de partilhar entre si o poder, fortalecendo administrativa e antidemocraticamente a bipolarização e a bipartidarização da política nacional. Uma expressiva votação na CDU é uma vez mais indispensável, a fim de suster estas ameaças ao regime democrático.

Finalmente, o terceiro imperativo do voto na CDU.

(...) A necessidade de uma alternativa política já surge no horizonte e, mais cedo do que tarde, acabará por se impor, em nome do indispensável desenvolvimento do País. Uma forte votação e uma grande representatividade da CDU nos órgãos autárquicos é decisiva para a criação das necessárias condições políticas que abram caminho a uma alternativa política em Portugal.»

# Participação plena dos jovens

## Margarida Botelho

candidata CDU nas Caldas da Rainha

«Na CDU participamos na reflexão sobre os problemas e nas soluções para os resolver. (...) Estamos em lugares elegíveis, prontos para trabalhar nos órgãos deliberativos mas também nos executivos. Também é assim que se renova o poder local. E também é assim que cada um de nós aprende a intervenção e a democracia.

Estamos na CDU porque somos diferentes na forma e no conteúdo. Porque as políticas de juventude são discutidas e realizadas com os jovens. Porque queremos o reforço do associativismo juvenil, do acesso à cultura e ao desporto. Porque defendemos

o ambiente, a educação e o fim das discriminações. E porque sabemos que é nas autarquias CDU que esta obra é feita!

Também estamos na CDU para denunciar a política de direita do Governo. (...)

A Juventude CDU está empenhada nestas eleições. E sabemos que muitos mais jovens se hão-de juntar a nós, para reforçar a nossa luta e a nossa vitória.

O que a Juventude CDU exige é qualidade de vida para todos. O que a Juventude CDU oferece é a força da JCP, da Ecojuvem e de muitos outros jovens independentes. O que a Juventude CDU sente é a força deste Coliseu!»





25. Outubro 97 (sábado) - 18.00 h  
Coliseu - Lisboa  
**Comício festa**  
Brigada Vitor Jara  
Intervenção por:  
CDU - Partido Comunista de Vila Franca de Xira  
Associação Democrática do PSD  
**Carlos Carvalhas**  
CDU - Condições Democráticas Urbanas



## Confiança a três dimensões

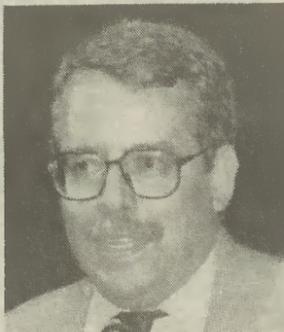
**Daniel Branco** presidente da CM de Vila Franca de Xira, cabeça-de-lista da CDU e presidente da Junta Metropolitana de Lisboa

Falando de improviso, Daniel Branco começou por contar que, numa recente deslocação às Astúrias, um camarada do Partido Comunista Espanhol e autarca eleito pela Izquierda Unida lhe confessou ter verificado, com agradável surpresa, que os comunistas portugueses e seus aliados têm um importante peso nos órgãos de poder local do nosso país. «Pois olha, camarada, em Dezembro vamos ter eleições autárquicas e estou convencido que vai aumentar ainda mais a nossa influência nas autarquias e no panorama político nacional» - retorquiu-lhe Daniel Branco.

Recordou depois, em breves palavras, os traços da gestão CDU no município de Vila Franca, sublinhando as grandes modificações ali realizadas, por autarcas que se preocupam em

«gerir com a população» e afirmando que «vamos ser nós a continuar a gerir a mudança em Vila Franca de Xira» depois das eleições de 14 de Dezembro.

Por fim, Daniel Branco referiu-se ao trabalho efectuado no quadro da Área Metropolitana de Lisboa, a cujo órgão executivo preside, salientando o papel positivo desta «região» na resolução de problemas a que o Governo não dá resposta e que ultrapassam as competências e possibilidades de cada um dos municípios, concluindo que «vamos fazer com que a CDU seja cada vez mais a força dirigente para o desenvolvimento desta Área».



## O Alentejo terá novas vitórias

**Paulo Neto** presidente da CM de Mértola e cabeça-de-lista da CDU

«A CDU no distrito de Beja encara as próximas eleições com enorme tranquilidade e confiança.

Temos boas razões para este optimismo. Por um lado, há a profunda identidade de objectivos entre os nossos eleitos e os interesses das populações. Por outro, as autarquias CDU têm não só cumprido os programas na esfera das suas competências como - devido à inoperância e falta de vontade dos governos - têm contribuído para minimizar problemas em domínios como a saúde, educação, habitação e desenvolvimento económico e social.

Pela obra feita ao longo de mais de 20 anos, porque temos projectos para continuar a fazer o que é preciso, pela ligação ao povo trabalhador, a CDU vai alcançar novas e expressivas vitórias no Alentejo.

Pela CDU candidatam-se homens e mulheres que aspiram ao poder para servir as populações e não para servir interesses pró-

prios, de famílias ou amigos, como no exemplo denunciado recentemente pela imprensa do dirigente do PS e ainda representante do Governo no distrito de Beja.

Ao contrário de outras forças políticas, a CDU não aspira ao poder para o colocar ao serviço dos interesses particulares de poderosos grupos económicos que se movimentam na sombra apoiando candidaturas cujos objectivos são opostos aos das populações. O caso recente de Mértola, onde Champalimaud e companhia tentaram e continuam a tentar grandes manobras com o intuito de desalojar da Câmara a maioria da CDU, não obstante o notável trabalho feito e a confiança que em nós depositam as populações, é disto testemunho.»



## Uma força que conta

**Ilda Figueiredo** vereadora da CM do Porto e cabeça-de-lista da CDU

«Culminando todo um mandato caracterizado pela multiplicação de promessas não cumpridas, de apresentação de ideias, estudos e anteprojectos que não passaram do papel, apostando na criação de uma cidade virtual baseada na estratégia inflacionista dos planos e orçamentos camarários, do dinheiro fácil e dos amigos ricos, para criar a ideia na opinião pública de que tudo estava a avançar, o PS procurou esconder as carências em infra-estruturas e equipamentos, o agravamento de muitos problemas da cidade, o seu envelhecimento e clara degradação de diversas zonas do centro e das periferias.

Foi a CDU quem denunciou esta estratégia e procurou alertar a opinião pública para o não cumprimento das promessas e a paralisação das obras, quem procurou manter um contacto regular com os moradores e instituições da cidade, quem fez centenas de visitas e reuniões ao longo do mandato a pedido dos portuen-

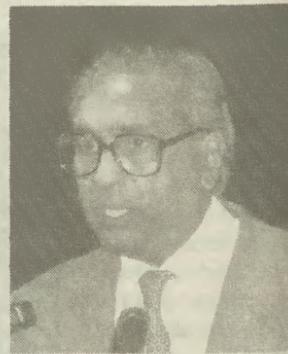
ses que cada vez mais confiam na CDU e nos seus eleitos. Os moradores contam connosco para denunciar problemas, apresentar propostas válidas, lutar pelo desenvolvimento da cidade, pela requalificação urbana, pela construção das infra-estruturas e equipamento essenciais à melhoria da qualidade de vida dos munícipes, pelo funcionamento democrático e transparência dos órgãos, por uma gestão baseada no diálogo, aproveitando toda a capacidade de realização do poder local e a vontade de trabalho e competência dos seus eleitos.

Estou certa que, nas próximas eleições, muitos cidadãos nos vão dar o seu voto pela primeira vez, reconhecendo que, mesmo em minoria, vale a pena votar na CDU.»



## Uma gestão aberta e democrática

**Abílio Fernandes** presidente da CM de Évora e cabeça-de-lista da CDU



«Ao longo de vinte anos do Poder Local Democrático, a CDU definiu uma política unitária, assente numa ampla auscultação das opiniões e contributos de todos os cidadãos, num relacionamento directo com moradores, associações, colectividades agentes económicos e outros, e transformou assim o Poder Local numa das principais conquistas de Abril e numa das principais frentes de intervenção na vida local, regional e nacional.

(...)

Continuaremos a pautar o nosso trabalho, assente numa política de planeamento e ordenamento que vise o desenvolvimento sustentável e contrarie os desequilíbrios territoriais, demográficos e urbanos existentes; o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Évora, proposto pela Câmara Municipal em parceria com agentes e instituições representativas e sediadas no Concelho, definiu as grandes linhas de força deste desenvolvimento.

Finalmente é necessário regionalizar, conscientes de que o município de Évora nunca se poderá desenvolver correctamente se na região persistirem os desequilíbrios e as dificuldades estruturais existentes.

Um País com a nossa dimensão só poderá afirmar-se pela sua especificidade, pela sua história, pelo seu património humano, construído e cultural, o que naturalmente, implica, a mobilização e participação de todos os portugueses na vida política.

As autarquias estão em condições excepcionais para darem a sua contribuição para o cumprimento deste grande objectivo. E a CDU é a força política que maiores garantias dá para o desenvolvimento do nosso país.»

## Um projecto para concretizar

**Jacinta Ricardo** presidente da CM do Montijo e cabeça-de-lista da CDU



«Não confundimos crescimento com desenvolvimento. Desenvolvimento tem que ser à medida dos anseios e aspirações das populações locais. Desenvolver é sempre manter e melhorar progressivamente a qualidade de vida regional. Desenvolver não é criar novos focos de exclusão social e económica.

As regiões locais devem, e podem legalmente, exigir do Poder Central compensações financeiras extraordinárias para fazer face às rupturas provocadas pelas infra-estruturas nacionais implantadas nos seus territórios.

Este é o quadro do desenvolvimento que defendemos. Este é o desenvolvimento que servirá as populações no geral e não apenas aqueles que confundem crescimento com desenvolvimento (normalmente à custa dos que não têm mais nada de seu que a força de trabalho, que vendem).

Defendemos que isto é possível. Queremos construir novos espaços urbanos, de linhas harmoniosas e bonitas. Firmes e bem traçadas, pujantes e fortes. Com trabalho para todos. Com espaços de lazer e descanso. Com médicos. Com segurança. Com ensino de qualidade. Com centros de prática desportiva. Em suma com vida própria.

Esta a tarefa que queremos realizar e que outros também reclamam para si, quando num passado recente não souberam honrar a confiança dos eleitores, pela prática das gestões turvas e ruinosas.

Sabemos que o podemos fazer. Com as instituições, com as pessoas, envolvendo toda a sociedade civil.

Soubemos merecer a confiança popular, pela obra feita. E sabemos também que de novo a obteremos, e reforçada, pela obra que queremos realizar.



**CDU**

para fazer o que é preciso

AUTARQUIAS

PCP



# Que fazer com tantos temas?

■ José Casanova  
Membro da Comissão  
Política

**E**is-me rodeado de temas, a meu ver de incontestável importância e actualidade, e sem espaço, nem de perto nem de longe, para os abordar todos. Que fazer? Quais excluir? Ponhamos de parte a telenovela da aprovação do Orçamento de Estado, as fitas do Governo e do PSD sobre a matéria, o resultado final que sempre se soube qual era... e deixemos apenas uma breve referência ao escandaloso perdão das dívidas e aos significativos benefícios fiscais concedidos em matéria de IRS e IRC aos governos regionais dos Açores e da Madeira e com os quais Guterres comprou os votos dos deputados do PSD...

Deixemos para outra altura a questão da Regionalização e o papel de má da fita que lhe é atribuído pela direita, muito naturalmente aprovada face à perspectiva de concretização de um processo que constitui um acto de democratização do poder, um importante instrumento de participação democrática das populações – e aguardemos a posição definitiva do PS sobre a matéria em causa: será que, depois das eleições autárquicas, o partido do engenheiro Guterres vai meter a Regionalização na gaveta?...

Deixemos apenas o indispensável e breve alerta face às medidas repressivas decididas pelo PS, em aliança com a direita, visando impedir as populações e os trabalhadores de lutarem pelos seus direitos. Refiro-me, obviamente, às severas penalizações decretadas contra quem participe em formas de luta que incluem essas coisas perigosíssimas que são os cortes de estradas. E apenas sublinho as «boas razões», as «boas intenções» do governo, abundantemente explicadas pelo ministro da Justiça, Vera Jardim: «defender a liberdade

PSD e PS, revezando-se, têm vindo a aplicar...

E quanto ao abuso de poder com fins eleitoralistas que caracteriza a intervenção do PS nas autárquicas? Bom: «Segundo o PCP» – escrevem, quando escrevem, os prevenidos jornalistas-tipo da nova ordem comunicacional – há por aí uns casos de abuso de poder, coisas insignificantes, género candidatos do PS a Câmaras Municipais que acumulam essa qualidade com cargos públicos duplamente vanta-

**Por falta de espaço, terei de deixar para outra oportunidade a resposta ao fascinante desafio investigativo que me foi lançado pelo inimitável professor Cavaco ao autoproclamar-se, grandiloquo e fluente, «pai do euro português». Pergunto-me quem será a mãe do dito...**

óbvia importância de qualquer dos temas. E já que o «Tal & Qual» me garante que «Saleiro afia a moca» e que está disposto «a arrasar tudo e todos» («vai tudo raso»), limito-me a, na base do que até agora foi tornado público, manifestar a minha solidariedade para com os dois jovens que vão ser julgados pelas inscrições que fizeram «à porta do Governo Civil». Quanto à informação de que o presidente da Câmara de Cascais já regularizou a sua situação fiscal, congratulo-me com o facto. É bom saber que um esquecimento de dois anos pode ser, e foi, corrigido em dois minutos. Aliás, estou em crer que o esquecimento de José Luís Judas se deveu fundamentalmente aos seus muitos afazeres enquanto presidente da Câmara de Cascais, já que antes disso, que se saiba, nunca se esqueceu de cumprir os seus deveres fiscais. É igualmente bom ver confirmada, no limiar do século XXI, a bíblica perversidade de Eva, ou seja, a confirmação de que a Mulher continua a ser a grande, a verdadeira, a única culpada de todos os males existentes no Mundo...

Por falta de espaço terei de deixar para outra oportunidade a resposta ao fascinante desafio investigativo que me foi lançado pelo inimitável professor Cavaco ao autoproclamar-se, grandiloquo e fluente, «pai do euro português».

Pergunto-me quem será a mãe do dito... De qualquer forma tranquiliza-me ouvir o singular professor garantir, no seu conhecido tom pernóstico, que «nenhum político tem força para travar o Euro» pela simples razão de que «já todos os políticos meteram a cabeça no cepo e não há hipótese de voltar para trás». «Voltar para trás», professor? Qu'ideia, nem pensar nisso, o que é preciso é que o machado corte bem e depressa...

E nada vou dizer sobre a memória de Belmiro de Azevedo, cuja nos lembrou que «a primeira moeda única europeia existiu no tempo dos romanos» pelo que, com o novo euro, «andamos para trás dois mil anos». Mas viva o euro, grita Belmiro que acha que «os partidos deviam fazer um acordo de não ofender o euro e retirar o assunto da discussão» – opinião que me ajuda a perceber melhor certas «ofensas» e certas «não ofensas» do Público...

Passo, igualmente, ao lado da candidata do PSD à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (neste caso, confesso, por razões não só de espaço mas também de higiene). Diz a mediática viracascas que o trunfo essencial de que dispõe nesta campanha é o seu passado comunista. Pobrezita...

Refiro, de passagem, o facto terrível de mais de 200 jornalistas terem sido assassinados, na última década, na América Latina onde a violência é usada como forma de censura. E presto homenagem aos jornalistas que, na Assembleia da Sociedade Inter-Americana de Imprensa, se comprometeram «a continuar a lutar pela livre expressão» – e não posso impedir-me de olhar para o que se passa aqui no meu país...

E há ainda o Expresso: o democrático Expresso, o independente Expresso, o isento Expresso, o Expresso da liberdade de informação, o Expresso pluralista, o Expresso onde não há censura, o Expresso onde não há «limites à independência e à liberdade de informação na Redacção». o Expresso onde «a opinião é livre», o Expresso que correu com um jornalista por criticar o patrão e que, no futuro, «continuará a reger-se pelos princípios de sempre». Enfim, o Expresso que tão bem corporiza as transparentes e democráticas palavras daquele patrão de um jornal britânico: «No meu jornal, os jornalistas têm toda a liberdade de escrever o que eu penso»...



contra os excessos de outra liberdade. Quando o exercício de direito cerceia liberdades, não estamos em presença de direito, mas de atitudes ilegítimas que cumpre ao Estado combater» (onde é que eu já ouvi semelhante falazar?) – e aqui fica uma informação que fontes fidedignas me fizeram chegar: a próxima medida do género a ser tomada pelo Governo do PS é a de «proibir ajuntamentos com mais de uma pessoa»... lembram-se?

Passemos ao lado da Conferência Internacional sobre o Trabalho Infantil, a decorrer em Oslo, e na qual está a ser discutida essa selvajaria medieval que atinge 250 milhões de crianças entre os 5 e os 14 anos – anotando que o governo português não foi convidado para a Conferência, ao que se supõe devido ao facto de o representante de Portugal em anteriores conferências ter utilizado, como linha de branqueamento da situação no nosso país, o argumento de que os índices de trabalho infantil em Portugal são semelhantes ou até melhores do que os existentes em Espanha, na Itália, no Reino Unido, nos EUA. Coisa que, ainda que fosse verdadeira, muito deveria de consolar as 200 mil crianças vítimas dessa consequência da política de direita que

josos (são autênticos tachos e são altamente propícios para a caça ao voto); ou governadores civis transformados em comissários políticos do PS; ou dinheiros distribuídos por candidatos do PS a instituições diversas, assim procurando comprar votos para o partido do governo com dinheiros que são de todos nós; ou candidatos que distribuem propaganda eleitoral juntamente com os documentos de inscrição para o Rendimento Mínimo Garantido e levam a sua simpatia ao ponto de oferecerem a sua prestimosa ajuda aos eleitores caso necessitem dela para preencher os ditos documentos... enfim, miudezas sobre as quais, repito, os jornalistas não dão opinião, não lhes compete fazê-lo, eles estão ali para relatar factos com objectividade (às vezes, é verdade, abrem excepções e dão opiniões, mas só às vezes, como pode comprovar quem leu aquele esgalracho jornalístico que foi a «reportagem» do Público sobre o comício da CDU no Coliseu dos Recreios), eles sabem lá se o que o PCP diz é verdade ou é mentira, além de que o silêncio é de ouro quando a verdade mata...

Excluo, igualmente, deste texto, uma opinião desenvolvida sobre o caso Saleiro e sobre o IRS de José Luís Judas – apesar da

# Inquérito a um referendo suspeito

**O** processo para a realização de um referendo sobre questões relacionadas com a Europa está em marcha. O Governo e o PSD apresentaram propostas para a respectiva pergunta que só demonstram terem em preparação uma monumental fraude. Não querem um verdadeiro debate sobre as questões essenciais do processo de integração europeia, como o que inequivocamente resultaria da proposta de pergunta apresentada pelo PCP. Governo e PSD, com uma pergunta manipulada e de resposta assegurada, querem ter uma base para extrapolarem a conclusão de que o povo português ratificaria a sua política de capitulação no processo de integração. Mas, se o referendo se vier efectivamente a realizar, não poderá suceder que o feitiço se possa virar contra o feiticeiro?



João Amaral

A questão do referendo sobre matéria europeia surgiu com alta projecção pública em Portugal na altura do processo de apreciação do Tratado de Maastricht. O processo de preparação pelos governos deste Tratado caracterizou-se por um acentuado secretismo e por uma completa obstaculização de qualquer debate público alargado. A preparação do Tratado arrastou-se ao longo de meses, em contactos de responsáveis políticos feitos sem qualquer transparência. Falou-se então da "Europa confidencial", para denunciar precisamente os métodos secretistas que levaram à assinatura em Maastricht do Tratado da União Europeia.

Só depois do Tratado assinado é que a opinião pública teve conhecimento do que andou durante meses e meses a ser cozinhado nas esferas reservadas do poder. A surpresa foi completa. O desenho da União Económica e Monetária sofria uma enorme transformação qualitativa, já de afirmação de uma estrutura federal (designadamente com a moeda única), enquanto a PESC (Política Externa e de Segurança Comum) e o Pilar das questões de segurança interna, articulados respectivamente com a UEO e com o Tratado de Schengen, caminhavam nessa mesma direcção.

Confrontados com as denúncias de secretismo e falta de democraticidade e transparência, alguns países recorreram ao referendo, designadamente a Dinamarca, a França e a Irlanda. Em Portugal, o debate era reduzidíssimo, e o nível de conhecimento dos problemas estava muito abaixo das necessidades. Por isso, o PCP explicitou que "a grande prioridade (...) é a realização de um amplo debate nacional, que favoreça uma desenvolvida informação do povo português sobre o que verdadeiramente está em causa, que permita, uma base de seriedade e serenidade, um intenso confronto pluralista de ideias e opiniões, e que estimule uma ponderação e reflexão colectivas sobre as soluções e caminhos que, no quadro da integração europeia, melhor sirvam os inte-

resses essenciais de Portugal e dos Portugueses" (Projecto de Revisão Constitucional do PCP nº 4/VI, de 2 de Julho de 1992).

Foi essa a razão fundamentadora da apresentação pelo nosso Partido da proposta de referendo sobre o Tratado da União Europeia na revisão constitucional de 1992, a realizar antes da sua ratificação por Portugal; e a apresentar, no processo de revisão constitucional realizada na presente legislatura, uma proposta para permitir referendos sobre os Tratados que atingissem a reserva nacional de poderes soberanos tendo em vista a União Europeia, o que permitiria designadamente o explícito referendo sobre o Tratado de Maastricht e sobre a moeda única.

PS e PSD opuseram-se em todas as circunstâncias a referendos com esse objectivo e conteúdo. Em 1992, aceleraram o processo de revisão da Constituição, com alterações aos artigos que impediam a aprovação do Tratado de Maastricht por Portugal. Argumentaram, para impedir o referendo, que já não havia tempo para o realizar. O argumento era completamente falso, dado que o Tratado estava bloqueado pelo não do referendo dinamarquês, e só veio a entrar em vigor muitos meses depois da ratificação por Portugal.

As razões verdadeiras para a oposição do PS e do PSD eram outras. Primeiro, não queriam que o real alcance do Tratado de Maastricht fosse divulgado e debatido pelos portugueses, como só o poderia ser na campanha do referendo, com os partidários do não a terem garantias de participação em debates públicos, igualdade de tratamento pela comunicação social e tempos de antena. Segundo, não queriam contar os votos, porque tinham a suspeita (ou até a certeza!) de que muitos dos seus eleitores iam votar pelo não, retirando-lhes assim a legitimidade com que se arvoravam para as posições capitulacionistas que assumiam. Terceiro, não queriam dar aos partidários do não, como o PCP, o espaço político correspondente à prova de que essa posição era realmente sentida por uma alta percentagem de portugueses. Em quarto lugar, comprometidos com as decisões tomadas em Maastricht e enfeudados ao eixo franco-alemão, não queriam correr o risco de que alguém dissesse que estavam a suscitar dúvidas sobre o Tratado, ou, pior ainda para eles, que o resultado do referendo provocasse nova crise no processo da sua aprovação. Não queriam correr o risco de o não sair vencedor!

O referendo não se fez, mas os danos internos para PS e PSD não são subestimáveis. Ficou demonstrada a sua falta de transparência, o receio que tiveram do recurso à decisão popular, o seguidismo em relação aos diktats das grandes potências europeias. Por isso, seguindo aliás orientações gerais traçadas no Conselho Europeu, os partidos pró-Maastricht tentaram simular uma nova postura de transparência e diálogo no processo em curso, de aprovação do Tratado de Amsterdão. A informação acerca do que se passava nas Conferências Intergovernamentais procurou ser maior do que sucedeu em Maastricht. Não faltaram debates parlamentares, nem discursos de Ministros. Verdadeiramente, tudo continuou nebuloso para a generalidade da opinião

pública. Mas, o Governo pode dizer que não andou escondido ...

Provavelmente, o resultado, considerado por alguns escasso, obtido em Amsterdão, também tem a ver com isso. As instituições da União e os governos dos países procuraram recuperar a confiança da opinião pública, e para isso, aceitaram agora não provocar grandes sobressaltos. Tudo transparente ... e modesto!

Em Portugal, PS e PSD, depois do bloqueio de 1992, procuraram uma solução constitucional que permitisse referendos sobre matéria europeia. Muita gente o exigiu em 92, e as consequências políticas de uma nova rejeição seriam grandes e jogariam contra a ideia de transparência e decisão popular que a União quer dar de si mesma. Mas, a solução PS/PSD não era a proposta do PCP, que, como se referiu, permitiria referendar Tratados, como o próprio Tratado de Maastricht e a sua moeda única.

As balizas essenciais para PS e PSD eram duas: primeiro, os referendos não deveriam incidir sobre Tratados em vigor, mas só sobre Tratados a aprovar; segundo, os referendos não deveriam questionar os próprios Tratados a aprovar no seu conjunto, quanto muito questões neles incluídas. Com esta balizas, PS e PSD davam aos mandões da União Europeia a garantia de que os referendos em Portugal não poriam em causa os passos já dados na construção europeia, nem decisões que não precisassem já de novo Tratado (é o caso da moeda única, que ainda não está decidida, mas não carece para entrar em vigor de um novo Tratado, mas tão-somente de uma decisão dos governos), nem finalmente tratados futuros, bloqueando a sua aprovação. Daí a fórmula que aprovaram na Constituição, segundo a qual nesta matéria só podem ser referendadas "questões de relevante interesse nacional que devam ser objecto de convenção internacional".

Foi neste quadro que o Governo e PSD apresentaram as suas propostas de pergunta. Fixe-se a do Governo (o PSD apresenta uma semelhante e ainda outras duas grotescamente manipuladoras, já que se trataria de perguntar se os portugueses concordam que a União europeia se preocupe com o emprego e com a luta contra a criminalidade!). O Governo quer que seja perguntado aos portugueses se "Portugal deve continuar a participar na construção da União Europeia que resulta do Tratado de Amsterdão?".

A pergunta do Governo tem não só os defeitos resultantes dos limites impostos constitucionalmente, como lhe acrescenta novos e graves defeitos, que resultam de uma clara vontade de realizar uma fraude mistificadora. A pergunta não questiona o Tratado de Maastricht, nem a moeda única, nem o Pacto de Estabilidade e as pesadas multas nele previstas para quem não cumprir os critérios de Maastricht. A pergunta também não põe em questão o Tratado de Amsterdão, no seu conjunto, nem nenhuma das questões realmente relevantes nele contidas (por exemplo, os passos federalistas no terceiro pilar, sobre segurança pública e acção policial). Ao contrário da pergunta proposta pelo PCP, o Governo omite a questão essencial das transferências de soberania,

desde as previstas com a moeda única e o Pacto de Estabilidade até às novas transferências previstas no Tratado de Amsterdão. Verdadeiramente, a pergunta não questiona nada de concreto. E se ela tem algum sentido é por questionar o que ninguém questiona, isto é, a permanência de Portugal nas comunidades. De facto, com o uso das palavras "continuar a participar" insinua-se uma pergunta sobre a saída de Portugal das Comunidades, quase uma pergunta sobre o conjunto do Tratado de Roma e suas modificações, o que tornaria a pergunta ... inconstitucional!

O carácter irrelevante da pergunta pode demonstrar-se por uma outra questão, que é a do seu valor. Ninguém respondeu ainda ao desafio do Secretário-geral do nosso Partido de ser explicado quais seriam as consequências jurídicas do referendo. Que elas são irrelevantes mostra-se pela comparação, entre o ruído feito com a necessidade de 50% de votantes para o referendo sobre a regionalização, e a completa ausência de comentários sobre paralela exigência no referendo sobre a questão europeia. Porquê este silêncio? Porque com 50% ou 10% de votantes, a eficácia jurídica é sempre igualmente nula. O rumo das transferências de soberania está traçado pelo PS e PSD e o referendo não é feito para perturbar mas sim para criar a mistificação de um apoio popular a esse rumo.

Resuma-se: é um referendo sem efeitos jurídicos, onde o que é essencial não é perguntado, com uma pergunta capciosa e que visa garantir à partida uma resposta favorável, e que se destina a uma extrapolação para uma conclusão sobre matéria que de facto não é posta em debate. Este é o "programa de acção" do Governo e do PSD.

Mas, apesar disso, fica a dúvida: o que é que impede os que estão contra a moeda única, o Pacto de Estabilidade e as transferências de soberania que vêm atentando contra os interesses de Portugal e do povo português, de intervirem na campanha do referendo defendendo um não que signifique a rejeição de tudo isso? A pergunta do referendo é má, e os pressupostos jurídicos do referendo são maus. Mas, isso torna impossível fazer a campanha e o debate necessários? Como conseguirão, Governo e PSD, impedir que o debate se realize centrado nessas questões? E como impedirão que eleitores esclarecidos votem no referendo tendo essas questões essenciais como ponto de referência?

A alternativa será melhor? Não intervir no debate, considerando o referendo no seu conjunto uma mistificação, será melhor que explorar as possibilidades que a campanha permite? Evidentemente que participar na campanha dá espaço para PS e PSD fazerem uma espécie de "legitimação" deste referendo fraudulento. Mas intervir permite não só o debate geral como denunciar os limites que PS e PSD lhe impuseram.

Daqui até ao referendo e às decisões sobre ele, o quadro político vai evoluir, e outros dados surgirão para fundamentar adequadamente uma posição, que, de qualquer forma, não poderá deixar de ter em conta algumas das questões que aqui se enunciam.

EM FOCO

### ③ A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO FOI HÁ 80 ANOS



**E**stamos na véspera da Revolução. Na Rússia é o dia 24 de Outubro, no resto do mundo é 6 de Novembro. Em Petrogrado, uma testemunha vai escrever sobre o que viu. Quem melhor do que John Reed, que percorreu os lugares e falou com as personagens do drama que ali se desenrola - dos actores principais às figuras que não tiveram a honra de ver os nomes alinhados no cartaz da História - para nos recordar como tudo aconteceu? Do Smólni, onde reunia o Soviete de Petrogrado, aos lugares onde as instituições do antigo poder se esboroavam, o jornalista americano recolhia informações, fazia perguntas, colecionava panfletos, comprava jornais, metia conversa, assistia a discursos, registava acontecimentos.

No dia 22 estivera no Smólni, onde, à porta, encontrara um Trotski embaraçado por não encontrar os papéis de livre-trânsito. Não o deixavam entrar, a ele, o Presidente do Soviete. «Trotski?». O outro soldado coçou a cabeça. «Já ouvi esse nome em qualquer parte», disse finalmente. «Bom, está bem. Pode entrar, camarada...»

Lá dentro já se falava no novo Governo, no que iria suceder ao de Kerenski, que ainda não havia sido deposto. Karakhan, destacado bolchevique, explicou a Reed como se imaginava o futuro Governo em preparação: «Uma organização maleável, sensível à vontade popular expressa pelos Sovietes, que dê liberdade de acção às autoridades locais. Actualmente, o Governo Provisório impede a acção da vontade democrática local, tal como fazia o Governo czarista. Na sociedade nova, a iniciativa virá de baixo...» (...). «O novo TsIK (Comité Executivo Central), responsável por reuniões frequentes do Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia, será o Parlamento; os vários ministérios serão chefiados por comités, em vez de ministros, e serão directamente responsáveis perante os Sovietes...»

Isto três dias antes da insurreição, mas quando ela como que se respirava já por toda a parte - pelos seus partidários, que nela viam a libertação e um novo caminho de justiça e de paz; pelos seus opositores, que a temiam e se preparavam para afogá-la em sangue.

John Reed, que soubera de uma reunião dos dirigentes bolcheviques, esperava à porta para saber o que iria seguir-se. Lénine, segundo Volodarski lhe contou, referiu-se expressamente à data da insurreição: «O dia 6 de Novembro (25 de Outubro) será demasiado cedo. Deveremos ter uma base de apoio em toda a Rússia para a insurreição; e no dia 6 ainda não terão chegado todos os delegados ao Congresso... Por outro lado, o dia 8 será demasiado tarde. Nessa data o Congresso já estará organizado, e é difícil que uma grande massa organizada tome decisões rápidas e decisivas. Devemos agir no dia 7, dia da reunião do Congresso, a fim de podermos dizer-lhes: «Eis o Poder! Que ides fazer com ele?»»

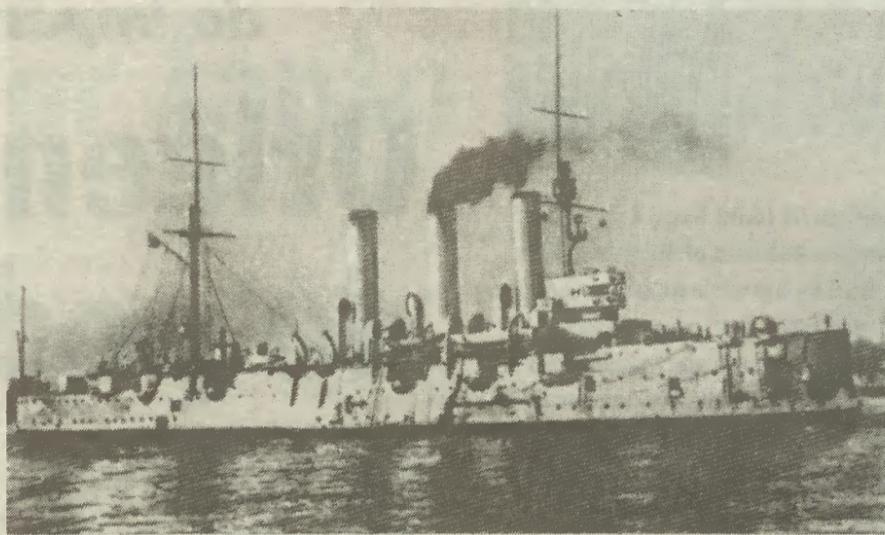
John Reed, testemunha privilegiada dos dez dias que abalaram o mundo, reflectia assim sobre esses dias:

No momento exacto, quando toda a gente esperava que os bolcheviques saíssem para a rua, uma manhã, e comesçassem a disparar contra todos os que tivessem colarinhos engomados, a verdadeira insurreição seguiu o seu caminho da maneira mais natural e mais aberta.

Ele descreve a cidade que via, onde, latente, a insurreição se preparava:

Na rua, um vento gélido e húmido soprava de leste, e a lama fria que calcava ensojava-me os sapatos. Duas companhias de *junkers* subiam a Morskaia marchando rigidamente com os compridos capotes e cantando poderosamente velhos estribilhos, como os soldados costumavam cantar no tempo do czar... No primeiro cruzamento vi que a milícia da cidade andava a cavalo e estava armada com revólveres em coldres novos e brilhantes; um pequeno grupo de pessoas

# A vitória



O cruzador Aurora, imagem emblemática da Revolução de Outubro

Lénine. O mais destacado dirigente bolchevique da Revolução de Outubro

observava-os em silêncio. Na esquina da Névski comprei um panfleto de Lénine, «Serão os Bolcheviques Capazes de Manter-se no Poder?», e paguei-o com um dos selos que serviam para trocos. (...) No cimo da Névski, no crepúsculo desabrido, montões de pessoas disputavam os últimos jornais, e gente aos cachos tentava decifrar os inúmeros apelos e proclamações colados em qualquer espaço livre; do TsIK, do Soviete dos Camponeses, dos partidos socialistas «moderados», dos Comités do Exército - ameaçando, amaldiçoando, implorando aos operários e soldados que ficassem em casa, que apoiassem o Governo.



Destacamento de blindados defendem o Smólni

Na manhã seguinte, Reed, ao ler os jornais da manhã, fica a saber que o Governo Provisório anuncia a supressão da imprensa operária e bolchevique e que decretara a prisão dos dirigentes do Soviete de Petrogrado e dos Membros do Comité Revolucionário Militar. Ao atravessar a praça do Palácio depararam-se-lhe as baterias de artilharia dos *junkers* que tomam posição. Blindados alinham-se em frente das portas.

Entretanto, Kerenski discursava no Palácio Marinski, ao seu Conselho da República. Reed acorre aí para ouvir ainda o arengar do chefe do Governo Provisório que invectiva Lénine, o «criminoso político que anda escondido e cujo paradeiro tentamos descobrir...».

«Coloco-me», diz Kerenski no contar de John Reed, «no ponto de vista da direita, e proponho imediatamente que se proceda a uma investigação e que se efectuem as prisões necessárias.»

É nesse momento que, no meio da algazarra, Kerenski é interrompido por alguém que lhe entrega um papel. Trata-se de uma ordem emitida pelo Soviete de Petrogrado. «Ordenamos imediatamente aos regimentos que se ponham em pé de guerra e que aguardem novas instruções.» Kerenski lê o documento classificando-o como «tentativa para levantar a população contra a ordem existente, para liquidar a Constituinte e ainda para abrir a Frente aos regimentos da mão de ferro de Guilherme». Mas as suas palavras caem mal à «esquerda». Martóv protesta contra o facto de que «sectores importantes do proletariado e do Exército - ainda que na direcção errada -» sejam tratados de «população». E afirma que tal atitude equivale a um «incitamento à guerra civil». Ainda assim, a «esquerda» menchevique e SR vota uma resolução acusando a «manifestação armada que se está a preparar desde há dias» de ameaçar provocar uma guerra civil. Mas não deixa de manifestar a sua desconfiança ao Governo, denunciando que a agitação que se vive tem na origem o «atraso com que se decretaram medidas urgentes» e propondo a criação de um Comité de Salvação Pública.

Quantos poderes se encontram em presença?

O jornalista americano volta à rua para ver o aparecimento do *Rabotchi Put*, que fura a proibição:

A sua primeira página era toda ela uma proclamação:



«Soldados! Operários! Cidadãos!

«Os inimigos do povo passaram a noite transacta à ofensiva. Os kornilovistas do Estado-Maior estão a tentar retirar dos subúrbios batalhões de *junkers* e de voluntários. Os *junkers* de Oranienbaum e os voluntários de Tsarkoie Selo recusaram sair. Um golpe de alta traição está a ser concebido contra o Soviete de Petrogrado...»

Anoitece, nessa véspera de 25 de Outubro. No interior do Smólni sucedem-se as reuniões. Na sala 18, Reed ouve um orador afirmar que não estão isolados. Que mencheviques e SR's serão arrastados. E mostra um papel: «Estamos a arrastá-los! Acaba de chegar uma mensagem dos mencheviques e dos socialistas-revolucionários! Afirmam que condenam a nossa acção, mas se o Governo nos atacar não combaterão a causa do proletariado!»



John Reed. O jornalista americano que acompanhou os acontecimentos e deixou um testemunho histórico

E reúne por fim o Congresso. O debate é intenso. Lá fora, a Guarda Vermelha estava na rua.

Nessa madrugada tudo se decide. O Aurora atraca junto à ponte Nicolai, perto do Palácio de Inverno. A Estação Central dos Correios, o Banco do Estado, as estações de caminhos-de-ferro caem nas mãos do Comité Militar Revolucionário. Lénine dirige-se ao Smólni. E às 10 horas da manhã,

enquanto Kerenski fugia sob o pretexto de ir ao encontro das tropas fiéis para as receber, o dirigente da Revolução escrevia o apelo *Aos Cidadãos da Rússia*, anunciando a passagem do poder do Estado para o Comité Militar Revolucionário, órgão do Soviete de Deputados Operários e Soldados de Petrogrado:

«A causa pela qual o povo lutou - a proposta imediata de uma paz democrática, a supressão da propriedade latifundiária da terra, o controlo operário sobre a produção, a criação de um Governo Soviético - esta causa está assegurada. Viva a revolução dos operários, soldados e camponeses!»

Para a realização destes três artigos, recordando alguns dos momentos significativos da Revolução de Outubro, foram consultadas as seguintes obras: *História Ilustrada da Grande Revolução Socialista de Outubro*, de Albert Nenarókov, Ed. «Avante!», 1987; *Histoire de l'URSS, Tome I*, de Aragon, Presses de La Cité, França, 1972; *Dez Dias que Abalaram o Mundo*, de John Reed, Ed. «Avante!», 1997.

## EM FOCO

① **Formação,  
trajectória  
e fim  
do Império Britânico**

■ **Manoel  
de Lencastre**

# Origens do poder naval inglês



A entrega recente da colónia de Hong Kong à República Popular da China, esse acontecimento marcante a que o Mundo inteiro assistiu, foi um corte quase profundo com o passado que não podia ter acontecido por mero acidente. E os povos de todos os países que presenciaram a memorável transferência de poderes, através das reportagens directas de TV, puderam reflectir na grandeza, no poderio, nas características próprias daquilo que foi o Império Britânico. Houve, até, quem se mostrasse nostálgico dos tempos vitorianos, imperiais, e quem sentisse pena de que tudo esteja no fim.

## A alma do Império ainda existe

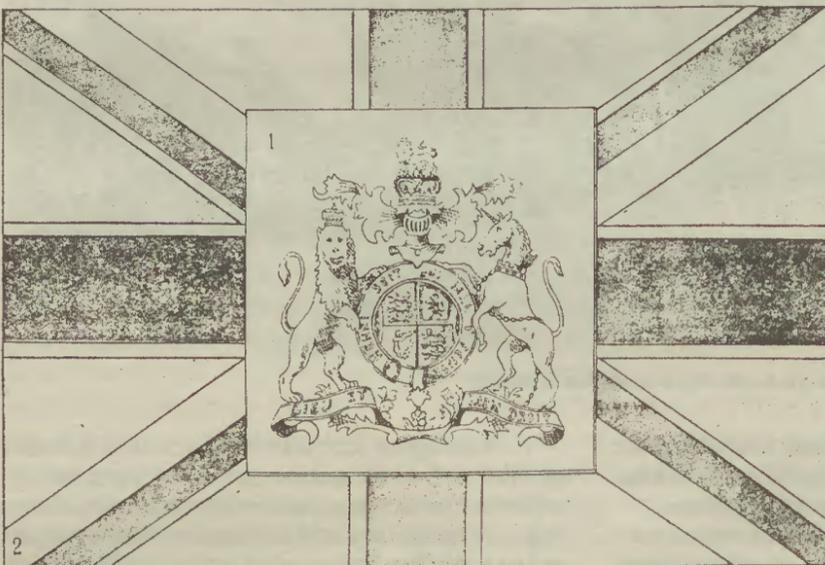
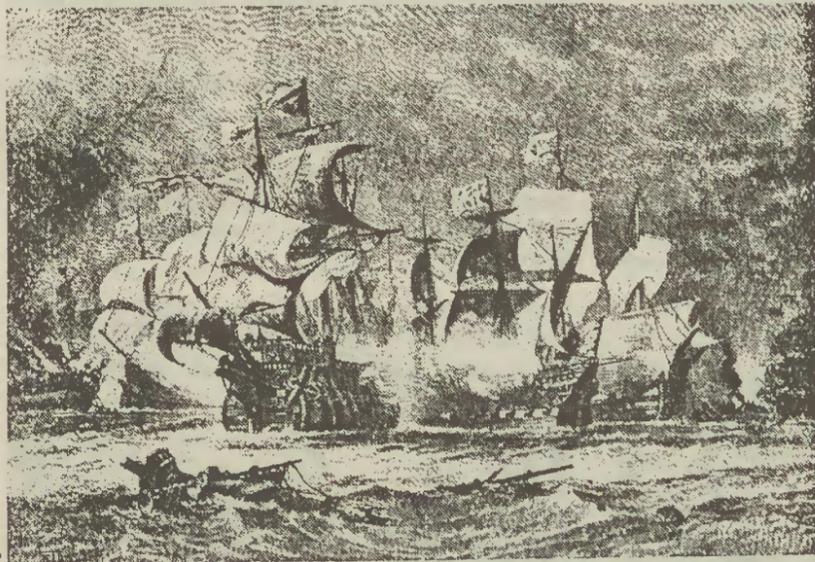
O império perdido foi económico e comercial antes de ser territorial. Foi uma conquista de mercados para a grande potência industrial e financeira que emergia. Foi um campo útil e suficientemente extenso para onde se exportaram multidões de indesejáveis de todas as espécies; um variado conjunto de países e terras de onde se extraíam valores e produtos novos que a Europa comprava. Nesse tão amplo terreno, a Grã-Bretanha pretendeu fazer o mundo à sua maneira. Nessa enorme experiência, que se julgou definitiva, as desigualdades criadas e alimentadas pelo capitalismo surgiram aos olhos da Humanidade, ampla e robustamente – revelaram-se, quase exageradamente, as deficiências próprias das qualidades, da cultura e da maneira social dos povos das Ilhas britânicas. Hoje, o Império expira refugiado na Irlanda do Norte e em dois ou três pequenos territórios nas Antilhas. A Escócia vai separar-se do conjunto. O País de Gales seguiu-la. A Grã-Bretanha vai pulverizar-se. Gibraltar, incompreensivelmente, ainda permanece. O Império onde se dizia que o Sol jamais conhecia o ocaso já não existe.

A sua sombra, ou a sua alma, porém, continua presente nas actividades financeiras que a «City of London» desenvolve e controla. E países como Singapura, a Malásia, a Austrália, a Nova Zelândia, o Quênia, o Zimbábue, a Tanzânia, a África do Sul, diversas repúblicas do Centro e do Sul das Américas, Malta, o Sri Lanka, o Egipto, o Sudão, o Paquistão e outros, incluindo, até, o nosso Portugal, continuam a fazer o seu «shopping» financeiro em Londres. O Império morreu. Os seus construtores, Raleigh, Drake, Pitt (o mais velho), Pitt (o mais novo), Nelson, Wolff, Rhodes, Wellington, entre milhares de outros, são estátuas ou figuras de referência nos manuais de História. Pertencem, naturalmente, ao passado. Mas o Império está vivo, na verdade, e manifesta-se por outros meios. Enquanto houver capitalismo, o seu espírito de rapina e de envolvimento na vida de todos os cidadãos mundiais continuará. E o império do capital-financeiro inglês continuará também.

## A destruição da Invencível Armada

O Império britânico resulta de um conjunto de factores produzidos pelo próprio desenvolvimento histórico da Inglaterra. Ninguém disse ou escreveu, como fizeram os holandeses: «Vamos construir um império!» O poder naval consolidou-se, ainda que face a problemas resultantes do intenso debate religioso e político que se viveu em Inglaterra durante as dinastias dos Tudors e dos Stuarts. Foi um ponto de partida indubitável. A libertação do histórico abraço da Igreja católica romana, o decisivo «Não!» ao poder obscurantista e asfixiante da Espanha filipina, foram igualmente momentos importantes no conjunto de acontecimentos que levaram a Inglaterra à grande empresa de conquista do mundo. Finalmente, a importância crescente dos meios financeiros, o resultado da Guerra Civil, a «Magnífica Revolução» de 1688, a Revolução Industrial e o desenvolvimento da Marinha Mercante, deram à Grã-Bretanha uma capacidade de acção que as outras potências coloniais não possuíam. O país partiu, assim, para o grande assalto a todos os continentes.

A capacidade militar naval dos ingleses surgiu com certa naturalidade e já se exprimira, decisivamente, durante os dias em que a «Invencível Armada», saída de Lisboa a 18 de Maio de 1588, se apresentou no Canal da Mancha para sofrer uma histórica derrota frente a Calais e às Gravelines (29 de Julho). Aí, o poder de fogo dos navios comandados por Howard e por Francis Drake, que se posicionavam a certa distância das Esquadras de Filipe II, destruiu as ambições do rei de Espanha e deixou o grupo naval de Medina Sidónia à beira de uma catástrofe na zona das dunas holandesas. A «Invencível Armada» foi salva por uma súbita mudança na direcção dos ventos e fugiu, navegando para Norte e circundando a Grã-Bretanha sempre a sofrer perdas devido ao mau tempo no Mar da



Irlanda. O retorno à Corunha foi como o regresso de um animal ferido de morte que busca o habitual covil para expirar.

## Novos tempos

A Inglaterra, a Grã-Bretanha, são ilhas. E os povos que as habitam viam-se contidos nos limites dessas ilhas pela força das grandes monarquias continentais. A Guerra dos Cem Anos já se distanciava no tempo histórico. Agora, em pleno século XVI, o comércio externo da Europa ganhava um extraordinário impulso proporcionado pela descoberta do caminho marítimo para a Índia e pelas dos continentes americanos. Apareciam novos produtos no mercado. Vinham de mundos até então desconhecidos – das Américas, da África, da Índia. Em consequência, os centros comerciais e financeiros que eram Génova e Veneza entravam em crise. E Lisboa, por breves momentos, agigantava-se e surgia como o novo empório que se oferecia à Europa. Extinguia-se a utilidade das velhas rotas conducentes ao coração da Ásia. As caravanas de camelos perdiam viabilidade como forma de transporte adequada aos novos tempos. O mesmo sucedia quando à pequena navegação no Golfo Pérsico e no Mar Vermelho. Deixava de existir o controlo turco que havia substituído o dos tártaros. Alexandria perdia a posição privilegiada que possuía – deixava de ser, gradualmente, o mercado onde os interesses comerciais ocidentais se encontravam com os do Oriente.

A Espanha filipina, agindo nos quatro cantos do mundo, tornou-se, assim, no principal inimigo da Inglaterra. Mas, segundo Sir William Monson, o principal cronista de assuntos navais durante o

reinado de Isabel I, «o rei de Espanha nunca soubera o que era uma batalha naval até ao histórico momento em que a "Invencível Armada" enfrentou Drake». A Espanha ocupara Portugal em 1580. Mas a reconquista da independência, em 1640, levou os portugueses a tombarem na esfera de influência dos ingleses para poderem manter essa independência.

## «O mar é inglês»

A Inglaterra, então, saía do isolamento das suas Ilhas e já navegava através dos oceanos em viagens de comércio, pirataria e descobrimento que desafiavam todas as posições e todos os interesses de Portugal e da Espanha. Hawkins dedicou-se ao tráfico de escravos (1562); Drake viajou ao longo do Estreito de Magalhães (1578) e declarou que os países daquela zona geográfica seriam a «Nova Albion» (1579); Gilbert fundou um estabelecimento colonial na Terra Nova, Canadá (1583); James Lancaster navegou para as Antilhas (1591); cinco navios da «East India Company» apresentaram-se à vista da Sumatra (1601); Christopher Newport, com navios da «Florida Company», chegava à Virgínia com 120 colons e fundava Jamestown (1607); começava a fundação e o povoamento das colónias americanas: Virgínia (1607); Bermudas (1609); Maine e New Hampshire (1622); Massachusetts (1628); New York (1664); Rhode Island (1647); Connecticut (1633); Maryland (1634); New Jersey e Delaware (1664); South Caroline (1670).

Representantes das «Chartered Companies», instituídas no tempo de Isabel I, a «Muscovy Company», a «Levant Company» e a «East India Company» apresentavam-se na corte do Czar da Rússia e na do Mogul, em Agra. Era o primeiro império que dava os primeiros passos. A «East India Company», fundada por capitalistas organizados na «Stock Exchange» (Bolsa de Londres), enviava navios para zonas do continente asiático onde a presença portuguesa continuava a fazer-se sentir. Thomas Best e Nicholas Downtown, ao destruírem armadas portuguesas em Surat, garantiam o controlo de mercados estratégicos. Surgiram postos comerciais ingleses em Madrastra e em Bengala.

E, como expressão das profundas transformações a que a Inglaterra presidia por força do seu poder naval, o povo cantava:

*«The sea is our own; and now all nations greet,  
With bending sails, each vessel of our fleet;  
Our power extends as far as a wind can blow,  
Or swelling sails upon the Globe may go.*

(Waller)

*«O mar é nosso; agora, todas as nações saúdam,  
Com velas dobradas, cada navio da nossa esquadra;  
O nosso poder vai até onde o vento sopra,  
Ou velas inchadas possam cruzar o Globo.»*

## Moçambique

# Cinco anos é tempo curto para resolver tanto problema

«Cinco anos é tempo curto para trazer o desenvolvimento pretendido, mas é certo que se estabeleceram bases seguras para que Moçambique, dentro de um curto espaço de tempo, deixe pelo menos de ser um dos países mais pobres do mundo» - a afirmação é de Amélia Matos Sumbana, secretária do Comité Central da Frelimo para as Relações Exteriores, em entrevista ao «Avante!». Num momento em que Moçambique se prepara para rever a sua Constituição de forma a reflectir as mudanças que se operaram no país desde as eleições gerais de 1994, e em véspera das eleições autárquicas agendadas para 1998, a nossa entrevistada faz o balanço da situação moçambicana. Um balanço positivo, apesar de Moçambique se continuar a debater com uma dívida externa de 1.7 biliões de dólares e graves problemas sociais resultantes de duas décadas de guerra.

**A guerra foi durante décadas um obstáculo objectivo ao desenvolvimento do país. A paz, que hoje parece consolidada, trouxe o desenvolvimento pretendido?**

Como é do vosso conhecimento, passou agora o 5º aniversário da assinatura do Acordo Geral de Paz a 4 de Outubro de 1992.

No processo das eleições gerais para a presidência e legislativas, em 1994, o Partido Frelimo, por maioria absoluta, ganhou a possibilidade de constituir Governo e ficou com 129 assentos a nível da Assembleia da República (Parlamento).

Estas vitórias permitiram ao Governo da Frelimo elaborar e fazer aprovar o seu Programa na Assembleia da República, programa esse que é de cinco anos e é essencialmente voltado para o relançamento da economia, reabilitação do tecido social e reconstrução das infra-estruturas destruídas durante o conflito armado.

Portanto, a resposta concreta é que a paz está a ser sem dúvida consolidada em Moçambique, país onde não se vislumbra o retorno à guerra, onde as populações retornadas aos seus lugares de origem ou regressadas dos países vizinhos se reintegram e participam na produção, principalmente agrícola, mas também em vários outros sectores de actividade.

O sistema económico e social que estava até pouco antes das eleições gerais quase paralisado devido às acções de desestabilização em que foram assassinadas pessoas, destruídos alvos económicos e sociais como fábricas, machambas, escolas e hospitais, posso afirmar que está sendo paulatinamente reabilitado em todo o país. Cinco anos é tempo curto para trazer o desenvolvimento pretendido, mas é certo que se estabeleceram bases seguras para que Moçambique, dentro de um curto espaço de tempo, deixe pelo menos de ser um dos países mais pobres do mundo.

**Quais as principais questões políticas que se colocam na actualidade?**

Neste momento encontramos-nos a preparar e a rever a Constituição da República para reflectir as grandes mudanças que se operaram no país após as eleições gerais de 1994.

Estamos a preparar as eleições autárquicas que se irão realizar no primeiro semestre do próximo ano de 1998.

A dívida externa, que se avalia em cerca de 1.7 biliões de dólares, é um problema económico, mas também político. Se a dívida não for totalmente cancelada, o país poderá,

- *entrevista*

*com Amélia Matos Sumbana, da Frelimo*

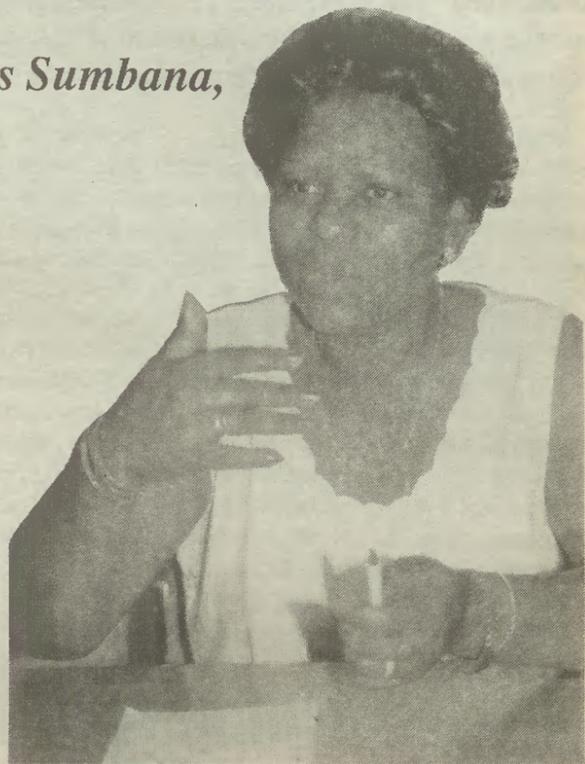
dentro de uma década, passar a ser inviável do ponto de vista económico, o que poderá implicar a alienação da sua soberania política.

**Quais os problemas sociais mais candentes no país e que medidas estão a ser implementadas para os resolver?**

Um dos problemas mais preocupantes é o da assistência sanitária ao nível de todo o país. Embora se esteja a reabilitar e a construir novos postos sanitários, a assistência neste domínio não é ainda satisfatória para a maioria da população. Há problemas que concorrem para isso:

- A vastidão do país e dispersão da população, que não permite abranger a população com distâncias razoáveis dos centros de atendimento. Populações caminham por vezes 15 a 20 quilómetros para ter acesso a um posto que por vezes não tem um médico à disposição. Agrava esta situação a falta de medicamentos. O Sistema Nacional de Saúde está ainda a estender a rede sanitária;

- Crianças abandonadas ou crianças da rua; o conflito armado provocou o deslocamento das populações rurais para dentro ou para as periferias das grandes cidades, com isso veio a superpopulação das cidades e a consequente falta de meios de subsistência para as famílias. Disso, resultou que muitas crianças tiveram de recorrer à rua para sobreviver, e as mães a dedicar-se por vezes ao comércio informal, com todas as consequências de falta de assistência directa aos seus lares. As mulheres funcionam muitas vezes como suporte das famílias devido ao desemprego dos homens, consequência da destruição já referida dos centros de produção. Para fazer face ao problema, foi criado um Ministério para a Coordenação da Acção Social, voltado para o diagnóstico e procura de



de 70%, voltaram a subir para níveis que abrangem não só adultos mas também crianças em idade escolar. A rede está a ser reactivada, assim como a formação de professores de todos os níveis;

- O problema da habitação é grave, pois muitos jovens sem emprego não estão em condições de ter acesso a ela. Neste âmbito, criou-se um fundo de fomento à habitação particularmente para os mais jovens, e estão a criar-se estímulos para que as pessoas retornem para as suas zonas de origem, maioritariamente rurais, onde se resolve o problema do alojamento utilizando materiais de produção local ou materiais naturais do campo;

- Um dos problemas sociais mais preocupantes é o dos desmobilizados da guerra, que muitas vezes se encontram sem enquadramento nem emprego, o que leva a que estejam numa situação bastante instável, por vezes conducente ao crime. O Governo está neste momento a envidar esforços para minimizar esta situação através de mobilização de recursos que possibilitem a criação de pequenos projectos de criação de auto-emprego, e através de reencaminhamento dos desmobilizados para as suas zonas de origem e fornecimento de incentivos para o regresso ao trabalho da terra. Existe uma Associação dos Desmobilizados de guerra que funciona em coordenação com o Governo e com a sociedade civil em geral.

**Qual o papel do Partido Frelimo na direcção dos destinos de Moçambique?**

O Partido Frelimo é o Partido no Poder. Mantém esta posição desde a independência nacional, isto é, desde 1975. Como já foi referido, neste momento está a ser desenvolvido o Programa Quinquenal do Governo do Partido Frelimo aprovado pela Assembleia da República, multipartidária.

O Partido Frelimo desempenha um papel essencial, que é o de dirigir o Governo e a bancada parlamentar. Nestas duas frentes está uma grande parte dos quadros do Partido, o que nem sempre facilita o desenvolvimento que seria desejável a nível das bases sociais do Partido.

Actualmente, o Governo da Frelimo está a organizar o processo das primeiras eleições autárquicas no país, que irão decorrer em 33 locais. Todo o pacote de leis autárquicas foi proposto pelo Governo à Assembleia da República e aprovado por esta.

A Frelimo dirige os destinos de Moçambique pois, após a vitória eleitoral de 1994, o Presidente Joaquim Chissano, que é também Presidente da Frelimo, nomeou o Governo. A bancada parlamentar da Frelimo tem uma maioria absoluta na Assembleia da República, onde detém 129 dos 250 assentos.

**“Um dos problemas sociais mais preocupantes é o dos desmobilizados da guerra, que muitas vezes se encontram sem enquadramento nem emprego, o que leva a que estejam numa situação bastante instável,”**



soluções para as populações mais carenciadas, idosos, crianças e mulheres desamparadas;

- A guerra quase paralisou todo o sistema de ensino, havendo muitas crianças fora da escola, para além de ter feito retroceder todo o Programa Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos; os níveis de analfabetismo, que após a independência em 1975 haviam baixado para cerca

■ Jorge  
Messias

## Um auxiliar de leitura...

# Esboço caricatural do «príncipe da Igreja»

Antes, porém, que prossigamos com o perfil que tentamos esboçar, convém que acrescentemos alguma coisa mais aos traços que caracterizam o actual "príncipe da Igreja". É importante que qualquer eventual tipo de crítica se inscreva nos quadros de uma observação fundamentada e que, até certo ponto, seja compreensiva em relação ao objecto ou à pessoa criticados.

Acentue-se pois, nesse sentido, que o grande decisor da igreja institucional privilegia, em primeiro lugar, a total sujeição à doutrina e à autoridade do magistério que ele identifica, à margem de qualquer reflexão crítica, com o "depósito da fé" e com a unidade soberana da Igreja Católica universal. Estas certezas básicas constituem os fundamentos fixos dos membros do alto clero e dos representantes da tecnologia eclesiástica avançada, atribuem-se-lhes as orientações que neles se quiserem vislumbrar. Pode acrescentar-se, para maior clareza de exposição, que este cimento comum a todos eles os une na consciência de constituírem um só colectivo eclesial responsável. É este o primeiro dos dois anéis concêntricos cuja existência evidente nos leva a reconhecer mais claramente a natureza e o sentido dos previsíveis comportamentos futuros da igreja institucional.

Num segundo círculo fechado, já indirectamente referido em passagens do que temos vindo a tentar apontar, inscrevem-se as perspectivas gerais em que comungam todos os grandes decisores e que eles assimilaram, passo a passo, nos percursos da sua formação. Há sempre visões próximas ou comuns em relação à inevitável organização classista da sociedade, aos projectos utópicos de supressão da injustiça e da miséria, às antecipações escatológicas dos "últimos dias", etc. São laços que condicionam, subtil e naturalmente, as dimensões dos actos e das críticas que possam vir a surgir (e frequentemente se verificam) por parte dos altos responsáveis eclesiásticos, quando puramente individuais e sem envolvimento das posições finais do governo da igreja oficial. Esta banda de liberdades selectivas e pessoais, nunca vinculativas, é depois aproveitada na elaboração das estratégias macropolíticas do Vaticano e pela propaganda confessional.

Curiosamente, estes aspectos particulares do governo da igreja nada de especial parecem revelar. Em todas as instituições, religiosas ou laicas, há uma prática e uma mística nem sempre coincidentes. Portanto, em quaisquer outras formações que integram a sociedade evidenciam-se, também, as linhas que contrastam as organizações ou os comportamentos dos seus membros, por um lado, e as propostas de conteúdo ideológico contidas, por outro lado, nos seus documentos básicos.

Acontece, no entanto, que neste caso se trata de uma confissão poderosa, histórica e milenar, dotada com estruturas pesadas e estatutos políticos privilegiados pela sociedade civil. Como instituição ancorada entre interesses sociais e económicos, alarga e reforça as suas alianças

tradicionais. Como formação institucional teológica, é-lhe atribuída uma origem sobrenatural que a absolve, automaticamente, pelas responsabilidades derivadas dos seus actos. Semelhantes traços atravessam a história das suas relações com a humanidade e são aceites como normais pelos estados, pelas instituições e por vastas áreas da opinião pública.

Servida por importante corpo sacerdotal e por limitadas mas eficientes organizações laicas, a igreja católica institucional que se perfila para o terceiro milénio pouco optimismo parece justificar quanto à sua inserção em projectos de transformação profunda da organização social dos povos. Por doutrina e por formação e convicção

dos grandes decisores religiosos. Sem que, por outro lado, os comportamentos destes possam alguma vez justificar a conclusão de que eles são a personificação do Mal ou que mintam sistematicamente, a si mesmos ou aos outros, com a intenção da conquista ou do lucro.

Os grandes decisores institucionais são o que são e, apenas, o que podem ser. Erro seria, esse bem mais grave, esperar que eles dessem o que nunca puderam, ou já não podem dar. E aceitar a ideia redutora de que a grande massa humana que parece identificada com a instituição actual

tem consciência dos seus desenvolvimentos previstos e neles revê as suas grandes aspirações humanas.

Este problema central espelha uma das tradições fundamentais da igreja de João Paulo II, balança entre a opulência e a miséria, a paz e a guerra, as liberdades e a disciplina total. Mas representa, igualmente, um conflito interno que ele não inventou.

Escrevia, em Janeiro de 1969, o Secretariado-Geral da revista "Concilium", integrado por reputados teólogos que se viriam a repartir, mais tarde, pelos diferentes campos dos progressistas, liberais e centristas: "O problema não é saber se o cristianismo tem um futuro, mas se pode CONSTRUIR esse futuro, e se os cristãos podem encontrar, para aquilo que constroem, juntamente com todos os homens, um significado que ultrapasse a mera opção".

É curioso notar que, entre os homens lúcidos que constituíam a equipa do secretariado-geral a que nos referimos, figurava um jovem teólogo, monsenhor Joseph Ratzinger, já então em plena ascensão de carreira.

O exemplo tem interesse porque destaca a contingência e o risco das catalogações precipitadas das atitudes políticas e sociais dos membros da hierarquia católica.

(Continua)



# Os cabeças de lista do PS às Câmaras e os tachos

O PCP tem denunciado a escandalosa utilização do aparelho de Estado pelo PS ao serviço da sua campanha eleitoral. Nomeadamente no caso dos «boys» de confiança que, «cientificamente planeados» para encabeçar listas socialistas a autarquias, foram atempadamente nomeados ou promovidos para diversos cargos políticos.

De cada vez que o PCP procedeu a uma denúncia, enorme gritaria se desencadeou por parte dos "ofendidos". Que, aliás, nunca conseguiram esconder o essencial: o facto de terem sido nomeados ou promovidos pelo actual governo do PS.

Assim, uma rápida leitura dos cabeças de lista do PS, publicada na "Acção Socialista" de 23/10/97, permite-nos compilar vinte casos exemplares, passados em doze distritos no continente. Ei-los:

No Distrito de Setúbal encontramos 4 situações - dois cabeças de lista nomeados adjuntos do Governador Civil de Setúbal: José Manuel Epifânio, à CM da **Moita** (DR nº 3, de 4/1/96) e Duarte Lynce de Faria a **Alcácer do Sal** (qualidade que ele próprio invoca junto das instituições locais) -; Por sua vez o candidato à presidência da CM de **Grândola**, Joaquim Ventura Leite, foi promovido a director do Serviço Sub-regional de Setúbal da Segurança Social (DR nº 157, de 9/7/96) e Leal da Silva, o candidato do PS à presidência da CM do **Barreiro** foi nomeado membro da Comissão Portuguesa de Acompanhamento do Instituto Geológico e Mineiro (DR nº 130, de 6/6/97).

No Distrito de Santarém encontramos 3 situações, no mínimo interessantes: Joaquim Rosa do Céu, cabeça de lista à CM de **Alpiarça**, que até Julho foi Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PS e nomeado Director Regional do Emprego de Santarém (conforme se lê na sua tarjeta de campanha), Paulo Fonseca, candidato à presidência de **Ourém** e anteriormente nomeado adjunto do Governador Civil de Santarém (DR nº 274, de 26/11/96) e o actual Presidente da CM de **Abrantes** e candidato Nelson Carvalho, que fôra nomeado pelo 1º Ministro representante (suplente) de Portugal no Comité das Regiões (DR nº 73, de 26/3/96).

Já no Distrito de Évora, o cabeça de lista a **Portel**, Norberto Patinho, foi nomeado Coordenador do Centro de Área Educativa do Alentejo Central (DR nº 204, de 3/9/96) e em **Évora**, José Ernesto d'Oliveira, cabeça de lista à CM, em 1996 fora nomeado vice-presidente da Comissão Coordenadora da Região do Alentejo e em Julho deste ano, passou a presidente da mesma Comissão (DR nº 156, de 9/7/97).

No Distrito de Bragança encontramos nova-

mente um adjunto do Governador Civil, Adérito Pires, cabeça de lista a **Mirandela** (DR nº 151, de 3/7/97). Em **Miranda do Douro**, o candidato Humberto Meirinhos foi nomeado Presidente dos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros (DR nº 74, de 27/3/96).

Em **Viseu**, o candidato José Manuel S. Oliveira é o vice-presidente da Comissão Coordenadora da Região do Centro (DR nº 148, de 28/6/96), enquanto que em **Carregal do Sal**, Carlos Gomes é o coordenador do Centro da Área Educativa de Viseu (DR nº 125, de 29/5/96).

Noutros sete distritos encontramos situações variadas:

- Dois subdirectores regionais de agricultura - do Algarve, João Ferreira, cabeça de lista em **Silves** (DR nº 183, de 8/8/96) e de Trás-os-Montes, Américo Pereira Barrosa, candidato à presidência da CM de **Boticas** (DR nº 182, de 7/8/96);

- Um adjunto do Governador Civil de Leiria, candidato à presidência da CM de **Ansião**, José Miguel Medeiros (DR nº 287, de 12/12/96);

- Um presidente do Projecto Vida do Norte, Teixeira de Sousa, é o candidato rosa em **Baião** (DR nº 29, de 4/2/97);

- Um Subdelegado do Instituto Nacional de Desporto do Distrito de Aveiro é o candidato à presidência em **Stª Mª da Feira**, António Alves Cardoso (DR nº 100, de 30/4/97);

- Um Director do IDICT - Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, em **Portalegre** - Amílcar Santos, o candidato à CM de Portalegre (DR nº 159, de 11/7/96);

- E por fim, em Lisboa, o candidato à presidência da CM de **Arruda dos Vinhos**, Jorge Vassalo de Oliveira, foi nomeado pelo ministro da Administração Interna, membro da Comissão de Assistência e Habitação Social do Governo Civil de Lisboa (DR nº 51, de 29/2/96).

«Meio Governo a nomear para as autarquias» poderia ser também o título desta pequena crónica, que exemplifica a «mãozinha» generosamente dada por ministros, secretários de Estado, Governadores Cívicos e até pelo Primeiro-Ministro na angariação dos cabeças de lista do PS.

E ainda a procissão vai no adro...

# 20 exemplos



■ Miguel Urbano Rodrigues

# A mudança social em Serpa e o imobilismo rancoroso de Barreto

**V**oltar a Serpa e Moura todos os anos pelo menos uma vez é para mim uma necessidade quase vital. De certa maneira é uma descida às raízes da vida.

Toda a cidade é um corpo vivo em mutação permanente. Muda fisicamente, muda o espírito que se desprende do tecido urbano, muda o comportamento dos que nela vivem e o seu olhar sobre o mundo envolvente.

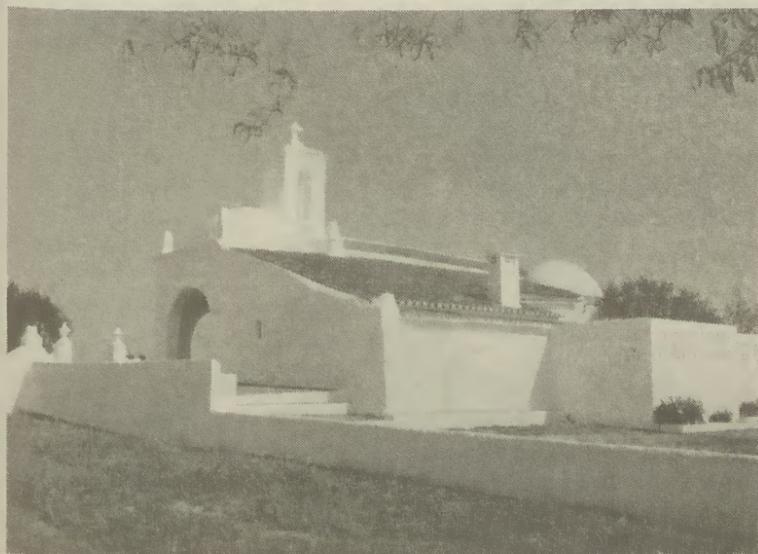
Conheci São Paulo quando tinha pouco mais de dois milhões de habitantes, deixei-a com 10 milhões; hoje é um polvo tentacular medonho com 17 milhões.

A aventura da vida proporcionou-me também a oportunidade de acompanhar o crescimento inimaginável da cidade do México. Revi-a meses atrás, com melancolia. Entre a capital quase provinciana que me fascinou na juventude e a actual megalópolis de 19 milhões, pólo de uma grande cultura e mostruário da degradação humana, as pontes, estreitas, são de difícil travessia.

Uma semana no Alentejo, para escrever, isolado, sobre civilizações mortas da Ásia, permitiu-me, em Agosto, o reencontro com Serpa.

Estou persuadido de que Serpa é um caso ímpar no País. O cenário e a atmosfera ajudaram a que a mutação tenha assumido características excepcionais, irrepetíveis.

Falta à grande vila alentejana e monumentalidade de Évora, não tem a magia e a intemporalidade misteriosa de Mértola. Mas



em Serpa seduz-me um incomum diálogo mudo de épocas próximas e contraditórias. Toca-me ali com muita intensidade o **efeito de Abril**.

É um fenómeno que tenho dificuldade em explicar. Em Serpa, o **efeito de Abril** atinge-me como algo inseparável da harmonia existente entre o passado medieval e o presente – uma harmonia que passa por muito sofrimento.

Em nenhuma outra vila ou cidade portuguesa me aparece com tamanha transparência, no fluir e na transformação da vida quotidiana, a parcela da herança de Abril que mudou as pessoas e os comportamentos. O que há de peculiar nessa excepcionalidade serpense é a sua visibilidade. Ela emerge de maneira diferente nas pontes entre o material e o espiritual. Em Serpa se reúne e concentra em doses maciças o que se nos depara aqui e ali noutras autarquias alentejanas.

O moderno parece ilusoriamente brotar do antigo num processo de criação natural como a água jorrando de fendas num paredão rochoso.

Neste findar do milénio, marcada por uma crise global de civilização desencadeada pela barbárie neoliberal, Serpa, microcomunidade na vastidão europeia, irradia uma mensagem de esperança.

A vila, incrustada na solidão fraterna da Margem Esquerda do Guadiana, gera pouca riqueza. No tocante ao PIB *per capita* ocupa em Portugal um lugar modestíssimo. A agricultura regrediu com a restauração do latifúndio; a indústria é praticamente inexistente. Os serviços são o motor de um núcleo urbano no qual a Câmara é a primeira empregadora do Município.

Onde, pois, o segredo de Serpa?

Creio ser fortíssima a permanência, na paisagem física e na



atitude do Poder Local e da maioria dos moradores, de valores que transmitem o desejo de continuidade do projecto de Abril.

No panorama de desordem urbanística que desfigura Portugal, Serpa é quase uma excepção.

Não são somente a beleza do casco histórico e a concepção, o estilo e o conforto dos novos bairros periféricos que impressionam o visitante. Não é apenas a ambição das infra-estruturas sociais – as piscinas, as iniciativas voltadas para o Desporto, o mais belo e funcional cineteatro do Alentejo, o original parque de campismo – que obrigam a reflectir.

Admito que o **efeito de Abril** em Serpa, transcorrido quase um quarto de século, está hoje sobretudo na população, no complexo processo de interacção existente entre os moradores e o cenário em que se movimentam. Não é suficiente lembrar o óbvio: eles amam com intensidade a sua terra; gostam de viver nela.

Em Serpa, o povo consegue colectivamente aproximar-se da fronteira do **seu possível** na busca de um objectivo eterno: a qualidade de vida compatível com os recursos disponíveis. Essa opti-

mização no uso público e familiar de bens escassos – e que continuam muito desigualmente distribuídos contribui, quer nas praças e ruas do casco histórico quer nos amplos lugares de convívio dos novos bairros, para que Serpa projecte a imagem de uma alegria de viver muito rara hoje em Portugal.

Obviamente as classes sociais não desapareceram em Serpa. As fachadas de imponentes casarões brasonados recordam no coração da vila uma história dolorosa, cimentada em conflitos

ligados à posse da terra. Mas na piscina ou nas esplanadas dos cafés, o **efeito de Abril** produziu uma geração na qual as filhas dos antigos almocreves, maioriais ou pedreiros não se diferenciam já na modernidade e elegância do vestuário e no saber acumulado das descendentes dos antigos senhores da terra.

É tão contagiante esse **efeito** nas formas de comportamento social que mesmo aqueles que pelo nascimento e opção ideológica se localizam à direita e apoiam a estratégia neoliberal adoptam nas relações humanas, sob o peso da atmosfera, uma atitude desprovida da arrogância dos pais e avós.

Foi num desses lugares de convívio serpenses, onde se respira alegria e qualidade de vida, que li, por acaso, o extenso texto de António Barreto sobre as memórias de Mário Soares recolhidas por Maria João Avillez.

A minha atenção foi chamada por uma passagem em que o ex-ministro socialista escreve que Soares «deixou passar» (...) «uma ignóbil reforma agrária» e fez parte de «governos infames». Lidos em Serpa, esses disparates rancorosos, debitados com pompa e sobrançeria, fizeram-me sorrir.

António Barreto, típico simulador de cultura, é incapaz de uma meditação minimamente séria sobre a história.

Serpa tem uma autarquia comunista. O seu presidente, João Rocha, está na Câmara há 17 anos. Hoje recebe votos vindos até de socialistas e de gente do PSD e do PP. Será, segundo todas as previsões, reeleito em Dezembro.

Acontece que a obra que mudou a vida em Serpa não teria sido possível sem os governos do general Vasco Gonçalves, qualificados de **infames** por Barreto, autor da Lei do mesmo nome.

O que há de encantatório em Serpa, no casario e nas pessoas, o que faz da vila um lugar enfeitiçante é, na perspectiva da história e da sociologia, indissociável da ruptura revolucionária no mundo alentejano que aparece a Barreto como «uma ignóbil reforma agrária».

Gente como o ex-ministro da Agricultura de Mário Soares não poderá nunca captar o significado da mudança social em Serpa.

## As obras da morte

Tenham paciência, mas esta merece seguir num texto mais longo do que o costume, nesta rubrica.

Numa notável reportagem saída no último *Expresso/Revista* e assinada por R.P., contava-se ao pormenor o que se passa com o já tristemente célebre Itinerário Principal Nº 5 (IP 5) uma das primeiras vias rápidas construídas no Norte do País. Em sete anos e meio de funcionamento pleno «converteu-se no sepulcro de 216 pessoas e deixou feridas outras 1276».

«(...) O sistema de sinalização da IP 5 (...) é quase um caso de polícia. No troço da Guarda, percorrendo um simples lanço de 45 quilómetros até ao limite do vizinho Distrito de Viseu, a Brigada de Trânsito (BT) aponta 12 irregularidades de sinalização particularmente perigosas. Seis delas são sinais descontínuos que permitem ultrapassar em locais sem visibilidade. A generalidade dos tracejados prolonga-se por curvas e lombas».

«(...) A quase totalidade dos nós de acesso ao IP 5, por seu lado, e por mais absurdo que possa parecer, está construída em zonas de curvas de reduzida ou nula visibilidade. Muitos destes nós não têm vias de aceleração para quem entra no IP. Ao entrar em marcha lenta, um automóvel corre o risco mais do que provável de ser abalroado por outro que venha embalado a percorrer o IP 5. Nestes nós de acesso, salienta a GNR, chega a haver sinalização trocada.» «(...) Em todos os aspectos da manutenção da estrada há falhas gravíssimas e incompreensíveis, se pensarmos que falamos do principal acesso internacional do País. O carro da BT encosta agora na ponte sobre o rio Côa, entre a Guarda e Vilar Formoso. O escoamento de água é ridiculamente (não) assegurado por um orifício no lado direito de cada faixa, cujo diâmetro não ultrapassa o de uma bola de ténis.

Qualquer objecto atirado de um carro o obstrui.» «(...) Nas épocas de chuva, segundo a BT, sempre que descidas prolongadas do IP 5 terminam sobre uma ponte, os condutores devem esperar a formação de lençóis de água, devido à pouca capacidade de escoamento, por um lado, e à escassa regularidade com que os orifícios são desobstruídos, por outro. Uma leve travagem ao fundo de uma destas descidas prolongadas do IP 5 basta para fazer "aquaplaning" e entrar em derrapagem, sem

qualquer possibilidade de controlar o carro.»

«(...) Também próxima da cidade, existe uma área de abastecimento de combustível e mudança de óleo. Muitos pesados reabastecem aí e entram depois na chamada descida de Alvendre, cinco vertiginosos quilómetros a pique, com inclinações de 8%, onde o derramamento de substâncias gordurosas no piso é virtualmente fatal. Os TIR descem ali em primeira, e usam o travão eléctrico perfeitamente no limite. Se fossem obrigados a parar depois da descida, alguns deles, pura e simplesmente, incendiavam-se.»

«(...) Há uma maneira simples de descobrir a olho nu os pontos críticos do IP 5. Basta ir olhando para as protecções

# PONTOS CARDEAIS

laterais e ver onde há ferro novo. Aí já perderam seguramente a vida várias pessoas. Quem olhar as bermas com um pouco mais de atenção descobrirá restos de tudo. Camiões calcinados, louças, roupas, sapatos, carcaças de carros..., em suma, todos os mais inimagináveis despojos da extraordinária e continuada tragédia a que chamamos IP 5 (...).» Esta obra de horror é da responsabilidade directa de um homem que se gaba em cartazes gigantescos espalhados por Lisboa inteira de ser o maior «construtor de obras» deste País. Chama-se

Ferreira do Amaral e agora pretende «reconstruir» Lisboa aos comandos da sua Câmara Municipal.

## Lucros vorazes... salários a descer

Falando da «guerra» que estalou entre os grandes hipermercados e as grandes empresas distribuidoras, o *Público* apresentou dois elementos elucidativos, em relação aos hipermercados. Por um lado, «540 milhões de contos foi o volume de facturação das grandes superfícies alimentares em 1996, quando no ano anterior

tinha sido de 518,1 milhões de contos, segundo os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE). Esse acréscimo nas vendas de 22 milhões de contos repartiu-se de forma desigual pelo País. Metade ficou na região de Lisboa e Vale do Tejo(...)». Por outro, «130 contos foi a remuneração média dos 15.997 trabalhadores das grandes superfícies retalhistas alimentares no ano de 1996. Ou seja, menos cinco mil escudos do que receberam, em média, em 1995, os 15.603 trabalhadores daqueles estabelecimentos. Este decréscimo acontece apesar de se ter verificado uma diminuição dos trabalhadores a laborar a trabalho parcial - de 30 para 28 por cento. Foi nas superfícies maiores (mais

de oito mil metros quadrados) que se verificou uma redução dos salários médios (de 147 para 137 contos) e também as maiores reduções médias de pessoal por estabelecimento (de 540 para 501 pessoas). Ora aqui está, preto no branco, o que valem as promessas dos Belmiros de Azevedo e Cª quando garantem «mais emprego» e «melhores salários» a troco das «flexibilizações» que os Governos, primeiro de Cavaco Silva, depois de António Guterres, correram a dar-lhes. Os lucros, de um ano para o outro subiram, brutalmente, 22 milhões de contos. Os salários e o emprego diminuíram com igual brutalidade mas com muito maior sofrimento. Já se sabe para quem.

# PONTOS NATURAIS

## Actualidade

Há bandos de crianças esfaimadas vagueando por Moscovo. São usadas, vendidas, prostituídas por máfias altamente organizadas.

Isto significa muito simplesmente que a Rússia entrou na senda do progresso

*Uma pesada lágrima desliza pela face de um ícone.*

## Orquestra

Clinton rege uma orquestra (ou é um robot criado no Vale da Electrónica?).

A imagem passa cá em todos os canais. Acho bem. Acho bem. A sério, acho bem.

Se não fosse a TV como é que nós sabíamos das grandes cousas que encham o Universo?

## Ver e Cheirar

Manuel Monteiro (com o devido respeito) a especialidade dele são as praças.

Quando ele se aproxima de uma banca não sei por que mistério logo cheira a peixe podre.

(Perdão, não quer isto dizer que a culpa seja dele, quer dizer, do peixe)

## Interrogação

As escolas vão ter computadores e poderão assim entrar na Internet. Será que poderão ter jardins e ginásios e piscinas dentro da Internet?

Senhor Ministro, não há nisto algo parecido com a masturbação?

## Previdência Social

É um lar moderno. Trinta suites. Piscinas sauna parque biblioteca médicos todo o dia. Cada suite custa a módica quantia de 25 mil contos.

Enfim! Enfim! O problema dos idosos está a ser resolvido.

(Não, não foi um trovão. Foi só o meu punho ao bater no papel.)

*Mário Castro*

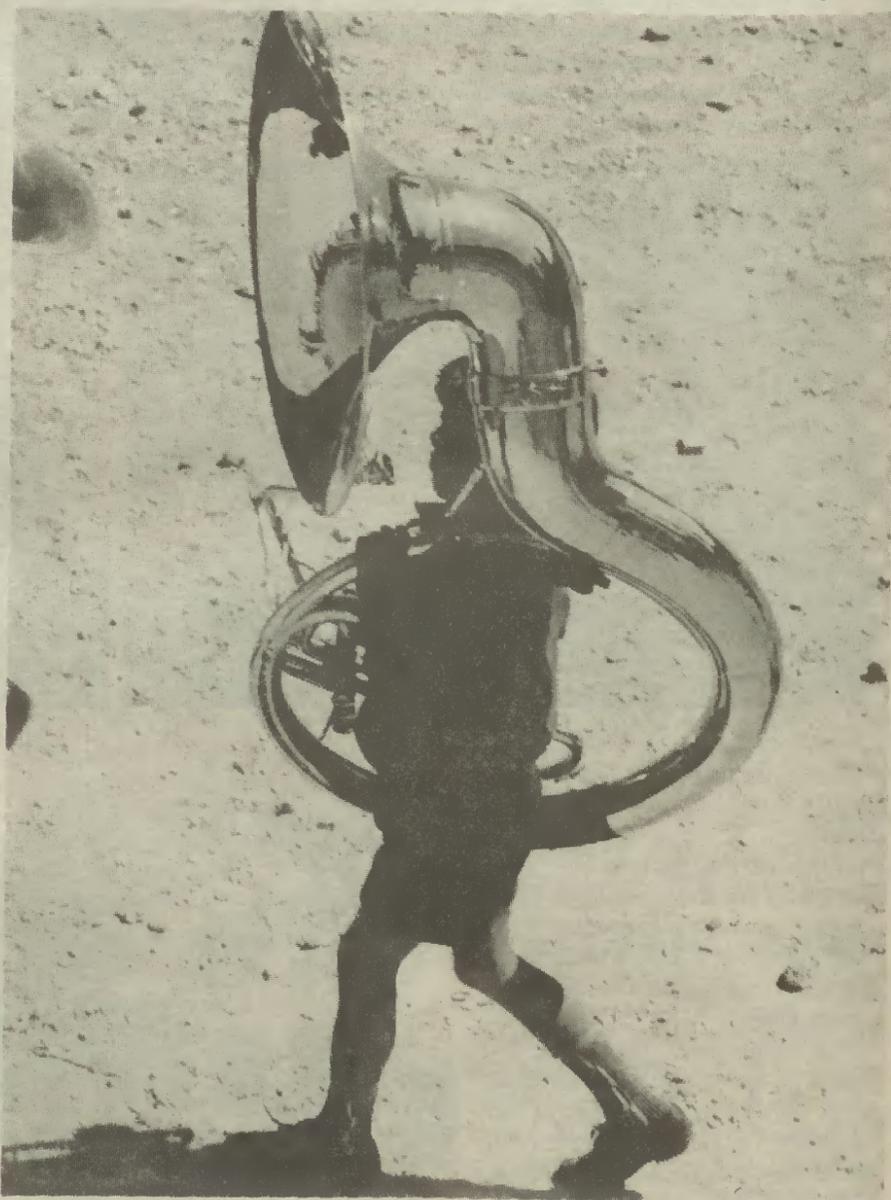


Foto: Josip Cisanovic

## AGENDA

## AMADORA

- **Brandoa** - Apresentação pública dos candidatos à Assembleia de Freguesia: no Pavilhão Polivalente: sexta-feira, dia 31, às 21h30
- **Falagueira** - Sessão de esclarecimento da CDU: na Sala da Junta de Freguesia, sexta-feira, 31, às 21h
- **Reboleira** - Visita de candidatos a zonas degradadas da freguesia: domingo a partir das 14h30
- **Venda Nova** - Apresentação dos candidatos à Assembleia de Freguesia: no Largo António Feliciano de Castilho, domingo, dia 2, às 16h
- **Venteira** - Visita de candidatos às colectividades da freguesia: sábado a partir das 15h
- **Contactos com a população** e distribuição de propaganda: **sábado de manhã** na *Damaia, Reboleira, Falagueira, Venda Nova e Venteira*; **domingo de manhã** na *Cova da Moura (Buraca) e S. Brás*; **segunda-feira às 18h** na *Falagueira* e **quarta-feira** à mesma hora de novo em *S. Brás*.

## BENAVENTE

Reuniões abertas à população, para preparação do programa eleitoral: **Foros da Charneca** - dia 1 às 17h; **Porto Alto** - dia 1 às 21h; **Foros de Almada** - dia 3 às 17h; **Santo Estêvão** - dia 3 às 21h, na Casa do Povo; **Samora Correia** - dia 3, às 21h, no Salão da Junta de Freguesia.

## COUÇO

Festa de apresentação dos candidatos CDU: sábado, dia, às 16h, na Casa do Povo.

## COVA DA PIEDADE

Apresentação dos candidatos da CDU à Assembleia de Freguesia: domingo, dia 2, às 15h30, no Clube Recreativo Piedense, com a participação dos candidatos à CM de Almada **Maria Emília de Sousa e José Lourenço**. Animação musical com **Lúcia Basto**.

## GOLEGÃ

Sessão-Encontro de apresentação dos candidatos CDU: sexta, 31, às 21h30, no Restaurante Fonte da Gaita.

## LOURES

- **Apelação** - Sessão com Reformados: no Centro de Dia, dia 5 às 14h.
- **Camarate** - Visita de candidatos ao Bairro de S. José: dia 1 a partir das 9h.
- **Caneças** - Debate sobre bairros de Génese Ilegal, com a participação de **Sérgio Pinheiro e Armindo Fernandes**: no Mercado velho, sexta-feira, 31, às 21h30.
- **Pontinha** - Festa da Juventude CDU, com bandas do concelho: na Escola Primária do Bairro Falcão, sábado, dia 1, às 21h30.
- **Ramada** - Apresentação da lista CDU à freguesia, com a participação de **Demétrio Alves**, presidente e candidato à presidência da CM: sábado, dia 1, às 21h30, na Sala da Assembleia de Freguesia.

## OEIRAS

**Cruz Quebrada/Dafundo** - Apresentação dos candidatos CDU à freguesia: sexta, 31, às 21h30, na Sociedade Instrução Musical Escolar da Cruz Quebrada, com a participação de **Arnaldo Pereira**, candidato à presidência da CM Oeiras.

## PAIO PIRES

Apresentação pública dos candidatos da CDU: sexta-feira, dia 31, às 21h30, no Cinema S. Vicente, com a participação de **Jorge Pires**. espectáculo do Grupo Coral e Instrumental Banza.

## SINTRA

- **Queluz** - Inauguração da Sede CDU Queluz (R. José Cipriano da Silv. Machado - Edifício D. Pedro IV) e encontro-convívio de apoiantes, com a participação de **Lino Paulo** e de **Sérgio Soares**: hoje, dia 23, às 18h30.
- **Monte Abraão** - Visita ao Bairro 1º de Maio, com a participação de **Lino Paulo** e de candidatos locais: sexta-feira a partir das 17h.
- **Belas** - Debate sobre Ambiente, promovido pela Juventude CDU: sábado, dia 1, às 16h, nos Bombeiros Voluntários de Belas, com a participação de **Lino Paulo** e **Paula Borges**. À noite: concerto.

## TORRES VEDRAS

Jantar-convívio de apresentação dos candidatos a todos os órgãos autárquicos do concelho: no Vimeiro, Restaurante O Braga, sexta-feira, dia 31, às 21h30, com a participação de **Caetano Dias**, candidato à presidência da CM e de **Luis Sá**.

## S. Martinho na Quinta da Atalaia

MAGUSTO CDU, dia 9.Nov. às 13h - organizado pela Com. Conc. do Seixal do PCP - Inscrições nos Centros de Trabalho

## Visita organizada ao Forte de Peniche - Dia 6 de Novembro

com a participação do camarada **Dias Lourenço** (inscrições: cam. ClarisselCom. Freg. dos Olivais - Tel. 8520689)



## Carlos Carvalho

Secretário-geral do PCP  
na PRÉ-CAMPANHA DA CDU

## ● Hoje em Sintra:

PROPOSTAS CDU PARA A REQUALIFICAÇÃO URBANA DE SINTRA  
(na Expo Sintra-CDU em Mem Martins, junto ao Mercado de Fanares) - às 17h30

\*

## ● Domingo, 2, em Covilhã e Castelo Branco:

## COVILHÃ

Visita à freguesia de **Boidobra**, a partir das 11h. Recepção na Junta de Freguesia e encontro com a Associação de Desenvolvimento da Beira Interior  
Almoço-convívio na **Covilhã**, às 13h, na Cantina da Universidade da Beira Interior  
Visita à freguesia de **Cantar Galo**, às 15h

Freguesia de **Canhoso**: participação na festa de apresentação da lista CDU à Freguesia

## CASTELO BRANCO

## Festa CDU

Às 21h30, no Ginásio da Esc. Sec. Nuno Álvares  
(apresentação dos candidatos aos órgãos autárquicos concelhios)

\*

## ● Terça-feira, 4, em Monchique e Silves:

## SILVES

Encontro-convívio no CT do PCP, às 18h30  
Jantar-convívio de candidatos e apoiantes da CDU  
em **S. Bartolomeu de Messines**, às 20h, no Restaurante D. Rosa

## MONCHIQUE

Às 15h, acompanhado por uma delegação da DORAL, o Secretário-geral do PCP encontra-se com o Presidente da CM de Monchique, a fim de se inteirar dos efeitos das recentes intempéries no concelho  
Na próxima segunda-feira, o Secretário-geral do PCP visita a Exposição de Banda Desenhada na Fábrica da Cultura da Amadora acompanhado pelo presidente da CM da Amadora e outros eleitos e candidatos da CDU

## Juventude CDU

## Setúbal

«Quintas de Conversa», hoje às 21h30 no Círculo Cultural:  
O TEATRO - em Lisboa e na descentralização  
com **Fernanda Lapa** (Teatro Nac. D. Maria II) e **José Nobre** (TAS)

## Sines

Espaço Jovem CDU (Rua Teófilo Braga, 7)  
Exposição de pintura de alunos da Esc. Sec. T42 de Sines (a partir de 1 de Novembro)

## Lisboa

Espaço Cultural Vitória

## DEBATE:

## Crise e necessidade da História

Com **Manuel Gusmão** (docente da UL), **João Luís Lisboa** (docente da UNL),

**Ricardo Pais Mamede** (economista). Moderadora: **Sandra Monteiro**.

Terça-feira, dia 4, às 21h, no CT da Boavista

## Setúbal

## O emprego e os direitos dos trabalhadores

- debate promovido pela DORS -

Hoje, dia 30, às 14h,

na Biblioteca Municipal

## JCP Porto

## Plenário da Organização do Ensino Superior do Porto

Terça-feira, dia 4, às 21h,

no CT da Boavista

## REUNIÕES DE CÉLULAS DO PCP

Plenário da célula da Lisnave sobre a situação social política e as eleições autárquicas: hoje, dia 30, às 17h, no CT Concelhio de Almada

HOJE

## A obra da CDU no poder local e as próximas eleições autárquicas

no tempo de antena do PCP  
RTP 1 (a seguir ao telejornal)

PCP

## Searas do Porvir

Exposição no Palácio  
Galveias comemorativa do 50º  
aniversário da fundação do  
MUD Juvenil  
Até 9 de Novembro

## Dia 2 de Novembro

promovidos pela Célula dos  
Trabalhadores da Autarquia de  
Almada do PCP:  
I Rally Paper - Passeio-Mistério  
Almoço-convívio  
na Quinta da Atalaia  
inscrições: até 26 de Outubro,  
Tel. 272 61 54

## TELEVISÃO

## Quinta, 30

## RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
10.10 Uma Estranha Dama  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.30 Isto Só Vídeo  
15.05 Força de Mulher  
16.00 Na Paz dos Anjos  
17.10 Antenas no Ar  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 Direito de Antena  
21.25 As Lições do Tonecas  
22.00 A Grande Aposta



Olho Vivo...



"A Família Bellamy", agora também recuperada do baú das velhas séries

23.00 Maria Elisa  
00.45 24 Horas  
01.35 Musical - Kate Bush

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.55 Falatório  
17.00 O Polvo  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Euronews  
19.10 Um, Dó, Li, Tá  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.30 Olho Vivo  
22.00 Jornal 2  
22.30 Fantasma de Amor  
(de Dino Risi, It./RFA/1980, com Marcello Mastroianni, Romy Schneider, Victoria Zinny. Ver Destaque)  
00.05 Falatório  
01.00 Magacine

## SIC

09.10 Buérré  
10.30 Receitas do Dia  
11.00 Tocaia Grande  
12.00 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 O Cliente  
15.45 Buérré  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 A Indomada  
21.50 Agora ou Nunca  
23.00 Esta Semana  
24.00 Último Jornal  
00.25 No Fim do Mundo  
01.45 Vibrações

## TVI

10.10 Animação  
11.30 Vamos ao Circo  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Mulher Perigosa  
14.50 Caprichos  
15.40 O Jogo da Vida  
16.30 O Barco do Amor  
17.30 O Xerife do Espaço  
18.00 Animação  
18.25 Em Nome da Justiça  
19.15 Primeira Mão  
20.00 Xica da Silva  
21.00 Directo XXI  
22.00 Ficheros Secretos  
23.00 A Fuga do Planeta dos Macacos  
(de Dun Taylor, EUA/1971, com Roddy McDowall, Kim Hunter, Bradford Dillman. Ficção Científica)  
01.00 Doido por Ti  
01.35 Fora de Jogo  
01.55 A Balada de Hill Street

## Sexta, 31

## RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
10.10 Uma Estranha Dama  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.30 Reformado e Mal Pago  
15.05 Força de Mulher  
16.00 Na Paz dos Anjos  
17.30 Riso, Mentiras e Vídeo  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 Direito de Antena (PCP; CGTP)  
21.10 Futebol: Rio Ave-Porto  
23.15 A Grande Aposta  
00.35 24 Horas  
01.25 Polícia Demolidor  
(de Aaron Norris, EUA/1993, com Chuck Norris, Sheree J. Wilson, Calvin Levels. Acção)

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.50 Falatório  
17.00 A Família Bellamy  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Euronews  
19.10 Um, Dó, Li, Tá  
20.40 Remate

## SIC

09.10 Buérré  
10.30 Receitas do Dia  
11.00 Tocaia Grande  
12.00 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 O Cliente  
15.45 Buérré  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Srs. Doutores  
21.20 A Indomada  
22.20 All You Need Is Love  
23.30 Os Donos da Bola  
02.30 Último Jornal  
02.55 Os Astronautas

## TVI

10.05 Animação  
11.30 Vamos ao Circo  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Mulher Perigosa  
14.50 Caprichos  
15.45 O Jogo da Vida  
16.30 O Barco do Amor  
17.30 O Xerife do Espaço  
18.00 Animação  
18.25 Em Nome da Justiça  
19.15 Primeira Mão  
20.00 Xica da Silva  
21.00 Directo XXI  
22.00 Pretender  
23.00 Alguém Por Quem Morrer  
(de Clay Borris, EUA/1995, com Corbin Bernsen, Ally Walker, Robert Stewart. Drama)  
00.55 Doido por Ti  
01.15 Lanterna Mágica  
02.00 Fora de Jogo  
02.20 A Balada de Hill Street

## Sábado, 1

## RTP 1

08.00 Espaço Infantil  
12.20 Isto Só Vídeo  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Top +  
15.00 3000 Segundos  
16.00 Antenas no Ar  
18.20 Jet 7  
18.55 Há Horas Felizes  
20.00 Telejornal  
20.45 Riscos  
21.25 Futebol: Desp. Chaves-Benfica  
23.30 Nikita  
00.30 24 Horas  
01.10 O Refúgio de Helena  
(de Michael Keusch, EUA/1990, com Felicity Waterman, Pat Morita, Chris Lemmon. Comédia.)  
03.05 Os Sinos do Inferno  
(de Claudio Guerin Hill, Esp./Fr./1973, com Renaud Verley, Viveca Lindfors, Alfredo Mayo. Terror)

## RTP 2

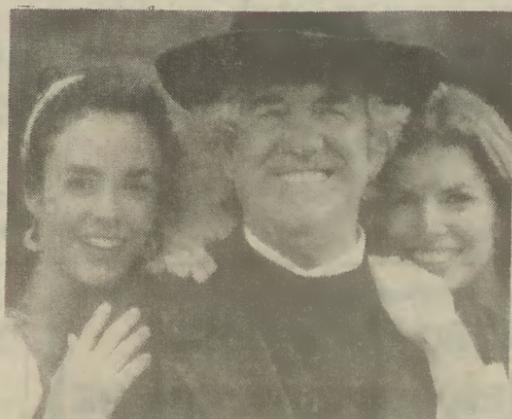
10.00 Missa  
11.00 Maravilhas do Mundo Moderno  
12.50 Vida por Vida  
13.00 Ellen III  
13.25 Dinheiro Vivo  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto 2  
18.30 Musical - «Kelly Family»  
19.30 2001  
20.00 Onda Curta  
(Surfavela - Curta-Metragem de Joaquim Pinto e Nuno Leal, Port/1996, filmada no Brasil. Documental; A Busca - de Tyrone Montgomery, Alem./1996. Animação)  
21.00 Semana ao Sábado  
22.00 O Lugar da História  
23.00 Gertrudes  
(de Carl Theodor Dreyer, Din./1964, com Nina Pena, Ebbe Rode, Axel Gebuhr, Anna Malberg, William Knoblauch. Ver Destaque)  
01.10 Sinais do Tempo  
02.05 O Guia do Sexo

## SIC

08.00 Buérré  
11.55 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Dragon Ball Z  
14.40 A Sentinela  
15.40 Marshall  
16.40 O Momento da Verdade III  
(de John G. Avildsen, EUA/1989, com Ralph Macchio, Pat Morita, Robyn Elaine Lively. Artes Marciais)  
18.40 Aventuras Selvagens  
19.30 S.O.S. Sic  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Mundo VIP  
21.15 Malucos do Riso  
21.45 Salsa e Merengue  
22.45 Big Show Sic  
01.40 Último Jornal  
01.55 Seis Graus de Separação  
(de Fred Schepisi, EUA/1993, com Stockard Channing, Will Smith, Donald Sutherland. Ver Destaque)

## TVI

09.30 Animação  
13.00 Caloiros  
13.30 Contra-Ataque  
15.15 Uma Família às Direitas  
15.45 Competente e Descarada  
16.45 Sedução e Loucura  
18.30 F/X: Efeitos Mortais  
19.30 Futebol (Liga Espanhola)  
21.25 Directo XXI  
22.30 Edição Especial  
23.30 Picket Fences  
00.20 Livro para Lutar  
(de Ivan Dixon, EUA/1993, com James Earl Jones, Courtney B. Vance, Billy Dee Williams. Telefilme)



A TVI inaugura a época das «novidades» telenovelistas trocando «Xica da Silva» por um Júlio Diniz feito no Brasil

## Domingo, 2

## RTP 1

08.00 Infantil  
11.45 Último Nivel  
12.20 Superbêbés  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Made in Portugal  
15.00 Kung Fu  
15.55 Amores e Rebelia  
17.00 As Aventuras de Rocketeer  
(de Joe Johnston, EUA/1991, com Bill Campbell, Jennifer Connely, Allan Arkin, Timothy Dalton. Acção / Aventuras)  
18.55 Casa Cheia  
20.00 Telejornal  
20.35 Riscos  
21.10 Reis do Estúdio  
22.35 Domingo Desportivo  
00.20 24 Horas  
01.05 Polícias em Acção

## RTP 2

09.00 Caminhos  
09.30 Novos Horizontes  
10.00 70 x 7  
10.30 Missa  
11.20 De Olhos nos Astros  
12.05 Máquinas  
12.30 Jornal Jovem  
13.00 Sem Limites  
13.30 Jornal d'África  
14.00 Desporto 2  
18.05 O Fim do Mundo  
(de João Mário Grilo, Port./1993, com José Viana, Adelaide João, Zita Duarte, Carlos Daniel, Alexandra Lencastre. Ver Destaque)  
19.35 Bom Bordo  
20.05 Artes e Letras - «Jorge de Sena»  
21.30 Ela Voltou  
22.30 Horizontes da Memória  
22.30 Teatro: «O Lobo»  
23.30 Vidas do Século - «Benjamin Spock»

## SIC

08.30 Buérré  
11.55 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Dragon Ball Z  
14.40 Hércules  
16.00 Os Imortais  
17.00 Feita por Encomenda  
(de Richard Benjamin, EUA/1993, com Whoopi Goldberg, Ted Danson, Will Smith, Jennifer Tilly. Comédia)  
19.00 Aventuras Selvagens  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Chuva de Estrelas  
21.45 Salsa e Merengue  
22.45 Brigada Assassina  
(de Andrew Davis, EUA/1989, com Gene Hackman, Joanna Cassidy, Tommy Lee Jones. Ver Destaque)  
01.00 Último Jornal  
01.25 Jô Soares

## TVI

10.00 Animação  
10.30 Novos Ventos  
11.00 Angelus  
11.10 Missa  
13.00 Portugal Português  
14.10 Odisseia de Cousteau  
15.35 Adultos à Força  
16.30 Crónica de Uma Campanha Falhada  
(de Peter H. Hunt, EUA/1982, com Joseph Adams, Gary McCleery, Roy Cokrum. Guerra)  
18.10 Feed Back  
19.10 Desafios  
19.30 Futebol (Liga Espanhola)  
21.25 Directo XXI  
22.20 Africando  
23.15 Futebol (Campeonato Italiano)  
01.00 A Voz do Desejo  
(de Elia Kazan, EUA/1956, com Karl Malden, Carrol Baker, Eli Wallach, Mildred Dunoock, Lonny Chapman. Ver Destaque)

## Segunda, 3

## RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
10.10 Uma Estranha Dama  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.30 Nico d'Obra  
15.05 Força de Mulher  
16.00 Na Paz dos Anjos  
17.15 Jogos sem Fronteiras  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
21.05 Nós, os Ricos  
21.40 Grande Aposta  
22.35 Concurso 1, 2, 3  
01.00 24 Horas  
01.50 Horizontes de Memória

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
16.00 Falatório  
17.00 A Família Bellamy  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 O Importante São as Pessoas  
19.10 Um, Dó, Li, Tá  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.30 Sarihos com Elas  
22.00 Jornal 2  
22.35 O Couraçado Potemkine  
(de Sergei Eisenstein, URSS/1925, com Alexander Antonov, Vladimir Barsky, Grigori Alexandrov, Mikhail Goronov. Ver Destaque)  
00.15 Falatório

## SIC

09.10 Buérré  
10.30 Receitas do Dia  
11.00 Sonho Meu  
12.00 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 O Cliente  
15.45 Buérré  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 A Indomada  
23.00 O Cliente  
(de Joel Schumacher, EUA/1993, com Susan Sarandon, Tommy Lee Jones, Anthony La Paglia. Ver Destaque)  
01.10 Último Jornal  
01.35 Conversas Secretas

## TVI

10.10 Animação  
11.30 Vamos ao Circo  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Mulher Perigosa  
14.50 Caprichos  
15.40 O Jogo da Vida  
16.30 O Barco do Amor  
17.30 Em Nome da Justiça  
18.20 Animação  
19.15 Primeira Mão  
20.00 Xica da Silva  
20.30 As Pupilas do Sr. Reitor  
21.00 Directo XXI  
22.00 Um Homem Sem Passado  
23.00 Doido por Ti  
01.10 A Balada de Hill Street

## Terça, 4

## RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
10.10 Uma Estranha Dama  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.30 As Lições do Tonecas  
15.05 Força de Mulher  
16.00 Na Paz dos Anjos  
17.25 Made in Portugal  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.45 Não Há Duas sem Três  
21.30 A Grande Aposta  
22.30 Riso, Mentiras e Vídeo  
23.50 86-60-86  
00.25 24 Horas  
01.15 Magacine  
01.50 Polícias em Acção

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
16.00 Falatório  
17.05 O Polvo  
18.05 Informação Religiosa  
18.35 Rotações  
19.10 Um, Dó, Li, Tá  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.30 Companheiros  
22.00 Jornal 2  
22.35 Urga, Espaço sem Fim  
(de Nikita Mikhailov, Rússia/1992, com Badema, Bayaertu, Vladimir Gostukhin, Babushka. Ver Destaque)  
00.25 Falatório  
01.30 As Aventuras de Duckman

## SIC

09.10 Buérré  
10.30 Receitas do Dia  
11.00 Sonho Meu  
12.00 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 O Cliente  
15.45 Buérré  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 O Fantasma  
21.20 A Indomada  
22.20 Casos de Polícia  
23.30 O Século do Povo  
00.30 Último Jornal  
00.55 Toda a Verdade

## TVI

10.10 Animação  
11.30 Vamos ao Circo  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Mulher Perigosa  
14.50 Caprichos  
15.40 O Jogo da Vida  
16.30 O Barco do Amor  
17.30 Em Nome da Justiça  
18.20 Animação  
19.15 Primeira Mão  
20.00 Xica da Silva  
20.30 As Pupilas do Sr. Reitor  
21.00 Directo XXI  
22.00 Savannah  
23.00 Promessa Traída  
(de Bill L. Norton, EUA/1996, com Cheryl Ladd, Nick Mancuso, Mike Farrell. Drama)  
01.00 Doido por Ti  
01.50 A Balada de Hill Street

## Quarta, 5

## RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
10.10 Uma Estranha Dama  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.30 Nós os Ricos  
15.05 Força de Mulher  
16.00 Na Paz dos Anjos  
17.25 Casa de Artistas  
18.30 País País  
19.05 Vamos Jogar no Totobola  
19.35 Futebol: Bayer Leverkusen-Sporting  
21.45 Telejornal  
22.35 Isto Só Vídeo  
22.55 A Grande Aposta  
23.35 Enviado Especial  
00.10 Liga dos Campeões  
01.20 24 Horas

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
16.00 Falatório  
17.05 A Família Bellamy  
18.10 Informação Religiosa  
18.35 Euronews  
19.05 Um, Dó, Li, Tá  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.25 Os Simpsons  
22.00 Jornal 2  
22.35 Riaba, Minha Galinha  
(de Andrei Konchalovski, Rússia/1994, com Inna Tchourikova, Alexandre Sourine. Gennadi Nazarov. Drama)  
00.25 Falatório

## SIC

09.10 Buérré  
10.30 Receitas do Dia  
11.00 Sonho Meu  
12.00 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 O Cliente  
15.45 Buérré  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 O Fantasma  
21.20 A Indomada  
22.20 Casos de Polícia  
23.30 O Século do Povo  
00.30 Último Jornal  
00.55 Toda a Verdade

## TVI

10.10 Animação  
11.30 Vamos ao Circo  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Mulher Perigosa  
14.50 Caprichos  
15.40 O Jogo da Vida  
16.30 O Barco do Amor  
17.30 Em Nome da Justiça  
18.20 Animação  
19.15 Primeira Mão  
20.00 Xica da Silva  
20.30 As Pupilas do Sr. Reitor  
21.00 Directo XXI  
22.00 Os Duros  
(de Jeff Kanew, EUA/1986, com Burt Lancaster, Kirk Douglas, Charles Durning, Eli Wallach. Ver Destaque)  
00.10 Doido por Ti  
00.50 Desporto  
01.40 A Balada de Hill Street

Nota:  
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



## Por isto e por aquilo...

### Gertrudes (Sábado, 23.00, RTP2)

O argumento deste último filme do cineasta dinamarquês Carl Dreyer situa-se no princípio do século em Copenhaga. Gertrude deixa Kanning, seu marido, advogado e político ambicioso e entrega-se a maior das solidões, depois de uma vida amorosa movimentada na qual, para além do seu casamento, tivera ligações com um poeta e com um médico, amigo de juventude. Gertrude, o filme, é uma obra extremamente austera quase toda encenada em planos fixos e prolongados e em que, praticamente sem excepção, os cenários separam as personagens do exterior e da natureza e os diálogos têm um carácter artificial, contribuindo para que esta última obra de Dreyer adquira um tom muito particular.

### Seis Graus de Separação (Sábado, 01.55, SIC)

Ao que parece estreia na televisão portuguesa - e pouco convincentemente colocada pela SIC num horário que lhe não faz mínima justiça - este filme destaca-se por ter colhido boas referências, sobretudo no que se refere ao realizador Frank Schepisi que soube reconstituir com adequado requinte o meio da alta burguesia de Nova Iorque que é abalado (e de que maneira) por um vigarista (desempenho exemplar de Will Smith) que se faz passar por um suposto filho de Sidney Poitier. Um filme em tom de comédia que, a certa altura, faz uma reviravolta e se transforma numa tragédia. A confirmar.

### O Fim do Mundo (Domingo, 18.05, RTP2)

Por um conflito relacionado com a partilha das águas de rega, um homem mata uma mulher e entrega-se à polícia, sendo julgado e condenado a uma pena de quinze anos de prisão. Subordinado, em princípio, ao tema da «terra» e como tal fazendo parte de um ciclo sobre os «quatro elementos» encomendado a quatro realizadores e co-produzido com a RTP, este filme de João Mário Grilo acaba por se destacar, pela sua originalidade, dos restantes três, na medida em que o cineasta, no fundo, acaba por inventar uma história que se relaciona com os quatro elementos no seu conjunto. A destacar, ainda, uma excelente interpretação do actor José Viana.

### A Brigada Assassina (Domingo, 22.45, SIC)

História de crimes de altas individualidades políticas, tendo pelo meio os «ingredientes» habituais dos filmes de espionagem, este *A Brigada Assassina* parece não primar propriamente por uma alta credibilidade do seu argumento, em que evolui em primeiro plano Gene Hackman, um sargento do quadro do exército americano que vai a Berlim para transportar um preso militar. Mas o principal condimento da intriga é um plano elaborado por «dissidentes», não já só soviéticos, como era hábito, mas agora também americanos!... Como se vê, a ideia central do argumento é de um primarismo rasteiro, apenas se justificando o destaque, como não podia deixar de ser, pela interpretação de Hackman.

### A Voz do Desejo (Domingo, 01.00, TVI)

Realizado por Elia Kazan a partir de uma obra de Tennessee Williams, *A Voz do Desejo* retrata certa paisagem humana do Sul dos EUA, no seio da qual vamos descobrir *Baby Doll*, a mulher criança ainda virgem de um homem decadente que acaba por «entregá-la» a um outro homem no sentido de se livrar deste que, por seu lado, procurava incriminá-lo numa história sórdida. Independentemente de alguns momentos cinematográficos extremamente fortes que ficaram a marcar este psicodrama quanto à análise sincera que é feita de uma sociedade intolerante, este filme pauta-se por uma certa e por vezes insuportável ambiguidade. Com Carrol Baker, Karl Malden e Eli Wallach.

### O Couraçado Potemkine (Segunda, 22.35, RTP2)

«O final do filme, concluído pela passagem triunfal do couraçado por entre a esquadra almirante e interrompendo através de um acorde maior os acontecimentos do filme, encerra em si mesmo, exactamente da mesma maneira, a imagem da Revolução de 1905 na sua totalidade. Conhecemos o destino ulterior da história. O couraçado foi apesado em Constanza... Depois devolvido ao governo czarista... Uma parte dos marujos salvaram-se... Mas Matiuchenko, caído às mãos dos carrascos czaristas, foi executado. Todavia, é justo que seja precisamente por uma vitória que se conclua o final do destino do herdeiro cinematográfico do



Joanna Cassidy e Gene Hackman, em «Brigada Assassina», de Andrew Davis

couraçado histórico. Porque é exactamente assim que a Revolução do ano cinco, ela própria afogada no sangue, figura nos anais da história das revoluções, antes de mais, como acontecimento objectivamente e historicamente vitorioso, como grande precursor da vitória final de Outubro. E, através desta imagem de uma derrota tratada como vitória, transparece em todo o seu patético o papel dos grandes acontecimentos do ano cinco, entre os quais os acontecimentos históricos relacionados com o Potemkine não são mais do que um episódio parcial no qual se reflecte a grandeza do todo.»

Estas são algumas das considerações que o grande cineasta soviético Sergei Eisenstein nos deixou nas suas memórias acerca de *O Couraçado Potemkine*, desde sempre unanimemente considerado um dos maiores filmes (se não o maior) de todos os tempos. Uma obra em que, para além do seu fôlego revolucionário, não podem deixar de se destacar as suas transcendentais inovações formais, traduzidas na utilização da chamada «montagem por atracção» servindo como elemento pautador e regulador da fabulosa encenação de grandes momentos cinematográficos, como a sempre referida e célebre cena da escadaria de Odessa. A gravar e a não perder, em caso algum.

### O Cliente

(Segunda, 23.00, SIC)

A bem urdida história deste filme centra-se sobre a figura de um jovem de 11 anos que é apanhado entre dois fogos: o FBI e a Mafia que se prepara para o liquidar por saber de mais. Mas o miúdo é suficientemente esperto e desembaraçado para tratar de arranjar aquilo de que mais precisava: um advogado. E é então que chega ao contacto com uma advogada que se interessa pelo caso e decide ocupar-se dele. Acontece, entretanto, que o filme vai bem mais fundo do que esta superficial e angustiante emergência e acabamos por mergulhar na mais sórdida história de corrupção, na qual somos levados a hesitar entre quem são os «bons» e quem são os «maus». Susan Sarandon e o jovem Brad Renfro dão nas vistas, mas Tommy Lee Jones tem uma composição tão fabulosa quanto terrível. A realização, impecável, é de Joel Schumacher.

### Urga, O Espaço Sem Fim

(Terça, 22.35, RTP2)

Filmado por Nikita Milkhalkov com grande sensibilidade, ironia e respeito pelas suas personagens, *Urga, Espaço Sem Fim*, transporta-nos às grandes estepes da Mongólia, um lugar paradisíaco no fim do Mundo, onde encontramos um casal de lavradores e criadores de gado, um par amoroso e desejoso de ter muitos filhos e não apenas três, como a lei obriga. Um dia, o jovem chefe de família recolhe em sua casa um camio-



Donald Sutherland, Stockard Channing e Will Smith, numa pose de «Seis Graus de Separação», uma tragicomédia de Fred Schepisi



Susan Sarandon e Tommy Lee Jones, em «O Cliente», de Joel Schumacher

nista russo surpreendido por uma avaria no seu veículo e nasce entre os dois uma grande amizade, apesar das dificuldades linguísticas. E o camionista russo entende que o casal tem de ter uma televisão, vai à cidade comprar uma e, com a ajuda de um gerador, o televisor acende-se. No ecrã, um certo Bush recebe de braços abertos um tal Gorbachov, saudando a sua chegada ao «concertos das nações»... Um filme a descobrir.

### Os Duros

(Quarta, 22.00, TVI)

Dois velhos «duros» do Oeste, Archie e Harry, libertados da prisão onde passaram os últimos anos da sua vida e recusando-se a entrar para a galeria dos «reformados» da profissão, tentam reconstruir as condições para repetir o acto falhado de trinta anos antes, um golpe que consistia em assaltar um comboio, hoje quase peça de museu. O destaque a este filme aqui fica, mais por causa do lado simpático que foi reunir num novo filme os grandes protagonistas do célebre *O.K. Corral* - Burt Lancaster e Kirk Douglas - do que devido à qualidade do filme, que deixa algo a desejar.



Karl Malden, Carrol Baker e Eli Wallach, os três intérpretes principais de «A Voz do Desejo», de Tennessee Williams / Ella Kazan



Uma das cenas mais célebres de «O Couraçado Potemkine», a obra-prima de Sergei Eisenstein

■ Correia  
da Fonseca

# RTP, guerras e contas

Surpreendi-me, apesar de tudo, quando um dia destes o senhor professor Marcelo ameaçou pedir a privatização da RTP com a naturalidade com que se pede um bife bem passado no restaurante (acontecendo mesmo que isto de pedir bifés em restaurantes não é para alguns tão natural como pode parecer, bem antes pelo contrário). É sabido que o senhor professor é um homem muito inteligente, tanto que parece que a inteligência não o deixa dormir quanto dormem as criaturas vulgares, e por isso não creio que ele julgue que isto de privatizar a RTP é só pedir. Mais: toda a gente pode perceber que a privatização da estação de capitais públicos tem vindo a ser pedida, aliás mais entredentes que com o descaro agora usado, por grupos agressivamente negociastas e de posicionamento político à direita, o que bem se compreende. Pode Marcelo, é claro, negociar apoios com gente dessa, mas é duvidoso que fazê-lo assim, às claras e desastradamente, se torne muito eficaz.

Quando ao pretexto invocado, tem pilhas de graça: o professor acha que a RTP não está a ser isenta. É verdade, bem se sabe, mas não se lembra Marcelo da RTP cavaquista? E não é óbvio que, em matéria de falta de isenção e de desequilíbrio informativo, quem mais pode queixar-se e, contudo, nem lhes passa pela cabeça falar em privatização, é o Partido Comunista Português? Foi o insuspeitíssimo

## Uma guerra esconde a outra

Contas, isso sim, querem os comunistas, como quaisquer outros cidadãos atentos e lúcidos, pedir a um poder político que gere um património mediático que não é apenas propriedade dos ricos mas sim de todos os portugueses e, por sinal, a julgar por reiteradas informações vindas a público, quase apenas dos trabalhadores por conta de outrem, pois quase só eles é que pagam os impostos de cuja massa global sairá a cobertura financeira para os custos da RTP. Contas que é legítimo pedir precisamente porque a RTP não é uma empresa privada. E não são contas apenas de números, de receitas e despesas, de positivos ou negativos resultados no final do exercício mas, talvez mais ainda que essas, contas de uma outra natureza: as que permitam apurar, mesmo com uma margem de tolerância que a generosidade permita, se está a RTP a servir a democracia ou, ainda que em tom «soft» e por isso mesmo porventura mais eficaz, a propaganda política *multimedia* que todas as direitas disparam contra a esquerda que teima em recusar as capitulações alegadamente em moda.

vindicar uma televisão «popular», que forneça à população aquilo que ela supostamente quer, isto é, aquilo a que já a habituaram. E é neste quadro que é preciso fazer a leitura da programação do canal principal da RTP e do degredo para a «2» de tudo quanto seja suspeito de ser televisão inteligente ou mesmo apenas TV de bom gosto. A chamada «guerra das audiências», que obrigaria a direcção de programas da RTP, coitada, a alinhar a RTP 1 pelo exemplo do telelixo que a SIC despeja em nossas casas, surge assim com um outro significado. Por detrás dela está, afinal, a estratégia, conscientemente cumprida ou não, de uma outra guerra: a ideológica. Como durante séculos se disse ou pensou: mantenhamos o povão na bruta e ele resignar-se-á mais facilmente.

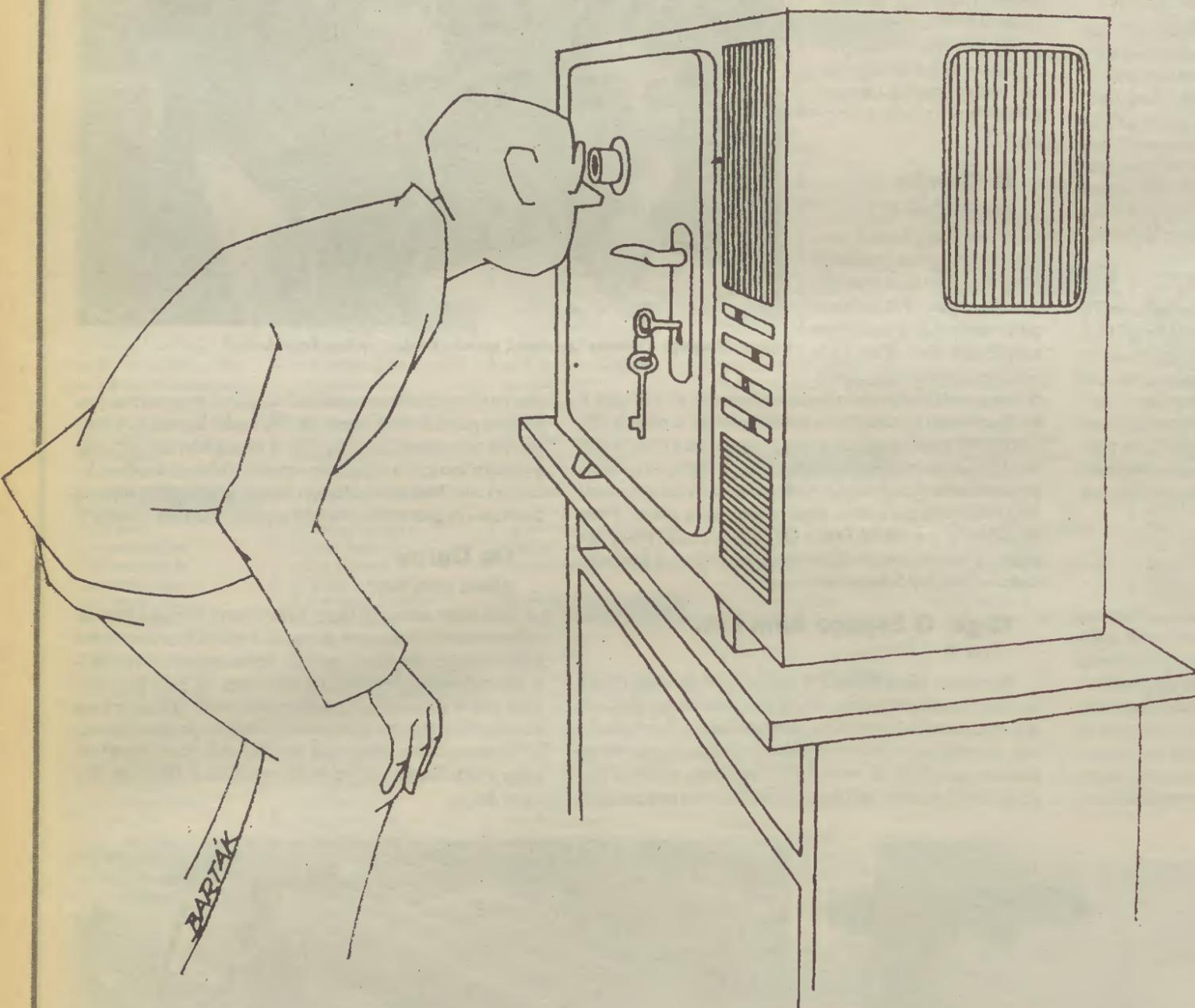
## Da ONU para o mundo

Há poucos dias, quando da celebração do 52º aniversário das Nações Unidas, realizou-se na enorme sala da Assembleia Geral da ONU um espectáculo musical como nunca ali houvera. Por motivos que ainda hoje desconheço e que até me intrigam um pouco, o espectáculo teve como exclusivos participantes três artistas de expressão portuguesa: Dulce Pontes por Portugal, Tito Paris por Cabo Verde e Carlinhos Brown pelo Brasil. A certa altura, falaram o presidente da Assembleia, o secretário-geral da ONU e o primeiro-ministro moçambicano, mas foram intervenções breves, que não deram para enfadar nem mesmo os espectadores mais impacientes. Em contrapartida, o final

foi um fim-de-semana de surpreendente alegria, com o público da sala a levantar-se das poltronas e a participar activamente no canto e na dança que transbordavam do palco, coisa inimaginável em ambiente de habitual austeridade.

Como bem se compreende, aquele espectáculo foi de especial importância para Portugal e para a língua portuguesa, com o mérito acrescido de não se tratar de uma sessão solene entediante, bem pelo contrário. Ter Dulce Pontes a cantar da ONU para o mundo (apesar da frialdade que nela parece crescer ao lado das esplêndidas capacidades vocais, mas essa é uma outra estória) não é para todos os dias e legítima algum orgulho português. Bem sei que a apresentar o espectáculo esteve Isabel Angelino, a que enche o medíocre «Há Horas Felizes» de caretazinhas mimadas e um pouco cabotinas, mas bem se sabe que não há felicidade perfeita. Pois nem com a Angelino, que tem qualquer coisa de «pimba», a RTP se resolveu a transmitir o acontecimento na RTP 1, pelo que aquele pequeno mas efectivo êxito nacional passou despercebido à generalidade dos telespectadores portugueses: foi servido na RTP 2 e por aí se ficou. Aparentemente para não lesar a transmissão do habitual episódio da telenovela. Como se não fosse frequente que a telenovela cedesse o passo a jogos de futebol quando a RTP entende que isso é bom para as audiências.

A questão, é claro, está em que a RTP põe a disputa das audiências, e das consequentes receitas publicitárias, à frente dos seus deveres de televisão pública. Também que o trio Dulce Pontes/Tito Paris/Carlinhos Brown, com um repertório verdadeiramente popular mas não popularucho, não lhe terá parecido suficientemente concorrencial. Neste segundo caso, configura-se mais uma cedência à síndrome «Big Show». No primeiro caso, mais grave, a RTP vende o interesse nacional por uns patacos, o que aliás constitui nela uma prática corrente, direi mesmo que uma filosofia de gestão. Por isso é preciso pedir-lhe contas. Repetida e teimosamente. Mesmo na fácil previsão de que, por agora, ninguém vai obrigá-la a prestá-las.



Joaquim Leiria quem se referiu no «DN» a «um Partido Comunista a aparecer na TV uma vez por ano, pouco antes do Natal», para caracterizar em termos de alguma mas não excessiva caricatura o ostracismo a que o PCP é votado na 5 de Outubro.

Excepto, naturalmente, quando se trata de assestar sobre ele as baterias pesadas da calúnia ou as armas mais ligeiras da sugestão envenenada. E, contudo, os comunistas não falam em entregar a RTP ao poder financeiro privado, isto é, aos que directamente e sem necessidade de subterfúgios a utilizariam em seu proveito sem que tivessem de prestar contas a ninguém.

Acontece, porém, que a propaganda política integra terrenos que aparentemente não têm a ver com «a política»: a ignorância e a mistificação infracultural são uma fase preparatória e verdadeiramente decisiva da posterior sementeira de imposturas que permitirão o desabrochar pleno dos mais ambiciosos sonhos da direita.

É por isto que a tendencial estupidificação de um povo que, contudo, não é estúpido nem tem a estupidez como destino marcado, não só é um crime antinacional como é também uma manobra fundamental da luta de classes. Vai longe o tempo em que caciques laicos ou religiosos excomungam livros e leituras como produtos do demónio: agora não é preciso, basta rei-

ESCAPARATE

Uma exposição de Ricardo Paula na Malaposta

«De Ricardo Paulo conhecíamos os traços, as cores, a força: conhecíamos as caras, os corpos, as atitudes. (...) Os novos trabalhos que Ricardo Paulo agora nos mostra têm tudo isso mas, acima de tudo e pela primeira vez, têm mais alguma coisa. Aparentemente, o que se passa é que o Real, outrora sempre presente, cresce agora para primeiro plano, ocupando e inventando um novo tempo e um novo espaço. Aparentemente, o que se passa é um triunfo absoluto do Real, quebrando assim o frágil compromisso que os anteriores vinham mantendo com o Abstracto. Aparentemente os próprios títulos confirmam tudo isto: não é em vão que se passa de «Estudo 14» para «A Galinha da Vizinha» ou de «Copos» para «Quatro pedras na mão»... Aparentemente...». É com estas palavras que o texto de apresentação de Nuno Calado se refere à obra do Ricardo Paula agora exposta em pouco mais de vinte trabalhos (sobretudo óleos sobre tela), até ao próximo dia 9 de Novembro, no Centro Cultural Malaposta (Olivais Basto, Odiveelas). Uma exposição cujo horário é, de 2ª a 6ª, das 9.30 às 22 horas e, aos sábados e domingos, das 14.30 às 22 horas.

Jov'Arte 97 em Loures

Foi já inaugurada em Loures e prossegue até 9 de Novembro a exposição dos trabalhos concorrentes ao certame «Jov'Arte 97», uma consagrada e já habitual realização da Câmara Municipal de Loures. Para além da exposição, realizam-se algumas manifestações artísticas paralelas, como é o caso, nos próximos dias, de um espectáculo de sapateado intitulado «Viagens», por Bruno Schiappa, e ainda da representação da peça «Ubu», na 6ª feira 31 pelas 21.30; um espectáculo de dança com a antestreia nacional de «Vidas Silenciosas», «Self(ish) Portrait», pelo grupo RE.AL; para além de workshops subordinados ao tema «Os limites do desenho», todas as quartas-feiras. A exposição está patente ao público no Pavilhão Paz e Amizade, de segunda a domingo, das 14 às 20 horas, e às quintas e sextas das 14 às 22 horas.



JAZZ

7º Festival de Jazz do Porto



Johnny Griffin



Claude Barthélémy



Leroy Jones

Ainda mal se esbateram os ecos do festival do Seixal e já o Jazz se transfere com armas e bagagens para o Norte do País, em primeiro lugar para ser o centro das atenções da sétima edição do «Festival de Jazz do Porto» que, organizado pela associação cultural Culturoporto começa depois de amanhã e se distribui por dois fins-de-semana até dia 9. Com concertos realizados no restaurado Teatro Municipal Rivoli, o festival oferece como músicos e grupos os seguintes: sábado 1 o trio do pianista John Hicks com o solista convidado Johnny Griffin (sax-tenor); domingo 2 o quarteto francês do guitarrista Claude Barthélémy e do saxofonista Daunik Lazro, com Claude Tchamitchian (contrabaixo) e Christophe Marguet (bateria); sexta-feira 7 o Quarteto do saxofonista norte-americano Marty Ehrlich, com Uri Caine (piano), Michael Formanek (contrabaixo) e Billy Drummond (bateria); no sábado 8 um concerto duplo com o grupo português «Conferência dos Sons» da cantora Fátima Serro e do pianista Paulo Gomes (1ª parte) e o quarteto do pianista Donald Brown (2ª parte); e no domingo 9 o quinteto do trompetista Leroy Jones. Todos os concertos estão marcados para as 21.30 e haverá, ainda, actuações de grupos portugueses no espaço «Café Concerto» e a projecção de filmes sobre o Jazz no ciclo «Cinema e Jazz» no pequeno auditório do Rivoli.

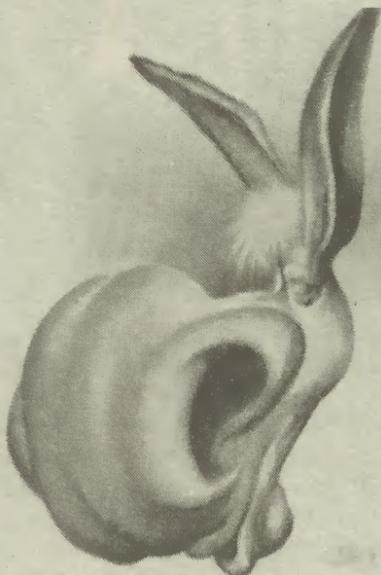


Paulo Gomes e Fátima Serro

CANDIDATURAS

Cartoons de António

Inaugurou-se na semana passada uma exposição que reúne 40 trabalhos do grande caricaturista António, considerado por António Valdemar, no texto introdutório do catálogo da exposição, o «iconógrafo de um tempo novo». Esta exposição, organizada pela Câmara Municipal do Barreiro, está patente ao público até 15 de Novembro na Galeria Municipal de Arte daquela cidade.



CLASSICA

Beethoven na Gulbenkian



Maria João Pires e Augustin Dumay



Realiza-se hoje à noite, pelas 21.30, no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, o nono concerto constante do Ciclo Beethoven e integrado na Temporada de Música e Dança 97/98 daquela instituição. Do repertório deste concerto constarão o Triplo Concerto em Dó Maior op. 56 e a Sinfonia nº 8 em Fá Maior op. 93 de Ludwig van Beethoven. Para além da Orquestra Gulbenkian dirigida pelo maestro Frans Brüggen, participarão neste concerto três solistas excepcionais: Augustin Dumay (violino), Jiang Wang (violoncelo) e Maria João Pires (piano).

BAILADO

Uma companhia americana

Dedicada à realização de coreografias de reputados mestres norte-americanos, o American Repertory Ballet (de New Jersey) está a levar à cena, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, a sua versão de «Romeu e Julieta», com música de Sergei Prokofiev, numa coreografia de Septime Webre (seu director artístico), figurinos de A. Christina Giannini, desenho cénico de Campbell Baird e desenho de luz de John McKernon. Uma companhia que, segundo o texto de apresentação, «está a conquistar uma merecida reputação pela sua juventude, vigor, repertório diversificado e dedicação ao ballet americano». Os espectáculos realizam-se até 2 de Novembro às 21.30 e, nos dias 1 e 2 de Novembro (sábado e domingo), também às 16 horas.



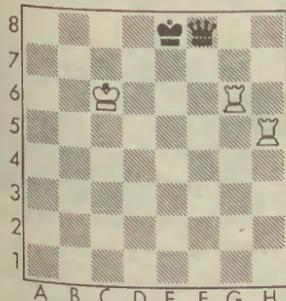
Bailado nacional em Coimbra

Na digressão que realiza pelo país com algumas das coreografias estreadas esta temporada, a Companhia Nacional de Bailado, sob a direcção de Jorge Salavisa, apresentará amanhã e sábado, pelas 22 horas, no Teatro Académico Gil Vicente (Coimbra) o bailado «Cantoluso». Este bailado tem coreografia de David Fielding, Rui Lopes Graça e Armando Maciel, banda sonora de Carlos Martins, consultadoria musical de Rui Vieira Nery, guião, coordenação cénica e figurinos de Nuno Carinhas, cenografia de João Mendes Ribeiro e luzes de Paulo Graça.

XADREZ

DCXXIX - 30 DE OUTUBRO DE 1997 PROPOSIÇÃO Nº 1997X34 Por: Ladislav Prokeš Severočeský Šach, 1947

Pr.: [2]: Df8 - R68 Br.: [3]: Ts.g6, h5 - Rç6



A B C D E F G H Brancas jogam e ganham

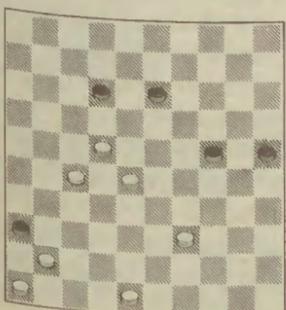
SOLUÇÃO DO Nº 1997X38 [L. P.]

1. T66+!, Rd8; 2. Ta5, Df3+; 3. Td5 + e ganha A. de M. M.

DAMAS

DCXXIX - 30 DE OUTUBRO DE 1997 PROPOSIÇÃO Nº 1998D38 Por: W. v. d. Nieuwenhof NL. - 1933

Pr.: [5] 12-13-24-25-36 Br.: [7]: 22-27-28-39-41-46-48

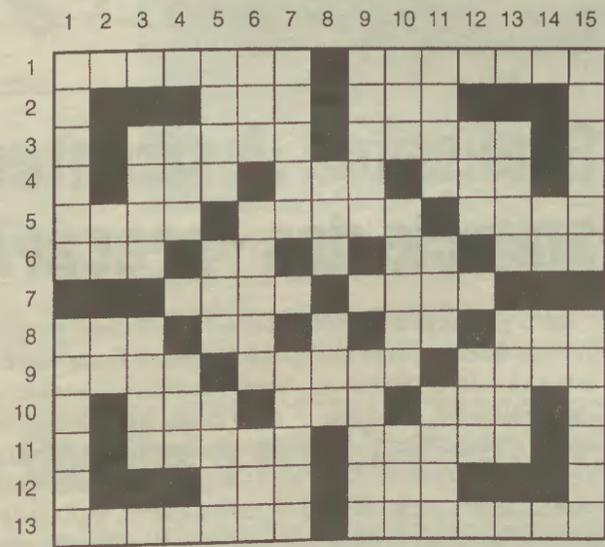


Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1997D38 [W. v. d. N.]

1. (D)47=4; 2. 46-41; (47X36); 3. 22-17; (36X43); 4. 17X30; (25X34); 5. 48X30 + A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Longínquos; órgão central da circulação do sangue, musculoso e de forma cônica, no homem e em muitos outros animais. 2 - Época; escavado. 3 - Aderem com cola; apoucar (fig.). 4 - Nome de mulher; fruto da ateira; origem (fig.). 5 - Terreno inculto, coberto de plantas agrestes; estabelecimento de caridade para albergar pessoas necessitadas; fragrância. 6 - Mulher que cria uma criança de outrem; artigo antigo; Bário (s.q.); discurse. 7 - Carta ou documento escrito numa só folha (pl.); cada um dos órgãos cutâneos que revestem o corpo das aves, protegendo-os e permitindo a execução e a orientação do voo. 8 - Fluido aeriforme; Prata (s.q.); apelido; letra grega. 9 - Medida de uma superfície; alvitra; garantia. 10 - Bagaço da uva de que se faz a aguarapé; patrão; anel. 11 - Cozinhar no forno; povoação de categoria inferior a cidade (pl.). 12 - Fúria incontida; estima muito. 13 - Acudir à pressa; curaram.

VERTICAIS: 1 - Caule alongado, subterrâneo, homólogo do corno, mas com folhas reduzidas a escamas; criança. 2 - Amerício (s.q.); aparência. 3 - Espiolha (fig.); assento acolchoado onde o cavaleiro se senta. 4 - Célula que resulta da fecundação dos gametas; Lamentos. 5 - Pano preparado para a pintura; pron. pess.; empunhar. 6 - Agora; inundado; cem metros quadrados. 7 - Agulhas de pinheiro; cessar o movimento. 8 - Sinal ortográfico para indicar que é nasal a vogal sobre a qual se coloca; afirmativa. 9 - Substância calcária, em regra vermelha que entra na constituição do polípeiro de uns celerateros marinhos e que é usada em joalharia; recentes. 10 - Vazia; gorda; íntima. 11 - Pavio de cera enrolado; nome de mulher; formar em alas. 12 - Fração da unidade quando dividida em mais de dez partes alíquotas que não sejam potência de dez; pedra de altar. 13 - Utensílio de madeira que serve para juntar o sal nas marinhas; eternidade (pl.). 14 - Suf. de agente; basta. 15 - Aparece; amaciam.

SOLUÇÃO: 15 - Aparece; amaciam. 10 - Oca; obsar; ima. 11 - Rolo; Ana; alar. 12 - Rodo; evo; 14 - Or. Tel; eia; asit; are. 7 - Samas; parat. 8 - Tli; sim. 9 - Corat; novas. VERTICAIS: 1 - Rizomat; garota. 2 - Am; ar. 3 - Cata; sela. 4 - Ova; ais. 5 - ram. Acor; opina; aval. 10 - Lta; amor; avo. 11 - Assar; vilas. 12 - Fra; ama. 13 - Acorrer; sara-ovo. 5 - Mato; asilo; odor. 6 - Ama; eli; Ba; ore. 7 - Oia; pua. 8 - Oa; Ag; et; eta. 9 - HORIZONTAIS: 1 - Remotos; coração. 2 - Bra; oco. 3 - Colam; ralar. 4 - Ava; aia.

# ATALE DE FOICE

## «A refundação»

Paulo Portas esmerou-se a apresentar no último **O Independente** as razões da mudança de formato inaugurada nesse mesmo número. Subordinando a conversa ao demiurgo título «A refundação» (outra coisa não se esperaria duma pena telúrico-nacionalista), o patrão d'**O Independente** usa a largueza do tempo para explicar a coisa.

«(...) o que aí vem - diz ele - é um jornal completamente diferente, para um tempo completamente diferente. Um tempo em que o mundo mudou e os leitores de **O Independente** cresceram. Um tempo em que a política não gera paixão nem adversidade. Um tempo em que a investigação não chega, o pecadilho já sobra e o País está benevolente com o poder e condescender interessa, porque o eixo da roda passou da política para a sociedade, a cultura ou o desporto, e aí permanecerá. Um tempo em que a credibilidade é o único factor de distinção, no meio de tanta confusão. Um tempo em que os leitores de **O Independente** querem um jornal mais credível, mais equilibrado e mais completo. Um jornal, em certo sentido, maior. No temperamento e no tamanho que o permite.»

Vamos lá a ver se atinamos.

Aceitando como bom que **O Independente** se tornou num «jornal completamente diferente, para um tempo completamente diferente», temos de levar a sério as razões invocadas para a mudança e delas tirar ilações. Se é por causa de «um tempo em que o mundo mudou e os leitores de **O Independente** cresceram», quer isso dizer que, antes de o mundo mudar, os leitores deste semanário se situavam entre o infantário e a pré-primária?

Ou estará Portas a significar, mais crua e menos puerilmente, que «antes de o mundo mudar» o seu jornal maquetava prosas para raquíticos?!... Outra razão avançada para explicar a mudança é a de estarmos num tempo onde «condescender interessa» porque «o pecadilho já sobra e o País está benevolente».

E no antigamente (que vem desde a fundação d'**O Independente** até à semana passada)? O pecadilho fazia falta? O País era mais inflexível do que é hoje? Ou não estará o artífice a condescender demasiado consigo próprio e a sua obra?

Mas se a «refundação» d'**O Independente** resulta de «um tempo em que a credibilidade é o único factor de distinção», de um tempo «em que os leitores de **O Independente** querem um jornal mais credível, mais equilibrado e mais completo», temos duas formulações cujo simples reverso alinha, literalmente, duas formidáveis confissões.

Uma, a de que **O Independente** foi, até à semana passada, uma publicação onde a credibilidade não era um factor de distinção.

Outra, a de que **O Independente**, até à semana passada, não era um jornal credível, equilibrado e completo.

Já o sabíamos. Pelos vistos, Paulo Portas também, só que nunca o confessou. Se calhar por sempre lhe ter faltado o tempo que agora se lhe abriu com o tamanho de uma piscina olímpica, onde este atleta da retórica pirotécnica desenha refundações em meia dúzia de braçadas. Elegantes, com certeza.

Vamos, portanto, ter «um jornal, em certo sentido, maior. No temperamento e no tamanho que o permite».

A crescer assim, este novo **O Independente** provocamos um volumoso respeito.

«No meio de tanta confusão», o problema é estarmos num tempo em que «a credibilidade é o único factor de distinção».

Pelo que esta refundada distinção de **O Independente** tem grandes hipóteses de ser o único, e bastante, factor que lhe retira credibilidade.

■ HC

## ÚLTIMAS

# PCP vota contra Orçamento de Estado para 1998

O Grupo Parlamentar do PCP votará contra o Orçamento de Estado para 1998. Será inequivocamente, como salientou há dias o líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira, «um voto de reprovação e rejeição». Com o debate na generalidade a decorrer desde ontem, prolongando-se até amanhã, o Grupo comunista justifica o seu sentido de voto por entender que este Orçamento é o «da Moeda Única».

Significa isto que a ele estão indissociavelmente ligados os sacrifícios impostos à sociedade portuguesa, e em particular aos

trabalhadores, para atingir os critérios de convergência nominal de Maastricht.

A justificar as críticas da banca-

da comunista e o seu voto contra, como revelou o deputado Lino de Carvalho em declarações ao nosso jornal, à hora de fecho da edição, está um outro grupo de razões que se prendem, no fundamental, quer com a renovada contenção salarial defendida pelo Governo, quer com a continuada injustiça na distribuição funcional do Rendimento Nacional, claramente em desfavor do trabalho.

«Este não é o Orçamento nem da solidariedade nem da coe-

são», comentou a propósito Lino de Carvalho, para quem, noutro plano, as taxas de crescimento apregoadas pelo Governo não passam de taxas «com pés de barro». Justificando a sua afirmação, referiu que tais taxas só beneficiam, com efeito, dois destinatários: por um lado, as receitas do próprio Estado unicamente com vista ao cumprimento dos critérios de Maastricht; por outro, o grande capital e as actividades financeiras.

Outra das áreas que estará no decorrer destes três dias de debate sob o fogo das críticas da bancada do PCP tem a ver com matéria fiscal. Para os deputados comunistas, este Orçamento assume clara e voluntariamente o prolongamento e aprofundamento da dolorosa injustiça fiscal que pesa sobre os rendimentos do trabalho.

Lino de Carvalho é de opinião que o Governo «não deu um passo para modificar o sistema fiscal» no sentido de o tornar «mais justo», aliviando simultaneamente a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho. Exemplificando, lembrou que para 1998 o Governo do PS anuncia 225 milhões de benefícios fiscais, orientados, no fundamental, para beneficiar o capital e as actividades bolsistas e especulativas.

Ao Governo será ainda lembrado, durante o debate, segundo nos revelou Lino de Carvalho, que nada foi por si feito para alterar a actual situação em que «dois terços das empresas não pagam IRC e onde os únicos que pagam impostos são os trabalhadores por conta de outrem».



## Carvalhas visita o Alqueva

Uma delegação do PCP, constituída pelo Secretário-geral, Carlos Carvalhas, por Agostinho Lopes e José Soeiro, da Comissão Política, e acompanhada pelos Presidentes das Câmaras de Barrancos, Portel e Serpa, visitou, na passada terça-feira, a barragem do Alqueva, reunindo em seguida com o Conselho de Administração da EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA.

Depois de ouvir a informação prestada pela Administração da EDIA, Carlos Carvalhas teve oportunidade de colocar algumas das preocupações do PCP sobre o empreendimento.

O que se pensa em relação às mais-valias resultantes deste importante investimento público? Que medidas se prevêm para garantir o acesso à terra por parte dos trabalhadores e dos agricultores com pouca

terra? Como se concilia o Plano de Rega com a PAC e como se perspectivam os impactos do empreendimento a curto e médio prazo? Que tipo de estrutura vai gerir os perímetros de rega?

Estas algumas das várias questões que o PCP gostaria de ver esclarecidas e para as quais o

Secretário-geral do PCP chamou a atenção.

Por fim, Carlos Carvalhas denunciou o facto de a Comissão Consultiva não ter sido chamada a pronunciar-se sobre o PEDIZA enviado para Bruxelas e publicamente apresentado, apesar de ser essa uma das suas competências.

## Sindicatos desmentem anúncio dos «precários»

Com a publicação nos órgãos de comunicação social de uma nota com o título «Precários: compromisso está a ser honrado», o Governo revelou, na opinião da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, o «descontrolo governamental quanto ao processo de integra-

ção dos trabalhadores precários». Mas não só. Tentou «justificar o injustificável» e «esbater o legítimo descontentamento dos trabalhadores», hoje expresso nas acções convocadas pela Frente Comum, em Lisboa, Coimbra e Porto (ver página 10).

A Frente Comum garante que o Governo «não está a honrar os compromissos assumidos, uma vez que não cumpriu os prazos constantes do Acordo; não cumpriu nem fez cumprir a primeira fase de abertura de concursos previstos no DL 195/97; e mantém total passividade face às milhares de novas contratações a título precário para satisfazer necessidades permanentes dos Serviços».

Aliás, o próprio Governo reconheceu, em reunião recente com os sindicatos, que o não cumprimento da legislação existente colocava a necessidade de elaborar nova legislação.

Daí que a Frente Comum repudie a insinuação de «aproveitamento» da situação, contida na nota governamental, e responsabilize politicamente o Governo pelas consequências decorrentes do não cumprimento da legislação.

## Vitória unitária no BBI

Com uma participação superior a 70%, as eleições para a Comissão de Trabalhadores do Banco Borges & Irmão deram uma esmagadora vitória à lista unitária, que obteve 1456 votos (65,29%) e oito dos 11 mandatos. A lista socialista obteve 416 votos (18,65%) e 2 mandatos e a social-democrata 356 votos (16,05%) e 1 mandato.

Em comunicado, a lista vencedora recorda os resultados por ela obtidos nas eleições de Março de 1996 (48%), considerando que os trabalhadores e o Conselho de Administração devem tirar «as necessárias ila-

ções» sobre o significado da actual votação.

As eleições foram, em sua opinião, uma «clara manifestação» dos trabalhadores contra a gestão prosseguida no BBI após a privatização; castigaram «exemplarmente» as Tendências Socialista e Social-Democrata que, pelo seu comportamento, serviram «a estratégia da privatização e da gestão daí adveniente»; representaram a «corajosa manifestação de confiança» dos trabalhadores na lista unitária e, ao mesmo tempo, uma firme demonstração de unidade.

Se quiser respeitar os resultados eleitorais, e não persistir na atitude «obsoleta» e «insensata» de gerir a empresa «com a desmotivação e insatisfação generalizadas», o Conselho de Administração deverá inverter a actual política de gestão de pessoal e de reestruturações e fusões de serviços, considera a lista recém-eleita.

Por fim, os eleitos da lista unitária apelam ao reforço da participação dos trabalhadores «na vida e nas lutas da CT», de forma a retomarem «com segurança o caminho da melhoria das condições de trabalho e de vida e da defesa do BBI».

